

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2023**

Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se no Salão da Sede da Junta de Freguesia da Penajóia, Município de Lamego, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 09.06.2023-----

ABERTURA -----

O Presidente da Assembleia Municipal, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 10.00 horas, tendo Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Carlos Manuel Almeida Loureiro como primeira e segundo secretários, respetivamente. -----

PRESENCAS -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, em substituição de Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Sofia Isabel Graça da Rocha Rodrigues, em substituição de Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Milene Daniela da Fonseca Geadá, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Samuel José Moreira Martins, em substituição de Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, e senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Britiande - Germano Correia Ribeiro, Cambres - Adelino Gomes Magalhães, Ferreirim - Wilson Miguel Lima Teixeira, Ferreiros de Avões - António Patrício Ribeiro Esteves, Figueira - Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Lalim - Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Lamego (Almacave e Sé) - Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Lazarim - Paulo Henriques Almeida Loureiro, Penajóia - Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Samodães - Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Sande - Maria do Sameiro Moraes Rodrigue Gregórios, União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela , União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções - António Manuel dos Santos Rodrigues, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier, Várzea de Abrunhais - Maria Otilia da Silva Teixeira e Vila Nova de Souto D'Él Rei – Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

AUSÊNCIAS-----

O senhor **Presidente da Assembleia** justificou as faltas de Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos e Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

1.ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não tendo havido nenhuma inscrição.-----

2.ASSUNTO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para cumprimentar todos os presentes, as pessoas que acompanham através da transmissão por setriming esta sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

Ao mesmo tempo agradecer à freguesia da Penajóia a amabilidade por receber mais uma Assembleia descentralizada, aqui o seu agradecimento extensivo quer aos serviços da Junta de Freguesia, quer aos serviços do Município, pelo apoio na realização desta Assembleia, em particular à Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia, por toda a colaboração prestada nesta Assembleia. E uma palavra ao público da Penajóia que está aqui hoje presente, fazem-se estas assembleias descentralizadas com o objetivo ter público da respetiva freguesia, portanto um agradecimento especial ao público que aqui está hoje presente.-----

Tomou a palavra a **Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia**, começando por cumprimentar todos os presentes e de forma especial os habitantes da Penajóia.-----

Disse que chegou a sua vez, nesta importante descentralização das sessões da Assembleia Municipal, e como Presidente desta Junta de freguesia deu as boas-vindas a todos.-----

É com enorme agrado que recebe na Penajóia, para participação em mais uma sessão descentralizada da nossa assembleia municipal.-----

Deu conhecimento que esta é a segunda vez que esta freguesia acolhe a Assembleia Municipal descentralizada. A primeira foi em 29 de Julho de 1989 e hoje é a segunda.

Em nome da freguesia de Penajóia e em nome do seu executivo e dos membros da assembleia de freguesia, um agradecimento especial à Câmara Municipal pelo que tem feito até então, nesta freguesia. Gostariam que fosse mais, precisam de mais, mas acredita que com o passar do tempo se vai conseguir fazer mais e melhor.-----

As freguesias rurais necessitam de melhores condições para que o Município também possa crescer.-----

Penajóia tem muita obra urgente e importante para fazer, muitos projectos. Esta freguesia é muito extensa e possui muitos micros povos. Existem imensos arruamentos que estão péssimos, saneamento por concluir, falta de água potável ao domicílio, necessidades básicas que de facto são necessárias para as pessoas que vivem na freguesia de Penajóia, bem como apelar a novos residentes e o regresso de jovens que emigraram.-----

Deseja que o dia de hoje, como habitualmente, seja profícuo e nos inspire com ideias e decisões importantes para continuar-se o percurso para tornar o nosso município um lugar melhor. -----

Tem noção de que hoje, mais do que nunca, é fundamental o papel dos Municípios na criação de novas empresas, na atracção de investimento, na geração de emprego - de melhor emprego - e na promoção de qualidade de vida das populações locais. Sabe-se, pois, que o poder local é uma peça chave no desenvolvimento e na modernização de um país. E o Município de Lamego bem tem sabido demonstrá-lo. Continuemos o nosso trabalho.-----

Uma vez mais, muito obrigada pela vossa presença e bem-vindos.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que a ideia de se fazer esta Assembleia nesta altura do ano aqui, também teve esse propósito, para se homenagear a cereja, terra da primeira cereja da Europa. -----

De seguida deu uma informação referente às comemorações do 25 de abril, é a primeira Assembleia que se faz após a realização das comemorações, portanto é tempo de balanço. Da sua parte é o momento de agradecer à Comissão Organizadora, e tem que personalizar nas pessoas de José Manuel Correia, Pedro Torres, Alexandre Hoffmann e Viriato Lemos. De facto, tem-se trabalhado, crê que de forma urbanidade que se exige, e em prol da dignidade das comemorações, quer o ano passado quer este ano, tem-se trabalhado bem. Um agradecimento ao Executivo Municipal, pelo apoio na realização das comemorações, e a todos os funcionários envolvidos, aqui tem que particularizar dois universos em concreto, Gabinete de Apoio à Presidência, GAOM e a Divisão de Cultura e Património, claro os funcionários do Teatro Ribeiro Conceição.-----

Um agradecimento último às entidades que todos os anos se têm associado e foram mais do que no ano passado nas comemorações, não as vai dizer todas, mas foram, amplamente referidas nos cartazes das comemorações. Portanto fica aqui este agradecimento no que diz respeito às comemorações do 25 de Abril. -----

Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Lalim**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, e quem está acompanhar por setriming esta sessão ordinária.-----

Referindo-se ao Presidente da Câmara, disse que no seu mandato anterior, usou da palavra, mais que uma vez na Assembleia de então, para alertar para o péssimo estado em que se encontrava a rede viária em todo o Concelho. Mas, infelizmente nunca foi escutado. Então, hoje, sente-se na obrigação de vir aqui agradecer ao Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo, pelo facto, de terem sido sensíveis a esta problemática, pois já se iniciaram algumas intervenções, pavimentações em algumas dessas vias, possibilitando uma melhor mobilidade de veículos e uma melhor circulação das pessoas, com mais segurança. Só lhe pede

mais uma coisa, não esmoreça, pois apesar dos esforços feitos e do trabalho realizado, muito, mas mesmo muito ainda há que fazer nesta matéria. -----

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira** começando por cumprimentar todos os presentes na sala, e quem está acompanhar via online esta sessão ordinária. -----

Hoje, um cumprimento muito especial à sua amiga Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia, por acolher esta sessão nestas belas instalações. Disse que como devem compreender, para ele tem um significado especial, porque como sabem é penajoiense, foi Presidente de Junta de Freguesia desta terra, e como é obvio, para ele é um gosto estar aqui, neste edifício, sede da junta de freguesia, que liderou durante quatro anos.-----

De facto, o património desta freguesia fala por si, não só pelas suas ricas paisagens, como todos podem verificar, e esta é uma altura que faz jus à freguesia, que é a época da cereja. Como dizia o Presidente da Assembleia é a primeira cereja da Europa, é esse o slogan, que se deve evidenciar cada vez mais. Por isso demonstra um carinho especial por esta freguesia. Mas, para além daquilo que são os seus aspetos positivos, como falou e muito bem a Presidente da Junta de Freguesia, a freguesia também tem os seus problemas e, são problemas básicos. -----

Disse que gostava aqui de reforçar dois temas que ela indicou, que já vêm de há muitos anos, muitos anos mesmo. Os Presidentes de Juntas que os antecederam, sempre focaram, diga-se assim, a atenção para estes dois assuntos, que são a falta de água ao domicílio, que é uma verdadeira realidade, e também a falta de saneamento básico. Acha que é inadmissível, pode mesmo usar esta palavra, nos dias de hoje, ainda se ter povoações com a falta destes dois meios básicos e essenciais para as nossas vidas. -----

Afirmou que gostava aqui, enfim, de fazer um reforço daquilo que a Presidente da Junta disse, e apelar ao Presidente da Câmara para que, de facto, se possa dar continuidade ao trabalho que foi iniciado no último mandato, mas que já fora desenvolvido em muitos outros anos. Pensa que se poderia ter feito muito mais, ou seja, se em todos os mandatos se fizesse mais um pouco, certamente, ter-se-ia uma cobertura maior neste momento, e por isso, gostava aqui, realmente, de realçar nesta posição porque é um direito básico para cada ser humano, para cada cidadão. Pelo menos nos que diz respeito à água e saneamento básico. -----

Depois, gostaria também de evidenciar aqui três temas, todos tiveram a oportunidade, nestas últimas semanas, de acompanhar a Ministra da Coesão Territorial, e de estar também com o Ministro da Administração Interna. Gostava também de reforçar aqui essas visitas, começando pela última iniciativa. Neste caso, a cerimónia de assinatura do contrato de cooperação interadministrativo para as obras de reabilitação da Polícia de Segurança Pública de Lamego. É de facto um bom momento para os lamecenses, que contou, inclusivamente, com a presença do Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, nos Paços do Concelho de Lamego, para presidir a esta

cerimónia. Consiste num importante investimento do Governo para a comunidade lamecense. Isto mostra também aquilo que é o foco do Governo, muito se tem falado nas fragilidades do Governo, e por aí adiante, mas o que é mais importante, é de facto, o investimento que se pode trazer para as nossas comunidades locais. E aqui, gostaria de reforçar o valor do investimento, cerca de seiscentos e setenta e cinco mil euros, que será preponderante para garantir uma melhor operacionalidade dos agentes, que tão importantes se tornam para a segurança desta cidade. Não é só importante a segurança que proporcionam, mas também para continuarem a afirmar esta cidade como um polo de desenvolvimento. -----

E neste âmbito, quer congratular o Presidente da Câmara, por, finalmente, perceber que é um investimento que vai ser real. Porque se recorda que numa Assembleia Municipal que se realizou no início do ano, quando falava na congratulação, neste caso, deste investimento, o Presidente da Câmara, na altura, disse-lhe que aguardasse pelo lançamento da primeira pedra, para congratular o Governo por esta iniciativa. Ainda bem que isso não foi preciso, porque o Presidente da Câmara acabou por ele próprio reconhecer esta ação, e de certa forma, também ele elogiar o Governo por este investimento. Ele próprio presenciou esta iniciativa na cerimónia da assinatura do contrato, por isso fica satisfeito que o Presidente da Câmara, embora de forma tardia, tenha reconhecido, que realmente, não há qualquer desconfiança em relação ao Governo, quando ele lança a vontade de querer fazer algo nesta comunidade. -----

Também gostaria de vincar a residência anunciada para os estudantes bolseiros do ensino superior, ou seja, uma área tão importante para o Concelho de Lamego. Tiveram a oportunidade de acompanhar a visita da Ministra da Coesão Territorial, para presidir à cerimónia pública de assinatura do auto de consignação da empreitada, para a reabilitação do edifício que vai acolher, em breve, muito em breve, a futura residência dos estudantes. -----

Afirmou que esta é uma área preponderante para o nosso Concelho, ela será co-financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência, disse que esta obra é mais um grande exemplo daquilo que é a ação do Governo, através do Plano de Recuperação e Resiliência, que vem até à nossa comunidade, é isso que se pretende, que haja uma valorização dos nossos territórios, e para isso é importante, também, não esquecer aquilo que é uma estratégia de desenvolvimento territorial, que também passa pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, pois é a nossa Academia, que, aliás, precisa também de uma melhor resposta para os seus alunos, esta é já, diga-se, uma primeira resposta, mas não é suficiente, porque todos sabem, que a Escola carece também de espaços para as aulas. Tem-se assistido um aumento de admissão de alunos, que são importantes para a nossa cidade, para a fazer desenvolver. Mas também é preciso dar resposta, sabe que a Câmara tem feito algum esforço nesse sentido, contudo, quer reforçar aqui esta vontade, para que haja, realmente, continuação de um empenhamento para se conseguir ter uma solução. E por isso,

pode ser possível alguma parceria com o Estado, no sentido de encontrar soluções para esse espaço. Por isso é importante, realmente, que isso possa acontecer, para não sermos responsáveis pela não evolução da nossa Academia. -----

Referiu-se ao Centro Cívico de Lamego, também foi uma das visitas da agenda da Ministra da Coesão Territorial, ela também marcou presença na sua inauguração. Afirmou que este importante equipamento, que de certa forma, foi criado a partir da reabilitação do antigo matadouro, sendo já a sede do Rancho Regional de Fafel, que é um ícone da nossa comunidade, é uma entidade cultural de referência desta cidade, do nosso Concelho, e que merece esse espaço. Gostaria de parabenizar o Município pela conclusão desta obra. Mas também não esquecer, e aqui nós temos que deixar, enfim, as lutas políticas/partidárias de lado. Esta foi também uma obra contratualizada e iniciada pelo Executivo Socialista. Ou seja, não se pode deixar de valorizar quem termina, mas também, não esquecer quem lançou e quem iniciou esta obra. Porque isso nunca foi referido. Acha que nestas circunstâncias temos que ser mais transparentes e demonstrar quem esteve envolvido, que todos lutaram, independentemente das posições políticas/partidárias, porque isso não é o mais importante, o mais importante é, de facto, nós contribuirmos, para que a nossa comunidade esteja mais dotada de equipamentos essenciais. Por isso, esta foi também uma obra concretizada no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e que foi financiada em 75% pelo FEDER, mais uma demonstração daquilo que é uma ação conjunta, não só do Governo, também do Município e também dos Fundos Comunitários. -----

Salientou também um tema que considera, diga-se, bastante sensível, que é a habitação. Muito se tem falado na habitação, que a todos deve preocupar, até porque há pouco falou disso mesmo, na evolução da nossa cidade, inclusivamente com a admissão de mais estudantes, da criação da residência para estudantes. E, por isso, reveste-se em termos da maior importância, naquilo que é o quotidiano dos cidadãos o tema da habitação. Até porque se sabe que a habitação, como ele falou há pouco, a água, o saneamento básico, são direitos fundamentais para a nossa qualidade de vida e que, de certa forma, são um fator chave para a coesão territorial. Não tem dúvidas nenhuma nisto. Seja também na sustentabilidade e também na competitividade dos territórios. E neste sentido, torna-se importante saber se o Município já definiu a sua estratégia local de habitação. É uma questão que deixa ao Presidente da Câmara, porque este é um tema extremamente importante, se ele existe, onde se encontra este documento. Ele por acaso, fez uma pesquisa e não viu nenhuma publicação sobre este tema. Existem municípios que já a definiram, e é importante nestas circunstâncias também dar um passo á frente, e, por isso, gostaria de saber, se de facto, há ou não estratégia local de habitação, e se existe, que trabalho foi realizado, e em que ponto se encontra neste momento. -----

Interveio o membro **Viriato Lemos**, começando por cumprimentar todos os presentes nesta sala, de forma especial a Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia, que aqueles que estão em casa. Porque se sente em casa. -----

É lamentável que ainda haja lugares sem saneamento básico e rede de distribuição de água nesta freguesia da Penajóia. Em pleno século XXIII, ainda há estes casos.-----

Um voto de pesar à família da Maria da Graça Lopes Pintado Valadares, foi uma defensora da saúde ambiental. Uma grande profissional.-----

Um voto de pesar para a família Maria do Carmo Melo, faleceu com 101 anos e meio de vida. -----

Devido à sua influência e à forma como projectam Portugal, realço a conquista do 38º campeonato nacional do Benfica, o terceiro lugar, na volta a Itália, do ciclista João Almeida e o aniversário do PSD, 49 anos na defesa da democracia representativa e ainda o SC de Lamego completou há dias 89 anos de existência, pelo desporto da cidade. Merecem o nosso reconhecimento e respeito.-----

A sua consternação à deslocação do PM a Budapeste para ver um jogo de futebol fora do protocolo, é preciso ter lata!...-----

O governo não esteve na homenagem às vítimas de Pedrogão Grande, a 17 de junho. É isto que temos!...-----

Não comenta a vinda, recentemente, de dois ministros a Lamego.-----

A “Feira Medieval” foi um sucesso. Aconselha alguma ponderação em relação à exorbitância dos alugueres das barracas e dos terraços. Em tempo de crise, os alugueres excessivos afugentam os vendedores e, sem eles, a feira não se materializa.-----

Porém, outras instituições, países e personalidades merecem o nosso repúdio, porque nos deixam consternados. As declarações do Presidente da Conferência Episcopal, D. Ornelas, colidem com a mensagem de libertação da humanidade. O ataque à barragem de Kakhovka e o conseqüente ecocídio merece a nossa rejeição. Os Putins deste mundo não vencerão. As comemorações do 10 de Junho merecem alguma reflexão. A contestação deve ser ponderada e a intervenção da esposa do 1ª ministro evidencia desnorte e autoritarismo. A senhora não representa ninguém e aconselho-a a recordar-se da sua contestação à ministra, da má memória, Dra. Maria de Lurdes.-----

Só um abalo tirará Lamego do desvario da construção. Tantos Planos Diretores Municipais e Lamego desprestigia-se. Mudam-se os políticos, mas as políticas continuam. Quem viu Lamego antes e depois do 25 de abril de 74 constata a degradação da paisagem e a desertificação das nossas aldeias. A descrença assentou arraiais no nosso concelho. Usaram caminhos perigosos, não evitaram atos de usurpação e de ingerência desmedidas, em permuta de votos. É escandaloso ver perpetuado no “salão da democracia” as fotografias daqueles que escureceram os valores que fizeram Lamego. Há um provérbio que caracteriza esta realidade, “no

melhor pano caiem as nódoas”. Sejam os detergentes que revitalize Lamego. Os autarcas atuais têm a obrigação de fazer justiça e atuarem em conformidade. Acabemos com a lei do esquecimento e reponha-se a legalidade.-----

Em todas as assembleias municipais faça o levantamento de problemas que urgem ser resolvidos e, hoje, elenco outros:-----

1º Em que situação se encontram as placas toponímicas e número de polícia de algumas povoações da freguesia de Lamego? Tanta negligência.-----

2º Que vergonha, o fim da “festa” da nossa feira semanal. De propósito, os feirantes deixam o lixo no chão. É pedagógico, os nossos autarcas visitarem o recinto da feira e apelarem para a limpeza do espaço. As receitas são finitas e os munícipes lamecenses merecem consideração.-----

3º Há anos que o elevador do pavilhão Álvaro Magalhães está avariado. Será incúria ou incompetência?-----

4º Regressemos a Britiande. Para quando a resolução do Pelourinho. Outrora simbolizava a ordem, a justiça, a autonomia. Hoje, significa o quê?-----

5º Nos pós 25 de abril, o campo de futebol valorizava as localidades e os seus eleitos. Hoje, o campo de futebol é um atentado ao impacto ambiental, porque transformado em lixeira. Convido o Senhor Presidente da Câmara a visitar o campo de futebol de Britiande.-----

6º Para quando as obras do edifício que a Junta de Valdigem recusou?-----

7º O cemitério da Cruz Alta encontra-se a “olhos visto” deplorável.-----

8º Regressemos ao famigerado túnel “rosa”, meteu água. Frei Tomás dizia: Faz o que digo e não o que faço. Para bom entendedor, meia palavra basta.-----

9º Apreciemos as obras que decorrem nas mediações da rotunda “Fernando Amaral”. Havia um leiteiro que qualificou o espaço envolvente como “o pulmão da cidade”. Que pulmão? São obras socialistas tipificadas por “galambices” ou “nunices”. São obras do futuro e dão lucros e o contribuinte nada paga. Que descaramento!...-----

10º Para quando a assunção das contrapartidas assumidas pela edilidade com o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios. Olhemos para o arvoredo como investimento.-----

11º A rotunda `desnivelada junto à Escola de Hotelaria obedece a que critérios rodoviários? -----

12º Para quando o regresso dos suportes das floreiras no jardim Visconde Guedes Teixeira?-----

13º O que de passa com a legalização do canil do Sr. Dimas Rodrigues, em Bigorne?

14º A persistência de barreiras no jardim Visconde Guedes Teixeira, Av. Alfredo de Sousa e no cruzamento de Ortigosa é por motivos de estética, de segurança, ou é puro esquecimento?-----

15º Será por segurança, os três paus verticais a segurarem três caixas de luz, na praça D. Dinis? Situação caricata!...-----

16º Mais uma promessa, a requalificação e eletrificação da linha do Douro é uma exigência duriense. Apelo aos autarcas durienses que exijam essas melhorias na linha duriense, porque a economia regional requiere. Relembro que a linha do Douro não acaba no Peso da Régua. O Douro vai até Barca D'Alva. Olhemos para o todo regional.-----

17º Qual é situação do saneamento básico e rede de água da povoação Vingada em Lazarim? São estes os nossos gestores!...-----

Sem bajulação:-----

Deleitou-se com a dissertação da senhora vice-presidente na Noite de Fados, Feira de Santa Cruz.-----

Lamego é conhecida pelos seus eventos da iniciativa do considerado vereador José Pinto. Merece os nossos aplausos. Porque conhece a qualidade artística do pintor cambrense Manuel Marques, verdadeiro paladino duriense, pondere-se a aquisição da sua obra, alusiva ao douro vinhateiro, pelo município.-----

Usou da palavra o membro **Samuel Martins** para cumprimentar todos os presentes na sala, sendo um cumprimento especial à Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia, por receber aqui hoje esta sessão da Assembleia.-----

Também gostava de aproveitar este momento para colocar, novamente, e as vezes que achar necessário, algumas questões ao Presidente da Câmara: A primeira seria se houve algum avanço na atribuição do subsídio de salubridade e risco, pelos visto tem havido alguns problemas para o atribuir; a segunda passaria por saber se havia algum avanço na requalificação tão necessária do Jardim da República e aproveitando ser tão perto dali, se a Comissão de Toponímia já avançou com a renomeação da Rua 28 de Maio, para Rua da Liberdade, proposta aprovada aqui em sessão da Assembleia Municipal.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para cumprimentar todos os presentes na sala, um cumprimento especial à Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia e a todos os que acompanham esta Assembleia, sendo ou não da Penajóia. Disse que é com muita satisfação que está aqui neste espaço, onde já veio tantas vezes, onde aliás se fez obras de ampliação, de adaptação para que possa receber, não apenas um conjunto de iniciativas que aqui são desenvolvidas ao longo do ano, envolvendo, sobretudo, os idosos mas a comunidade em geral nas suas festas, mas também receber esta Assembleia Municipal descentralizada.-----

Não veio pelas cerejas, veio por obrigação, mas faz, sempre, a questão de referir que a cereja é apenas uma das potencialidades de riqueza desta freguesia da Penajóia. É talvez aquela que mais se destaca, mas esta freguesia tem muitas outras potencialidades. Algumas delas ainda por explorar, particularmente, por beneficiar de uma paisagem deslumbrante sobre o Rio Douro, e por ter por essa via um potencial turístico, que começa já a ter algum aproveitamento. Mas poderá, efetivamente, ser no futuro, um suporte ao desenvolvimento da Penajóia, à fixação de população e também

um estímulo para que as entidades municipais e Governo encontrem solução para alguns dos problemas estruturais que aqui foram referidos, quer pela Presidente da Junta, quer pelo membro Romeu Sequeira, também ex-Presidente de Junta. -----

E tem ver, essencialmente, com água e saneamento e com acessibilidades. São os dois estrangulamentos básicos de que sofre a freguesia da Penajóia, a última freguesia do Concelho onde estes problemas, sobretudo em relação água e saneamento, têm ainda uma expressão muito significativa. Onde há ainda mais população que não é servida por estes serviços básicos, do que, aquela que o é. E não se tem tido, de facto, solução para estes problemas.-----

A adutora que foi executada no mandato anterior, mas foi projectada e concebida no seu último mandato, em 2015, tem um problema gravíssimo, que é obrigar a ligar todo o saneamento a uma etar existente, no caso a etar que serviria a população da Penajóia, era a etar de Cambres. Não está a imaginar se essa regra se mantiver no próximo quadro, ter-se que fazer mais uma adutora com cinco, seis ou sete estações de bombagem, para conduzir os esgotos da Penajóia até à etar de Cambres. -----

Tem que haver soluções mais simples, e o Governo tem, de facto, complicado, alegadamente, por questões de natureza ambiental, a soluções simples, que se podia e devia utilizar, nos micros povos, e portanto, não podem ter soluções gigantes, de mega etar's, e de adutoras com dezenas de kms, para resolver o saneamento de dez, quinze, vinte ou cinquenta casas. Tem que haver soluções mais simples.-----

O compromisso deste Executivo com a Junta de Freguesia e com a população da Penajóia, no Verão passado, foi abordado massivamente, por pessoas da Penajóia, cujas captações de água colapsaram pelo efeito da seca e foram pedir para o Município acelerar este processo de instalação das redes de água e saneamento. E portanto, o seu compromisso é, nos locais onde for possível, independentemente da conclusão do projeto que se está a fazer, e que ainda será submetido a candidatura a fundos comunitários, e que não há dinheiro nos fundos comunitários a contratualizar entre a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional e a Comunidade Intermunicipal do Douro. -----

Portanto, contrariando aqui o conjunto de boas notícias e de algumas ilusões do membro Romeu Sequeira que aqui disse, quer dizer que só há seis milhões e setecentos mil euros para água e saneamento em baixa, para todos os dezanove municípios do Douro. Que é, obviamente, uma insignificância e o Governo terá que encontrar uma solução para isso. -----

Já se sabe que a solução será, a Câmara tem capacidade de endividamento, pode-se endividar, pode, eventualmente, haver uma linha de financiamento do Banco Europeu de Investimento, que tenha condições favoráveis. Pode esta linha de crédito não contar para os limites de endividamento. Portanto, cada Câmara tem que encontrar as suas soluções.-----

Mas recorda aqui um problema de justiça e de equidade, é que os municípios a Norte do Douro, fizeram uma entidade intermunicipal e receberam um pacote de investimento de quase trinta milhões de euros. O Douro Sul não fez, e portanto, agora não se tem trinta milhões de euros para investir nos municípios da margem esquerda do Douro. Portanto, fica-se comparativamente prejudicados por não se ter feito esse caminho em devido tempo.-----

Afirmou que sem estar a complicar o compromisso deste Executivo é, fazer o projeto e candidatá-lo, o projeto já está adjudicado, já foi feito o levantamento da rede existente, já foi feita a topografia para rapidamente se ter o projeto, e no primeiro aviso que surgir fazer a candidatura. -----

O que receia é que a candidatura que se vai fazer, seja de dois, três ou quatro milhões de euros, para um total de seis milhões e setecentos mil euros que estão disponíveis, uma situação que se tem que rever com o Governo e com a CCDR, e obviamente, pensa que estarão todos em sintonia para se reivindicar e quando diz todos, diz todos os grupos políticos presentes nesta Assembleia Municipal, para se reivindicar junto do Governo o reforço do funcionamento desta medida que é tão essencial. -----

E que é ainda mais grave noutros municípios, mesmo nalguns, onde se pensa que a rede de águas e saneamento estão concluídas, e em boa verdade não estão.-----

Portanto, tem-se a ideia que os investimentos que foram feitos nos últimos trinta anos, com fundos comunitários resolveram todos os problemas a nível de acessibilidades e a nível de água e saneamento, e no essencial nos equipamentos coletivos, vendo cada um dos sítios, percebe-se que não é assim, e que há ainda muitos investimentos que é necessário fazer.-----

Em relação às acessibilidades, quer deixar aqui uma nota, a freguesia da Penajóia, concretamente, é uma freguesia muito difícil, porque tem uma topografia muito desfavorável, tem um regime de micro propriedade, tem caminhos estreitos que são balizados normalmente por muros de xisto, muros altos, tem a condicionante de ter uma parte integrada no Douro, Património da Humanidade. -----

Portanto todas as intervenções têm que ser feitas com muito cuidado, sobretudo também, com uma participação muito grande da Junta de Freguesia e dos proprietários que têm que perceber, se não houver cedência de terrenos, se não houver uma facilitação das intervenções públicas que têm que ser feitas, daqui a duas gerações as suas propriedades estarão abandonadas, as suas casas estarão em ruína e ninguém as vai ver utilizadas.-----

Se se conseguir inverter este ciclo e resolver o problema da infra-estrutura, está convencido que haverá futuro para Penajóia, os filhos e netos penajoiense vão querer aqui ou continuar ter casa, muitos virão de fora para aproveitar a magnífica paisagem e as condições naturais e excelentes que a freguesia oferece e haverá investimento e haverá futuro. O apelo a que todos possam colaborar nisso. -----

Disse que vai pedir ao membro Romeu Sequeira para deixar a questão da visita da Ministra do Coesão Territorial e do Ministro da Administração Interna para a informação, porque vai falar disso.-----

E em relação à estratégia local de habitação local, a estratégia já foi feita, está a revê-la, e está a fazer a carta municipal de habitação. E a revisão da estratégia vai incidir essencialmente sobre a deslocalização de alguma construção que está prevista, cento e seis casas novas. Vai-se deslocar uma parte dessa habitação para fora da cidade de Lamego. Ou seja poder fazer nas freguesias alguma habitação económica, não lhe quer chamar habitação social. E parte desta habitação ser em reabilitação, nomeadamente na cidade, aproveitando património municipal e património do Estado abandonado.-----

Independentemente da revisão, está-se a concluir o processo para o lançamento do concurso construção de sessenta e quatro fogos no terreno de Nazes. Portanto o processo está a andar.-----

Afirmou que se vai fazer no dia 26 de, salvo erro, uma sessão pública de apresentação das medidas de apoio aos privados, que estão em situação de carência, e que precisam de realizar obras urgentes nas suas habitações. Mas também aqui o processo é ultra complexo, não é só complexo, difícil ou burocrático, é ultra complexo e a experiencia dos outros concelhos que já lançaram estes processos é que são muito poucos cidadãos que conseguem levar o processo até ao fim e obter os apoios do Estado.-----

Portanto, aqui apela mais uma vez, ao Governo e a todos os grupos municipais, para que estas regras sejam simplificadas e estas medidas possam ser eficazes. Bem se sabe que se está a gerir recursos públicos e portanto tem que ser geridos com todo o cuidado, para não haver os desvios do objetivo que se pretende alcançar. Mas é verdade é que se os processos forem tão complicados, que não se consigam levar até ao fim, ninguém ganha com isso, nem sequer o Governo tem dinheiro para investir e não consegue gastar.-----

Ainda sobre acessibilidades, o Presidente da Junta de Freguesia de Lalim falou aqui das pavimentações que estão em curso, recorda que este é o segundo pacote de pavimentações que se levou a cabo desde o primeiro mandato. O primeiro incidiu sobre a estrada pombalina de Cambres e sobre a estrada de Arneirós. -----

E neste momento, adjudicou-se um segundo pacote que contempla a estrada de Rio Bom, em Cambres, as Avenidas de Moses e Ponte em Ferreirim, a estrada de Ribelas em Lalim. Na Freguesia de Lamego, a estrada de Souto Covo, desde à 226 à Igreja, a Rua do Bom Pastor na Encosta do Sol. E uma pavimentação que anseia há muitos anos, que é na aldeia de São João, que faz um grande atalho à estrada da Serra das Meadas, através da curva do coelho.-----

Em Sande vai-se fazer uma pavimentação no Lugar do Barreiro. E em Várzea de Abrunhais, desde Santo Aleixo até à 226 `n.º 2. -----

Deve dizer que este investimento que ronda os seiscentos mil euros nos dois pacotes de pavimentações, é apenas 10% do conjunto de repavimentações e desses seis milhões haverá, seguramente, algumas estradas que podem aguentar mais dois, três, quatro, cinco anos, sem uma intervenção de fundo, mas, naturalmente, degradando-se progressivamente. -----

O que era preferível era que se pudesse fazer, pelo menos metade deste investimento, três milhões de euros, o que implica lançar ainda neste ano um novo concurso para cerca de seiscentos mil euros de pavimentações. Lançar mais dois blocos no próximo ano, eventualmente um em 2025. Embora aí não se tem grande esperança, na medida que, sendo ano eleitoral, haverá poucos recursos nos prestadores dos serviços para fazer muitas pavimentações, apostando-se em fazer as pavimentações por antecipação. Essa lista está feita, com o conhecimento dos Presidentes de Junta, acha que deve ser, sempre, revista e reavaliada, nalgumas destas pavimentações, conclui-se agora no início da sua execução, se calhar as prioridades deviam ter sido outras e fica um apelo aos Presidentes de Juntas para fazerem essa reavaliação das prioridades das pavimentações. -----

Por fim, disse que conclui como começou, por um lado um agradecimento à Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia, por que receber esta Assembleia, e pela intervenção de abertura que fez e outra queria aqui congratular-se com a nomeação para Bispo Auxiliar do Porto do Cónego Dom Joaquim Dionísio, que foi pároco nesta freguesia da Penajóia, onde está muito ligado, efetivamente, à freguesia e às suas gentes. Quer aproveitar este local específico, onde ele serviu, para fazer, que já o fez pessoalmente, naturalmente felicitá-lo, desejar-lhe as maiores felicidades no exercício do seu munes episcopal e dizer que é um orgulho para Lamego e para a toda Diocese ter um dos nosso sacerdotes nomeado Bispo.-----

Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Cambres**, começando por cumprimentos todos os presentes na sala, um especial cumprimento à Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia. Mais uma vez para agradecer ao Presidente da Câmara, o evento realizado na Freguesia de Cambres, mais uma vez correu tudo bem, está, sempre, disposto seja para o que for preciso para se realizar o evento de 3 de maio, Cambres tem condições para isso tudo.-----

Aproveitou a oportunidade para dizer que em Cambres tem tido falta de água, muitas horas seguidas, não sabe se é por excesso de consumo, agora já lá há alojamento local, era só isto, basicamente que queria dizer. -----

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz** para começar por cumprimentar todos os presentes na sala e muito em particular a Presidente da Junta Freguesia da Penajóia, que hoje recebe esta Assembleia e sabe-se que vão ser bem recebidos por estas gentes, também quer cumprimentar todos os penajoienses.-----

Afirmou que esta coisa da água e do saneamento da Penajóia, começou a ver aqui o tempo, é desde o princípio que se lembra, desde as autarquias locais de elas

nasceram, foi sempre a reivindicação desta e de todas as outras freguesias. É pena, por impossibilidade, a forma como está distribuída os pequenos povos é muito complicada. E sempre os Presidentes de Junta que se lembre, todos eles lutaram-se por este problema, mesmo naquela altura das vacas magras. Andarem atrás do Presidente da Câmara para solucionarem o problema da água e do saneamento e de outros problemas de que padece a freguesia. Portanto é pena que o problema o saneamento e rede de água ainda não estejam resolvidos. Mas este problema na Penajóia é muito, muito complicado. -----

Relativamente à intervenção do membro Romeu Sequeira, faz-lhe levantar algumas questões. Começando pela habitação social, quer lhe lembrar que a habitação social foi sempre uma obra do PSD e das coligações onde o PSD esteve integrado. Não se lembra da habitação social promovida pelo Partido Socialista. Portanto todos vão estar atentos e estão atentos a isso, como estão em outras áreas. A coligação “Somos Lamego” agradece a visita dos Ministros, não só a visita, mas o lançamento de certas obras e a inauguração de outras.-----

Quanto ao Centro Cívico, onde está o Rancho de Fafel, ele já fazia parte do PEDU, portanto o partido Socialista ao lança-lo, foram projetos da coligação.-----

Tem-se aqui um caso de habitação para estudantes, que o partido Socialista não tenha projeto, pois foi esta Câmara que andou atras do local e negociou. Recordar-se das intervenções dos membros do partido Socialista nesta Assembleia, falaram nas duas primeiras, salvo erro, sempre sem se saber onde eram as residências. Portanto este Executivo arranhou a solução e está a andar. -----

Afirmou que nos políticos acha que deve haver menos retórica e mais acção. E vê muitas das vezes, em certos políticos, com responsabilidades políticas locais ou regional muita retórica. -----

E nesse aspecto, no plano de acção, tem que se dizer a verdade, esta autarquia está a executar obra, a projectar obra, coisa que o partido Socialista nem um projeto deixou para ser candidatado. Anda o Município preocupado, porque às vezes há qualquer coisa deitar a mão, mas não há projetos. Está agora a fazê-los, para que depois sejam candidatados e serem executados.-----

Portanto esta inercia do partido Socialista é uma inercia doentia, depois vêm certos políticos, também os há no seu Partido, os que usam bandeira disto e daquilo. Pois a visita do Ministro da Administração Interna e da Ministra da Coesão Territorial deveu-se a vários factores. -----

Primeiro a pressão exercida e a capacidade exercida pelo Município de Lamego, há destacar essa pressão constante, para que as coisas caminhassem. Ora essa pressão sobre o Ministros destas áreas, deu o resultado que deu, todos estão satisfeitos. Também é trabalho do deputado Hugo Maravilha, que tem sido uma lapa com os Ministros e Secretários de Estado do partido Socialista, aliás foi o próprio Ministro da Administração Interna a salientá-lo, e foi a própria Ministra Ana Abrunhosa que

salientou o trabalho desse deputado. Muita da retorica do membro Romeu Sequeira não vem de encontro às primeiras necessidades dos povos, e neste caso, de Lamego, e das populações.-----

Só quer terminar para dizer o seguinte, a pressão, o trabalho deste executivo, está a vir ao de cima, e tem-se que se reconhecer, a coligação “Somos Lamego” reconhece, não agradece, porque esta é a função do Presidente da Câmara. Porque ele já viu numas Assembleias agradecerem ao Ministro de coisas que veio a amunicar. -----

Ele só quer enaltecer o trabalho que está a ser feito pelo Executivo, não só neste ano, todos já conhecem a obra, mas outros que estão em gaveta e que irão ser lançados. -- Portanto isto não é um agradecimento, porque ele entende que um político, seja ele Presidente de Câmara, seja ele Ministro, não faz mais que a obrigação, se trabalhar para o bem comum. -----

Interveio o membro **Pedro Torres** começando por cumprimentar todos os presentes, cumprimentos a todos que estão a seguir esta sessão através das redes sociais, mas permitam-lhe uma palavra especial à Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia, e nela endereçar, logicamente, um cumprimento muito especial a todos os penajoienses, que hoje recebem esta sessão, no seu território.-----

E começando desde o início, ao contrário do Presidente da Câmara, não vem aqui por obrigação, vem aqui por gosto, e é sempre um prazer vir à Penajóia, não de toda uma qualquer obrigação, é sempre um gosto.-----

Começa por dizer o seguinte, ainda relativamente e porque se está na Penajóia, e porque já várias coisas foram ditas, vamos a factos. A Freguesia da Penajóia é, provavelmente, uma das freguesias, se calhar de toda a dimensão da Cim Douro, com maiores dificuldades daquilo que são os padrões mínimos de urbanidade de água e saneamento. A esmagadora maioria dos que estão aqui, provavelmente nem sequer tem memória de não haver qualquer dificuldade de fornecimento de água e saneamento. Há uma parte significativa da população da Penajóia que ainda padece desse problema. É verdade que já foram dados passos, é verdade que foram dados passos importantes, naquilo que foi a construção de um equipamento estrutural, principalmente no mandato anterior.-----

Mas há aqui uma questão que também tem que se colocar, este Executivo está há mais de dois anos para fazer a ligação do sistema da adutora, a uma coisa tão simples como ligar a electricidade. E aproveita, logicamente a oportunidade, para saber o que é que se passa. Qual é que é o problema? Muito mais tem que ser feito. E também se sabe que há um pacote financeiro, relativamente curto, para aquilo que ainda são as necessidades que nós padecemos, nos dias de hoje, não no seculo XXII, mas no seculo XXI, para aquilo que ainda são as necessidades básicas, água e saneamento é uma necessidade básica, que define aquilo que é a própria qualidade de estado de vida do ser humano. E portanto apraz-lhe essa pergunta, essa necessidade de resposta.-----

Disse que fica logicamente contente, quando a coligação ilustremente bem representada, vem aqui tecer um conjunto de considerações, que por vezes tem alguma dificuldade em perceber, exatamente, qual é que é o cerne da questão.-----

Disse que a vinda de qualquer membro do Governo, quando vêm a Lamego, e uma coisa é vir passear, de facto existem nesta zona lugares espectaculares para virem passear e até para virem comer.-----

Agora aquilo que o Governo fez, é, de facto, cumprir a sua missão, e cumprir a sua missão para com as gentes de Lamego. E não lhe parece que seja, muito sinceramente, por uma qualquer pressão, a forma como aqui foi dito, quase de roçava a coacção, não lhe parece, que de facto, esse tenha sido o caminho e as coisas tenham acontecido, exatamente por esse mesmo efeito. -----

Afirmou que quem está atualmente a liderar o país, conhece muito bem a realidade de Lamego, porque, logicamente, sabe o que se passa em Lamego. Não vai, logicamente, dizer que o papel do Município não é importante, logicamente que é importante, porque se não houver trabalho, também muito pouco pode ser feito.-----

Mas há que ser realista, não só há um conhecimento do normal e cabal, como é preciso também perceber, o que é que muito destas iniciativas estão a passar via município. Porque é verdade, ainda há pouco aqui foi referido. O Estado português continua aqui a ter um problema enorme, que é a forma como conseguir simplificar os processos. -----

E por muito que as pessoas não gostem, este Governo adoptou um conjunto de medidas, por forma ajudar a simplificar estes processos, exatamente fazer esses contratos programas com os municípios. E isso, de facto, permite que haja um conjunto de obras que há muito eram desejadas, que há muito eram requeridas, possam ser executadas agora. -----

É verdade que agora a batata quente passa para o Município, no sentido de tentar agilizar o processo, mas está certo que será muito mais fácil e muito mais rápido, se assim acontecer.-----

E para terminar gostaria aqui de colocar um outro ponto, porque se vai agora entrar numa altura de festividades, e os membros da Assembleia até à data não tiveram muita mais informação do que a escassa que apareceu em alguma comunicação social. -----

Disse que se vai ter uma iniciativa logo a seguir as Festas de Nossa Senhora dos Remédios, que é o Douro Porto Wine Festival, que é uma iniciativa que todos se devem orgulhar, que aparece no seguimento de uma outra iniciativa que existiu anteriormente, que era feita em moldes bastante diferentes. Mas é, exatamente, dentro desses moldes que acha que era importante prestar aqui esclarecimentos perante esta Assembleia municipal.-----

Primeiro quais foram os custos, os membros da Assembleia nunca souberam, quais foram os custos que foram tidos no último evento, portanto no evento que decorreu no

ano passado, gostaria de saber quanto a que coube aos lamecenses o custo dessa iniciativa Para também se poder aferir e pesar aquilo que é a realidade do evento, por aquilo que logicamente custou. E perceber também de uma vez por todas como é que funciona, confessa que até agora, tem sentido aqui algumas dúvidas e são mesmo muitas dúvidas, porque ainda não percebeu muito bem como é que um evento decorre no seu método de organização: Quem são os promotores? Quem são as entidades que são contratadas? Como é que são contratadas? Qual é o investimento que está previsto para o evento deste ano? E de que forma a que o Município de Lamego se centraliza neste evento. É ele o promotor? É ele que contrata alguém? É apenas um parceiro. Acha que se pode aproveitar esta altura para se poder receber este esclarecimento, e portanto, não tem dúvidas nenhuma as contas estão fechadas do ano passado e portanto serão fáceis de as explicar aqui, mas neste momento, até por sua modéstia opinião acha que este ano que vem ai é um programa um pouco mais ambicioso, isso é de louvar, mas quanto é que isto vai custar? -----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para começar por cumprimentar todos os presentes na sala, e de uma forma especial todos os penajoienses, população em geral que seguem esta sessão pelas redes sociais. Realmente é um gosto estar aqui na Penajóia. Por isso, em nome da Coligação “Somos Lamego” agradece a receção que nos fazem, que estão confiantes, que será, para nós o melhor que a Penajóia tem, na pessoa da Presidente da Junta de Freguesia, Cláudia Azevedo agradecer esta disponibilidade também tudo o que hoje se vai passar, porque sabe que se vai passar coisas importantes também para as pessoas da Penajóia.----- Quer destacar aqui um aspeto que já foi falado, pois conhece relativamente bem a Penajóia, passa aqui muitas vezes e subscreve duas ideias que já aqui foram ditas. A primeira é, realmente, a dificuldade dos caminhos e da ligação dos lugarejos, isso é evidente, mas também uma oportunidade, e essa oportunidade é que deve ser valorizada. Está-se, sempre, a referir as dificuldades, é importante, mas pode-se referir as oportunidades. Já se falou aqui do valor paisagístico da Penajóia, é das poucas freguesias com um valor paisagístico acrescentado. E então porque não rentabilizá-lo. Porque não apostar nele. Porque não valorizar a quantidade de caminhos e de miradouros que podem haver nesta freguesia, Fica a ideia e fica o desafio, para a Junta de Freguesia e, eventualmente, também para o Município ou com a ajuda do Município, pode ser mais fácil. -----

Deixa ainda uma pequena nota, pois anda-se aqui a discutir a paternidade das coisas, porque se sabe que em política e porque é importante para a satisfação das necessidades das pessoas, o trabalho colaborativo também é importante. Tem a ver com a vinda dos Ministros José Luís Carneiro e Ana Abrunhosa, com a missão nobre que vieram fazer a Lamego. Mas quer destacar aqui uma coisa que acha que vale a pena destacar e destaca porque se percebe a diferença entre uma situação e outra. Dizia o membro Pedro Torres há pouco, se não houver trabalho, muito pouco pode ser

feito. E é este trabalho, e esta capacidade de trabalho, esta capacidade de articular com o poder, esta capacidade de ser pragmático, ser objetivo, ser realista, ter uma ideia, ter uma visão e ter um projeto, ter trabalho preparado para o trabalho depois poder seguir, é isto que faz a diferença. -----

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira** para comentar, desde já, as palavras do membro José Manuel Correia. De facto, é importante conseguir-se valorizar os nossos territórios, atrair tecido empresarial, nomeadamente para o turismo. Mas diga-me, como é possível fazer isso quando uma unidade hotelaria não tem água ao domicílio, não tem saneamento? É impensável ter uma estratégia que não seja feita de forma normalista, e por isso, ouviu atentamente o Presidente da Câmara, mas aquilo que os penajoienses querem, aqueles que estão presentes, que assistem a esta sessão pelas redes sociais, é realmente ouvir aqui um compromisso. Porque no anterior mandato foi iniciado um projeto na zona ribeirinha, de fornecimento de água ao domicílio, algo que já não era feito há mais de doze anos. E, por isso, aquilo que ele compreende perfeitamente, sabe que há dificuldades, sabe que não é fácil resolver o problema de uma só vez, mas também não é isso que pede, o que pede é que seja feito de forma gradual. Compreende que é difícil convencer o Município, para que a principal estratégia de investimento seja direccionada para a Penajóia. Mas o que é certo, como disse há pouco, é a relevância das necessidades básicas. E aqui há que pensar como comunidade. -----

Por isso, é óbvio que é importante que haja aqui um compromisso por parte deste Executivo, no sentido, de enfim, dentro das possibilidades que são possíveis, que não haja um esquecimento, como já se assistiu no passado. E por isso, a retórica tem que ser neste sentido, ter um compromisso. Por isso, aquilo que nós todos queremos e aquilo que se tem que dar como esperança aos penajoienses, não só para aqueles que estão cá, mas também, numa perspetiva, como falava o Presidente da Câmara e bem, de fixação de turismo, mas é preciso criar condições para isso. -----

Relativamente aquilo que o membro Constantino Vaz falou, mas com boa disposição, acha que o membro Constantino Vaz tem que fazer uma reciclagem no seu discurso. Pois disse há pouco, na sua intervenção, que todos foram preponderantes. Mesmo até na esquadra da PSP, é um investimento direto do Governo, é uma estratégia feita pelo Governo, até aí eu disse que o esforço também foi da Câmara. Acha que aqui todos devem estar em uníssono. Não é estar aqui a tirar partido de que foi só a Câmara que fez essa pressão, tem que a fazer e fez, fez muito bem, tem que a fazer como é óbvio. Mas o Partido Socialista, a estrutura local, a distrital e nacional, também tiveram responsabilidade nestes investimentos. Como deve saber, aliás, como já fez parte de estruturas orgânicas do Partido Social Democrata, o membro Constantino Vaz sabe muito bem, quando um partido está no Governo, é importante o esforço e a pressão que é feita por parte das estruturas locais e regionais. Por isso, isto foi um esforço de todos, o Município na sua responsabilidade, mas também o Partido Socialista o fez.

E relativamente aquela questão da Assembleia da República, o que nos estamos aqui a fazer é o mesmo que acontece, exatamente, como na Assembleia da República. Somos deputados municipais e temos a responsabilidade de vir aqui e fazer a pressão.-----

Por isso, cada um no seu lugar tem que fazer as suas questões, nem vai analisar o teor das questões, porque, enfim, fazem-se por vezes questões para aquilo que está respondido, volta outra vez ao mesmo. Aliás, aquilo que assistiu na cerimónia em que o Ministro da Administração Interna esteve presente, e se esteve lá, o membro Constantino Vaz ouviu isso, mas se não esteve, devia ter estado, essa é uma das responsabilidades, que nós, deputados municipais temos, ou seja, estarmos presentes nestes momentos, para se conseguir ver o fio todo. E aquilo que ouviu do senhor Ministro foi que tem que haver confiança muitas vezes em relação aos governantes. Porque foi, enfim, questionado pelo deputado Hugo Maravilha na Assembleia da República, se era verdade que o investimento ia ser feito. Bom, não somos imaturos. Quando há uma estratégia, e quando há uma definição relativamente a algo que vai ser feito, acho que não deve ser feito este tipo de questão. E por isso, acho que é importante a consonância de todos os grupos políticos, porque um dia, esperando que seja muito mais para a frente, mas um dia que o PSD esteja no Governo, os membros da coligação “Somos Lamego”, enquanto grupo político, quer na Assembleia Municipal e quer também nos órgãos políticos locais e regionais, terão, como é obvio, um grande papel a fazer. Isto é perfeitamente normal em política. Por isso, quando se estiver a dizer que foi A, B ou C tem que se ter consideração por todos os que contribuíram para que estes investimentos, isso é que é importante, sejam realizados no nosso território. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que relativamente a este ponto estão, totalmente alinhados, e nessa medida também não pode deixar de dar os parabéns desta Assembleia Municipal, porque também foi fruto da sua pressão que se contribuiu para a certificação do heliporto do Hospital de Lamego, numa moção que foi aqui apresentada e que foi enviada na altura para o Ministro da Saúde. Se se recordam dessa moção. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que isto é só uma graça, relativa aos problemas o heliporto do hospital de Lamego e a Presidente da ANAC, tem origens na Penajóia. Já se podia ter usado este argumento, no sentido de sensibilizar, não de influenciar, mas de sensibilizar a ANAC para dar seguimento a um assunto que é muito importante, e que está agora, pendente, apenas, tanto quanto sabe, da sinalização da linha aérea. E aproveita esse aspeto, para responder à questão da ligação da adutora da Corvaceira, ainda da falta do posto de transformação da Corvaceira. O problema é que a instalação do posto de transformação aérea da Corvaceira, como estava em projeto foi chumbado pelo CCDR e não havendo alternativa ou havendo uma alternativa que custava várias vezes mais, foi necessário

fazer algumas insistências até se conseguir uma solução que fosse aceite pela CCDR, uma vez que está na zona classificada do Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade. Neste momento aguarda-se pela execução do PT, por parte da E-Redes.-----

Disse que não vale a pena, só há aqui uma questão que se pode colocar, que é, contrariando duas vezes o que disse o membro Romeu Sequeira, a primeira vez deixou passar, a segunda não deixa. Disse que esse processo foi lançado no mandato anterior, mas não foi. Este projeto desta candidatura da adutora de saneamento da Penajóia, da adutora de Souto Covo, da adutora de Penude e Arneirós, foi lançado em 2015, pelo seu anterior executivo, as outras duas obras foram executadas, a da Penajóia estava em concurso na mudança de Executivo municipal em 2017. O anterior Executivo entendeu deixar cair o concurso, alterar o projeto, lançar outro concurso, esqueceu-se de pedir a ligação do posto de transformação na mesma altura. Porque se o projeto estava aprovado, o posto de transformação devia ter sido pedido no início de 2018, e podia ter sido feito independentemente, da obra da adutora, porque o posto de transformação vai servir toda a rede eléctrica da Corvaceira. Vai, de resto trazer um bom reforço de qualidade àquela rede e não serve, exclusivamente as estações elevatórias que ali vão ser instaladas. -----

E portanto, nesse sentido, efetivamente há aqui um atraso, que é lamentável, mas é um atraso que se deve à forma como o processo foi conduzido e nesta altura está-se a insistir, a insistir diariamente, para que a obra seja concluída o mais depressa possível. -----

Relativamente ao Douro & Porto Wine Festival, este evento é desenvolvido por uma empresa que se chama Ollover de Future, tem um protocolo estabelecido com o Município de Lamego, que é público, foi aprovado em reunião de Câmara por unanimidade, tem autorização do Instituto dos Vinhos Douro e Porto para utilizar a marca Porto e Douro, durante um período de tempo, tem apoio do Instituto de Turismo de Portugal ou do Porto e Norte, conforme as candidaturas apresentadas para este tipo de eventos, pelos promotores, e tem o apoio logístico da Câmara Municipal de Lamego, que está previsto, está discriminado no protocolo, em relação às infra-estruturas de água e saneamento, de vedação do espaço e vigilância, enfim de todas essas questões que estão discriminadas no protocolo e que foram desenvolvidas no ano anterior, que o serão também neste ano, na nova edição que se vai fazer.-----

Relativamente a uma questão do membro Samuel Martins, sobre o subsídio de insalubridade e de risco, disse que vai decidir o subsídio de insalubridade. Infelizmente não vai poder atribuí-lo por todos aqueles trabalhadores que o solicitaram, uma vez que algumas funções não são, notoriamente, sujeitas a esse regime, parecendo que há uma tentativa de generalização deste subsídio a tudo o que são atividades manuais, o que não é o espírito da Lei.-----

Em relação à requalificação do Jardim da República, o projeto está adjudicado ao arquitecto Belém Lima, tem vindo a trabalhar no projecto, logo que se tiver uma solução ou várias soluções alternativas definidas, ir-se-ão discuti-las, quer na reunião de Câmara, quer publicamente. O maior problema que se coloca em relação ao Jardim da República, não é o Jardim da República e à requalificação do Jardim, é articular a articulação do Jardim da República com a requalificação da Praça do Comércio, com a ligação do Jardim da República ao Edifício dos Paços do Concelho, com um conjunto de alterações.-----

Nomeadamente na circulação viária no estacionamento, que terão decorrer dessas obras, e essa é, efetivamente, a maior dificuldade. Ter-se-á proximamente uma reunião com a empresa que dá assessoria, que dá apoio na mobilidade, para ajudar encontrar as melhores soluções, nomeadamente em relação à circulação de pesados, que atravessa hoje a Praça do Comércio. Por exemplo para vir para a freguesia da Penajóia e para a freguesia de Sande, e que se tem que encontrar soluções alternativas àquela circulação, se se quer ter na parte alta da cidade um ambiente urbano mais aprazível, às atividades comerciais e aos diversos negócios que ali se encontram à evidencia das pessoas, ao convívio, à confraternização, ao desenvolvimento do turismo naquela parte alta. -----

Portanto, compatibilizar aqui todos estes aspectos, depois com a manutenção de valores patrimoniais, que também estão ali em presença é complexo e no fim, sobre essa camada de reabilitação manter circulação de trânsito, estacionamento, tudo aquilo que é normal, é um exercício que se quer fazer com os técnicos, primeiro, e depois ouvindo as entidades e a população. -----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia**, para dizer que se está no PAOD e faz sentido também estas questões políticas, porque no fundo a política, serve para encontrar-se o melhor caminho e isso é que importante para se poder resolver as necessidades da população, é isso que aqui nos trás, e sabe-se que há caminhos diferentes, e os caminhos diferentes não têm que ser incompatíveis. Está-se a falar e não se está aqui a encontrar dificuldade nos caminhos que se podem cruzar ou divergir de vez em quando. Tenha-se a preocupação que os caminhos convirjam para o mesmo ponto, que é necessidade que as populações têm, e para isso a que elas nos elegem.-----

De qualquer das formas, só para referir duas notas, o Presidente da Câmara já falou do assunto, não podia deixar dar esta nota e vai tentar resumir de uma forma mais pragmática, daquilo que o Presidente da Câmara disse. -----

Está aqui o vereador Ângelo Moura, está aqui o Presidente da Câmara, está a concelhia do PS – o membro Romeu Sequeira, mas há coisa que é verdade, a única obra que o PS, supostamente, ia fazer no mandato anterior, era exatamente o saneamento da Penajóia, era, mas não conseguiu acabar. O problema não começou agora, já vem de trás que não foi resolvido. -----

Diria até que no mandato anterior o PS não soube rentabilizar a sua relação com o Governo, não soube. E isso resultou depois daquilo que aconteceu nas eleições., perdeu-as. Ele diria até, que este Executivo trabalha bem melhor com o Governo PS, do que trabalharia o Executivo PS, não tem dúvidas sobre isso. Este Executivo recebe bem melhor do que receberia o PS. Há dúvidas sobre isso? Ele não tem.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que em bom rigor fez uma pergunta, que o Presidente da Câmara não respondeu. Quanto é que custou ao Município de Lamego, quanto a que custou aos lamecenses o ultimo evento que decorreu do Douro Porto Wine Festival e a outra pergunta, também uma pergunta fácil, logicamente quando se protocola as coisas, já têm que haver pelo menos uma previsão, quanto é que vai custar este ano essa nossa contribuição.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que respondeu ao membro Pedro Torres, não lhe respondeu com números que não tem. É óbvio que, o que custou foi o somatório das requisições que foram efetuadas para fazer uma conduta de saneamento que vai desde a porta do Porto Fluvial de Lamego até a Etar de Cambres. A bombagem que está nesse poço, as ligações internas que foram feitas dentro do Porto Fluvial, a rede bekaert que se colocou para vedar o recinto definitivamente, é um investimento que ficará para futuro e toda a demais logística, nomeadamente, beneficiação do pavimento, de todas essas questões, colocação de iluminação. Vai também reforçar, no sentido de ficar definitivamente colocada naquele recinto, para não ter que ser repetida para aquele evento e outros. É uma questão de pedir aos serviços para fazer o somatório das requisições e sabe-se o custo. -----

O mesmo relativamente àquilo que vai ser o custo com o próximo evento, um dos objetivos que se tinha, não sabe se se conseguirá cumprir, era por exemplo, os sanitários em vez de serem amovíveis e alugados fossem fixos, ficassem naquele espaço e pudessem servir, não apenas o festival, mas outros pedidos que se vai tendo ao longo do ano para realizar eventos naquele local. Atendendo a que se está a cerca de três meses da realização do evento, se calhar já não se consegue fazer a aquisição e esta edição ainda terá esses equipamentos em regime de aluguer. Mas o que nós nos comprometemos e está-se a fazer é infra-estruturar o recinto para servir este evento e outros ali vão poder ser realizados.-----

Voltando à questão da Penajóia, quer dizer ao membro Romeu Sequeira que o que disse não é bem verdade, provavelmente no mandado em que foi Presidente de Junta, não se fez investimento nem em água nem em saneamento, mas isso foi o erro do membro Romeu Sequeira. Porque o Executivo na altura fez redes de saneamento básico na Igreja Velha e Fieis de Deus. Fizeram ligação de drenagem de águas pluviais e na altura com suporte de muro, nos lugares de São Gião e Cordoneiro. Fizeram redes de abastecimento de água na Igreja Velha e em Vila Chã, fizeram a gestão das redes de abastecimento no lugar do Bairro Alto, fizeram a adutora de Angorês, parte de Cambres, que é onde vai ser ligado o saneamento da Penajóia,

através da cascata de bombagem, de que se estava a falar e que vai da beira-rio até à estrada nacional 222. Portanto fez pouco, mas fez-se alguma coisa. -----
 E fez-se uma coisa que era muito importante, fez-se um projeto integral para a realização de todas as redes de água e saneamento da freguesia da Penajóia, e que não se conseguiu candidatar, porque o custo, de facto, era muito elevado e as verbas, que estavam no quadro comunitário já não as previam. Com esta alteração que obrigaram a fazer, de obrigar a levar o saneamento que vai até à ETAR de Cambres, todo esse projeto tem que ser alterado, que era um projeto baseado em quatro adutoras verticais, seguindo cada um dos vales que forma esta freguesia e duas ETAR's de Pequena dimensão na Beira-rio. Está-se a tentar refazer esse projeto, fazendo apenas uma ETAR, sendo que essa ETAR será feita de acordo com as regras que estão definidas, espera-se que não venham assim no Aviso, quando for lançado, terá que ter reaproveitamento das águas dos efluentes, das águas rejeitadas. O que é mais uma imposição, vai encarecer o projeto e vai obrigar a uma complexidade de relacionamento, que se tem que encontrar utentes, nomeadamente, proprietários agrícolas. Agricultores que queiram utilizar as águas rejeitadas da ETAR no regadio. Não é um processo fácil, é uma imposição, que para a Câmara é um bocadinho confusa, porque tendo ao lado o Rio Douro, onde a rejeição pode ser feita, se forem cumpridos os parâmetros ambientais, não há necessidade de fazer essa justificação. Aguarda-se a saída do aviso, tem-se o projeto pronto. Se houver concordância entre o nosso projeto e aquilo que serão as condições do Aviso, a freguesia da Penajóia poderá ter a oportunidade de, dentro de três ou quatro anos ter este problema resolvido. Mas não antes disso.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para dizer que daquilo que, foram as actividades que o Presidente da Câmara elencou, pediu permissão ao Presidente da Assembleia, pois o senhor Presidente da Câmara na sua última intervenção, disse que não tinha os custos, aproveitando para requerer ao Presidente da Assembleia, que seja enviado para para todos os grupos municipais, o breve possível, os custos inerentes à realização do último festival Wine and Music Valleey do ano de 2022, realizado no porto comercial de Cambres. -----

Interveio o membro **Romeu Sequeira**, para dizer que foi interpelado duas vezes, começando pelo membro José Manuel Correia, não quer usar o mesmo discurso que usou para o membro Constantino Vaz, mas não pode aceitar que venha dizer que o Partido Socialista não sabe receber os governantes, que este Executivo sabe receber melhor que o Partido Socialista, pois está-se a falar de órgãos distintos. Ou seja, ele enquanto Presidente do Partido Socialista de Lamego sabe receber os governantes, ou seja, mais uma vez diz, quer o Partido Socialista e quer o Executivo Socialista, porque no mandato anterior era líder do grupo municipal, e acompanhou a vinda de vários governantes que foram muito bem recebidos. Aliás, nem nunca pôs em causa quando o PSD foi e é Câmara, que não tenha recebido bem os nossos governantes.

Acha que isto não deve ser objeto de comparação, assim como disse o Presidente da Assembleia, e utiliza as suas palavras, “qualquer lamecense sabe receber bem os seus governantes”. E as estratégias, uma vez mais, di-lo, novamente, são sempre articuladas entre o Município e o Governo, mesmo quando não há ação direta do Município. Pois acha que neste sentido, nem deve ser objeto desse assunto. -----

Relativamente à questão do projeto da água e do saneamento da Penajóia, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, também não vai deixar passar em claro aquilo que ele disse. Até porque, disse que ele enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia podia ter feito mais. Mais? Depois das suas várias intervenções quer na Assembleia Municipal, que estão registadas, quer até, inclusivamente, em reuniões de Câmara Municipal, quer, inclusivamente através de reuniões que ambos tiveram em privado, quer, inclusivamente através de reuniões que tiveram em conjunto com outros Presidentes de Junta, que aliás o regulamento que se vai discutir hoje, parece que vai resolver esta situação, quer inclusivamente, até aqui na Penajóia, tantas vezes falou neste assunto e deixou escrito. E, aquilo que o Presidente da Câmara na altura dizia, “isso não é uma estratégia”, aliás ouviu várias vezes, uma vez, inclusive, até na rádio, em que o Presidente da Câmara disse, abertamente, que não era possível ter uma estratégia para a Penajóia no que toca a água e saneamento, devido ao seu elevado valor de investimento. Por isso, não pode o Presidente da Câmara dizer que ele, enquanto assumiu as suas funções não teve também a sua ação. Aliás, até para deixar aqui reforçado, ele próprio também participou com o Presidente da Câmara, nessa estratégia, porque também teve intervenção, até foi, aliás, o Presidente da Câmara, devido às suas ações, que o convidou para participar nisso, naquele que era o projeto inicial que o Presidente da Câmara falava. Não se pode ter esquecido disso. Por isso não pode aceitar, como é óbvio, aqui toca-lhe no coração que o Presidente diga uma situação dessas. Só para que fique aqui bem vincado, que enquanto assumiu as suas responsabilidades, sempre tudo fez para que os penajoienses tivessem as suas condições básicas reais. -----

Interveio o membro **José Manuel Correia** para clarificar, as palavras têm sentido e têm valor. Ele falou no Executivo e disse que o Executivo, este Executivo, receberia até melhor. Sabe que todos nós somos pessoas educadas, os lamecenses são pessoas educadas, não se está a discutir isso. Analise-se os factos que decorreram das visitas ministeriais no mandato anterior, e os factos que decorreram das visitas ministeriais neste mandato. É a sua opinião e está dito, está clarificado, assim como disse que a sua opinião, este governo com este executivo trabalha melhor.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que não quer replicar ao membro Romeu Sequeira, mas ele é que falou no que não se fez em doze anos para trás. Abrangeu, provavelmente também o período em foi Presidente de Junta, foi só aqui um lapso de datas. -----

E queria dizer, porque não o referiu explicitamente, que no seguimento daquilo que aconteceu no ano passado, com muitas famílias a ficarem sem água, por causa da seca. Este Executivo tem algumas intervenções pontuais preparadas, nomeadamente, em Vale Claro, ainda para este Verão e tem-se uma pretensão da Presidente da Junta, que não tem infra-estrutura de água e saneamento, ter-se-á pelo menos colocar os tubos antes de fazer essa intervenção, sob pena de se andar aqui a fazer e a desfazer, o que não aceitável. Ou seja, pequenas coisas que sempre se fizeram e continuaram-se a fazer. A questão da estratégia do projeto global e do dinheiro que é necessário para o fazer. Há que consciência de que é para aí que resolve o problema, todos têm que colaborar. -----

2.1. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DE ABRIL DE 2023-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de abril de 2023, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados. Feita a contagem verificou-se que estiveram presentes trinta e oito membros, existindo, sete não votos de membros que não estiveram presentes naquela sessão.-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e oito membros presentes na sala.-----

Deliberação: Aprovada por trinta e um votos, havendo sete não votos, por não terem participado na sessão anterior.-----

2.2. **ASSUNTO:** INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para prestar duas informações a prestar à Assembleia: a primeira é que decorreu a tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, foi instituído pela primeira vez em Lamego. Tomaram posse os membros perante a Câmara Municipal. E o Conselho Municipal de Segurança é uma entidade com funções de natureza consultiva, é órgão municipal, que visa promover a articulação, a troca de informação, entre as entidades na área do Concelho. Aqui estão representadas várias entidades: desde a Juntas de Freguesia, a PSP etc. e o órgão tomou posse pela primeira vez em Lamego este mês.-----

Reuniu também o Conselho Municipal de Educação. Dar nota à Assembleia Municipal que o Conselho Municipal de Educação foi importante, sobretudo, por duas questões fundamentais que foram lá discutidas: a primeira e metodologia a adotar na revisão da carta educativa, foi apresentada essa metodologia e foi discutida. Essa metodologia culminará com a aprovação ou não aqui neste órgão da nova carta educativa para o Município de Lamego. A estimativa de acordo com os prazos previstos, é que possa estar em condições, após uma discussão alargada dos membros do Conselho Municipal e Educação e também alguma discussão pública, de se aprovar, de se discutir, e deliberar nesta Assembleia sobre a carta educativa municipal na sessão da

Assembleia Municipal de fevereiro de 2024, foi esta data que ficou delineada na reunião do Conselho Municipal de Educação, ainda que, eventualmente possa sofrer algum ajuste, em função dos trabalhos da empresa que está responsável por esta alteração e sua interação com o próprio Conselho Municipal de Educação. -----

O Conselho Municipal de Educação emite ainda um parecer favorável à aprovação do Plano de Acção Escolar e Transportes Escolares referente ao ano lectivo de 2023/2024.-----

Relativamente à Cim Douro, uma reunião da Assembleia Intermunicipal, que está marcada para amanhã, por isso ainda não trás alguma informação.-----

De seguida perguntou se havia alguma informação de algum representante à Assembleia dos órgãos que deva ser aqui prestada, à qual não houve nenhuma intervenção. -----

3.ASSUNTO: PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

3.1.ASSUNTO: APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 7572013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO E RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2022-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que fará algumas referencias, algumas informações que estão escritas, sobre os quais também alguns foram aqui discutidos.-----

Quer apenas salientar os eventos que decorreram neste fim-de-semana, a cidade e o Concelho estão em permanente actividade e ontem celebrou-se o Dia Mundial do Dador de Sangue e as celebrações nacionais que ocorreram em Lamego, com centenas de participantes e dezenas de associações de dadores benévolos de sangue de todo o país.-----

Teve-se também a presença do Presidente da Federação destas associações e da Presidente do Instituto Português de Sangue.-----

Quer agradecer muito especialmente à nossa Associação, por ter o relevo e o destaque nacional, de se poder candidatar a receber no Concelho de Lamego estas comemorações do Dia Mundial do Sangue. Mas ainda mais, ver que o trabalho desta Associação é extremamente reconhecido, quer pela Federação, quer pelo Instituto Português de Sangue. É uma instituição que o Município apoia muito, quer-se continuar a apoiar, quer lhes deixar aqui uma palavra de gratidão e de homenagem.---

Decorreu também a celebração do dia da Freguesia de Britiande, a Festa de Santo António em Ferreirim.-----

Teve-se a exposição canina e o grande prémio Internacional de Ciclismo do Douro. ---
Afirmou que, como também já aqui foi referido, assinou o contrato interadministrativo com o Ministério da Administração Interna para a realização de obras nas instalações da PSP. Disse que era um protocolo que estava prometido desde janeiro, quando o Ministro da Administração Interna José Luís Carneiro, se lhe referiu publicamente. E

ele disse que havia obras na PSP e que seriam feitas até ao montante de setecentos e cinquenta mil euros, por acordo a celebrar com o Município de Lamego, oportunamente. Aguarda, efetivamente, em meio ano. O projeto ficou concluído, não se acompanhou a execução física do projeto, ou seja, a definição das obras foram, exclusivamente, da parte do Ministério, a Câmara não teve intervenção, mas aceitou essa incumbência, lançar o concurso de empreitada e de realizar as obras.-----

Quando o Ministro entendeu e deve dizer, que quando o Secretário-geral o informou de que o projeto estava concluído e que poder-se-ia começar a desenvolver esforços para assinar o contrato interadministrativo, bastou uma mensagem do senhor Ministro quando é que se assina o contrato, o projeto está pronto, e a resposta foi, muito brevemente e a data foi marcada. -----

Não tem muito que dizer áquilo que é o relacionamento com o Governo quando corre bem, há situações corre menos bem, e esta correu muito bem. Espera que, de facto, as obras que vão ser feitas que correspondam às necessidades das PSP e que nós tenhamos a capacidade para as fazer com a maior rapidez, porque elas são urgentes.

E por isso um agradecimento ao Ministro da Administração Interna, de resto uma pessoa que estima, que conhece muito bem o terreno que pisa, conhece muito bem este Concelho, conhece a realidade do poder local, não vale a pena estar aprofundar mais sobre isto. -----

A mesma situação em relação a visita da Ministra da Coesão Territorial, para a assinatura do auto de consignação da Residência de Estudantes, que é uma obra que acha que ninguém poderá contestar nem da sua necessidade, o seu interesse. O benefício ser no sitio em que é, a Praça do Comercio, ser uma reabilitação de edifícios existentes, portanto. é uma obra muitíssimo interessante. Que a Ministra até hesitou, em vir participar, porque ela não tutela o PRR, mas ele insistiu que fazia todo o sentido ser a Ministra da Coesão que vinha inaugurar o Centro Cívico a fazê-lo.-----

Primeiro por economia, não é necessário ter os Ministros todos os dias no nosso Concelho. Mas depois, sobretudo, porque a Ministra da Coesão tem sido uma pessoa com uma presença contante no território. Acede sempre aos convites dos autarcas, tem testemunhado isso na nossa Comunidade Intermunicipal do Douro, e nas comunidades vizinhas. É uma pessoa que houve as preocupações, e que sabe que as transmite no seio do Governo. Nem todas serão atendidas como é evidente. Mas tem-se tratado com a Ministra alguns assuntos críticos e complexos, nomeadamente a questão do financiamento do Centro de Saúde, e a Ministra foi , efetivamente muito disponível, para junto do Ministro da Saúde, juntar os nossos esforços e encontrar soluções de financiamento. E tem sido também uma pessoa muito presente nas discussões que se vai tendo na Comunidade Intermunicipal do Douro, em torno das estratégias e da articulação com as políticas nacionais e com as políticas regionais. Falando nas políticas regionais a estratégia da CCDR e a contratualização entre a CCDR e as comunidades intermunicipais. Muitas vezes encontra-se na Ministra um

reconhecimento e uma sintonia de posições com aquilo que é a posição da Cim Douro e dos Municípios, que é muito satisfatório. Quando é assim não se tem que criticar, tem-se que reconhecer e elogiar e esperar que nas situações em que não é assim, se possa corrigir e se possa encontrar soluções.-----

Contudo, quer dizer porque é que acha que o Governo está a virar-se para os municípios e está a encontrar nos municípios um parceiro, o que nem sempre acontece, para desenvolver projetos, que de outra forma não andam. -----

Vai só falar de fundos comunitários e daquilo que o Governo tem à disposição do país que tem para investir. Do Portugal 2020, de 26, 9 mil milhões de euros ainda estão por investir, por gastar 3 mil milhões de euros. Do reforço do next generation, 2, 5 mil milhões de euros; ainda estão por gastar 950 milhões de euros. Do PRR 16,6 mil milhões ainda por gastar 14,8 mil milhões. Do reforço do PRR que foi anunciado agora e onde nós teremos reforço de financiamento para o Museu de Lamego e reforço de financiamento na área da saúde, para o Centro de Saúde de Lamego; 2,4 mil milhões de euros está todo por gastar, não é de estranhar, porque foi anunciado agora. -----

Do Portugal 2030, são 22, 99 milhões, são 23 mil milhões está todo por gastar, não se gastou ainda um cêntimo. Isto é são 50 mil milhões de euros que o Governo tem que gastar até 2030. Isto exige a quadruplicação da capacidade de investimento por aquilo que foi feito no período anterior. -----

E o Governo já percebeu que não o consegue fazer, apenas o Governo com a Administração Central, com os investimentos das empresas, também têm as suas dificuldades de financiamento e têm algumas limitações, porque estes investimentos são, essencialmente, para inovação, internacionalização, etc.. -----

E portanto, as autarquias são efetivamente, um caminho para ajudar a colocar este dinheiro no terreno, nos projetos que são necessários ao desenvolvimento do país, à estruturação da nossa economia, a melhoria da qualidade de vida das nossas populações. Se tivermos todos em sintonia em relação a isto, funcionará melhor. -----

E ainda exclui aqui e já agora refere, os 6 mil milhões de euros do Pepac para a política agrícola, onde um território como o nosso, na vinha, no pomar, na indústria agro-turística, vai beber e vai buscar muito dinheiro, nomeadamente nalguns aspectos que são críticos, como a adaptação às alterações climáticas, tem-se um problema de regadio que se tem que se enfrentar. Na proteção contra intempéries, já se falou aqui dos canhões, tem-se falado nas redes anti granizo, há imensas coisas de que a nossa região precisa e que pode beneficiar destes fundos comunitários. E os municípios têm que estar disponíveis para ajudar a por este dinheiro no terreno ao serviço das nossas empresas, das nossas instituições e das nossas pessoas.-----

Relativamente a outros eventos, salientou as comemorações do 10 de junho, que decorreram na cidade do Peso da Régua, no âmbito da Cidade Europeia do Vinho, tiveram muita honra de receber as altas individualidades do Estado, especialmente o

Presidente da República que aceitou o nosso desafio e escolheu a cidade da Régua para sede deste evento.-----

A Feira Medieval, o seu sucesso como já aqui foi referido.-----

A discussão sobre a intervenção territorial integrado ou seja o pacote de fundos comunitários que a CCDR vai transferir, vai delegar na Comunidade Intermunicipal do Douro. Este pacote irá rondar os 157 milhões de euros, é muito mais dinheiro que no pacote anterior, mas não vai ser todo destinado aos municípios, ou seja, há muito dinheiro neste pacote de financiamento, que no quadro comunitário anterior, Portugal 2020 estava em programas operacionais nacionais, e há algum dinheiro em que os municípios são, simplesmente, barriga de aluguer, por exemplo, para a rede ferroviária e outros investimentos, em que nós apenas recebemos o dinheiro e o transferimos, portanto, não ficará ao dispor da região. Pode dizer que aqui tem-se um problema com o Governo e com a CCDR, porque o discurso político fácil será as Cim's vão ter muito mais dinheiro, ou seja, vão gerir mais dinheiro, mas na prática vão ter menos dinheiro para por nos nossos projetos concretos, naqueles que no nosso Município e nos outros municípios da Cim Douro vão fazer a diferença no dia-a-dia das pessoas.-----

Em todo o caso o Município de Lamego elencou um conjunto enorme de investimentos, de mais de 50 milhões de euros. Aliás referiu isso na intervenção que fez na visita da Ministra Ana Abrunhosa, tem-se, neste momento, entre candidaturas ou promessa de financiamento 27,5 milhões de euros no PRR e tem-se estes 50 milhões de euros elencados para a estratégia territorial do Portugal 2030.-----

Sabe-se que, 50 milhões não cabem em 157 milhões de euros, ou seja, Lamego não pode ir buscar 50 milhões de euros, dos 157 milhões de euros que a Cim Douro vai receber. -----

O Governo também já está a estudar estratégias, têm sido muito discutidas com a CCDR e foram discutidas também num seminário que houve sobre a nova Lei de Financiamento Local, na Exponor na semana passada e o Governo comprometeu-se a encontrar financiamento alternativo, nomeadamente duas escolas muito importantes como são a Escola EB/2.3 e a Escola Secundária da Sé, puderem ser apoiadas no Portugal 2030, mas por outros fundos comunitários do PRR ou de uma linha de financiamento Bei.-----

Disse ainda que se está a concluir o projeto da Mascara de Lazarim, uma candidatura, essa sim, que vinha do Executivo anterior, e que se está a concluir e foi realizada uma conferência "Mascara Identidade de uma Comunidade".-----

Referiu também e não está na informação escrita, mas a Vice-Presidente da Câmara chamou a atenção, o aniversário da Liga dos Amigos do Hospital, também uma instituição com uma atividade permanente e uma colaboração excelente com a Câmara.-----

A realização da Montra da Cereja, um evento que diz muito a esta freguesia da Penajóia. -----

O evento Lamego Há Prova, um evento que decorreu no Pavilhão Multiusos, que constou de prova de produtos regionais, quer as nossas iguarias económicas, quer os nossos vinhos.-----

O concurso do Chefe Cozinheiro do ano, afirmou que como todos sabem, o Chefe Cozinheiro de 2022 foi a Ana Magalhães, que é Subchefe do Restaurante Sircense, e este ano decidiu-se acolher este evento. Foi um evento muito interessante, que teve a participação de sete chefes finalistas. Há um envolvimento muito grande e sobre tudo há uma tentativa muito grande de mostrar que a nova gastronomia se pode fazer, utilizando os produtos tradicionais, receitas tradicionais, e dando-lhe apenas um aspecto e um enquadramento diferente. -----

Também uma referência ao evento Cidade Poema.-----

Referiu as reuniões da RECEVIN, portanto a RECEVIN é a entidade que determina ou atribui o Galardão de Cidade Europeia do Vinho. A eleição da Cidade Europeia do Vinho do próximo ano será feita em Bruxelas no próximo dia 4 de julho, entretanto tem estado a acompanhar quer a Cidade Europeia do Vinho, que o Douro, quer a cidades do vinho, de cada um dos países.-----

Fez uma referencia ao 25.º Aniversário da Lamivinhos, por um motivo muito simples, porque não é todos os dias que temos oportunidade de estar em empresas de sucesso, do nosso território, empresas que mantem o sucesso ao longo de décadas.---

Faz também referência a uma visita que fez aos Queijos Paiva, neste caso, trata-se de uma empresa que faz um trabalho importantíssimo de ligação entre centenas de produtores, mais de uma centena de produtores locais e a restauração e outros canais de distribuição e venda dos nossos produtos. Todos sabemos que muitas vezes produzimos produtos de altíssima qualidade, que não se conseguem por no mercado.- Ter estas empresas que nos ajudam é fundamental. -----

Uma referencia também à Feira de Santa Cruz.-----

E outra, a um projeto que quer lançar, muito brevemente ou apresentar, pelo menos muito brevemente, que é a criação de um Polo 2 da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, ou seja, novas instalações onde a Escola Superior de Tecnologia e Gestão possa ter mais espaço, possa ter mais espaços adaptados às suas necessidades, nomeadamente tecnológicas e também espaços sociais, nomeadamente a nível de cantina, de sala de trabalho e de auditório.-----

Salientou a celebração do dia da Liberdade, o 25 de Abril.-----

A abertura do caminho dos Monges e o roteiro às adegas de Valdigem, concluem, porque é feito por ordem, inversa desde a última Assembleia Municipal, a sua informação escrita, que tem depois o resto da informação, nomeadamente de caráter financeiro, estando ao dispor de todos os deputados para prestar qualquer outro esclarecimento.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para dizer que começa pela fase inicial daquilo que foi a intervenção do Presidente da Câmara e logicamente congratular-se, porque ao

longo destes quase dois anos, tantas coisas aqui se ouviram sobre o Governo, e portanto congratular-se até durante o período a que fez a referência. Claramente, já se percebeu, pelo menos são as palavras do Presidente da Câmara, no que diz respeito à realidade de Lamego, realidade da região, tem havido, de facto, essa sintonia, essa predisposição, esse trabalho por parte do atual, que se calhar será tão diferente e tão dispare, daquilo que muitas das vezes são os casos e casinhos que vão alimentando as chagas de novelas venezuelana ou mexicana que se vai assistindo na TV. E portanto, aquilo que é a realidade de no terreno. Congratula-se que, de facto, é uma realidade diferente, portanto, está-se em sintonia.-----

Mas há aqui uma questão que, de facto, é obrigado a concordar com o Presidente da Câmara, há aqui uma realidade que não vem de agora, é uma realidade que vem de há muitos anos a esta parte. -----

De facto, desde que se estipulou aqui um conjunto de regras, de análises e controle, quer sejam principalmente pelas obras, pelas grandes obras que são feitas por parte do Estado Central, principalmente aquelas que obrigam a introdução de fundos comunitários, nos termos separado, ao longo, de praticamente, todos estes anos e podemos atirar claramente, a partir principalmente do ano de 1988, para uma dificuldade enorme, para uma perda de tempo brutal, daquilo que é, muitas das obras que não têm uma expressão e uma dimensão nacional muito significativa, mas que são lançadas pelo Estado Central, de facto, demoram muito tempo. Demoram o tempo em demasia, daquilo que é a necessidade das pessoas, porque regra geral, este tipo de investimentos, são para quando as necessidades já se estão a verificar há muito tempo. E portanto, acha que esta estratégia que tem sido lançada pelo Governo, próximo das comunidades, próximo dos municípios, é, de facto, o ponto fundamental.-- Afirmou que o Presidente da Câmara elencou aqui e bem, sendo certo, que, logicamente os números poderão ser de alguns tempos atrás, e portanto há que principalmente e no que diz respeito do PPR, também é verdade perdeu-se aqui algum tempo, fruto do tal inação e dinamismo dos projetos, e agora muitos deles já estão a entrarem fase de execução.-----

Acredita que, grande parte desses projetos já vai ter uma taxa de execução maior. Mas diga-se de passagem, que de facto, temos este problema, um problema de se ter verbas disponíveis, mas a burocracia e os períodos temporais para se poder estar em obra, e principalmente, para concluir a obra. Porque, mais do que estar em obra, é preciso concluir a obra, para que isso, de facto, traga uma mais-valia para as pessoas, se demora demasiado tempo.-----

Portanto acha que esse é o caminho correto. Mas essas demoras, não são, logicamente, só por parte do Estado Central, para o exemplo de Lamego e tem-se ainda um conjunto de obras que ainda estão a decorrer, em qual algumas delas já deviam estar terminadas há mais de um ano, apesar dos motivos serem diversos. Mas esta é a realidade com que todos se enfrentam. -----

Sendo certo, e que ele ainda acredita que se houver empenho e dedicação, esses prazos podem ser encurtados. -----

E também sem qualquer tipo de hipocrisia, por norma, as obras que são desenvolvidas pelos municípios, embora se tenham aqui algumas, que já levam mais de ano e meio de atraso. Mas demoram sempre muito menos, que muitas das que são desenvolvidas por parte do Estado Central. Porque algumas delas demoram tanto tempo, que ele inclusivé poe em causa, se a parte estrutural de algumas dessas obras já estejam em condições, inclusivé, para serem terminadas. Portanto, acha que aí, deve-se a afinar a bitola, devemos estar todos de acordo.-----

Daquilo que foram as actividades que o Presidente da Câmara elencou, pediu permissão ao Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara na sua última intervenção, disse que não tinha os custos, em relação áquilo que foi o seu pedido em relação à questão do festival, aproveita para requerer ao Presidente da Assembleia, de forma oral, para que seja enviado, para todos os grupos municipais, o quanto breve possível, pensa que será muito breve, os custos que tiveram assentes sobre a realização do ultimo festival e também, pensa que não será totalmente despropositado, quer acreditar e acreditam todos que as coisas têm planificação com aquilo que serão os custos previsionais para o desenrolar do próximo. -----

E para terminar senhor Presidente queria apenas de também pedir o seguinte: na última Assembleia Municipal foi entregue uma listagem relativa à ocupação dos terrados durante as festas em honra de Nossa Senhora dos Remédios, aproveitando para solicitar nova listagem referente à utilização das esplanadas, com menção de quem pagou e de quem não pagou, uma vez que tem ouvido falar que uns pagaram e outros não e ainda de que uns tinham dúvidas referentes à utilização do terrado do ano anterior, o que que, a ser verdade, não há, a seu ver, equidade entre todos os requerentes/comerciantes.-----

Mas agora dirige-se diretamente ao Presidente da Câmara, para que garanta, que de facto essa equidade entre os diferentes operadores seja garantida, para que não tenhamos logicamente, casos de lamecenses de primeira e de lamecenses de segunda. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que ficam registados os dois requerimentos, que fará chegar aos membros da Assembleia assim que lhe chegarem esta informação.-----

Tomou a palavra o membro **Ana Branca Carvalho**, para começar por cumprimentar todos os presentes na sala, todo o público que ouviu esta sessão através das redes sociais e especialmente as pessoas que têm todo o tempo do mundo para estar a ouvir, refere-se aos idosos, sendo isso que a traz aqui. Mas, não se esqueceu, de cumprimentar a Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia, Dr. Cláudia por os ter recebido na sua freguesia. Referiu que é, sem dúvida, uma mulher lutadora, com um perfil excelente para uma Presidente de junta e que tanto nos orgulha, não só às

mulheres, mas a todos, pese embora a referência ao género.-----

Referiu ainda que a presidente, nas suas funções, tem muitas vezes que pedir, não é fácil, pedir muitas vezes é angustiante, e às vezes até desmobiliza, desejou muita força. Disse ainda que sendo mulher sabe e sendo lutadora, não sendo meros adjectivos, sabe que vai em frente e sempre a olhar pela qualidade de vida dos penajoienses.-----

Perguntou o que é que a traz aqui, se calhar algumas palavras que foram ditas do Presidente da Câmara. Referindo que pensar, efetivamente, em recursos é pensar na qualidade de vida. Esqueceu-se, se calhar, por falha da Vice-Presidente da Câmara, que neste momento não está aqui, mas gostaria de lhe dizer, esqueceu de um grande pormenor relativamente à sua informação. É que decorreu também na cidade de Lamego, têm decorrido várias vezes na cidade de Lamego, eventos promovidos pelos idosos desta cidade. Idoso, velho, reformado, são palavras que a todos pesam, mas é o inevitável da vida, vão todos para lá, todos: jovens menos jovens e os que a vida lhes permite chegarem a tão bela idade – a de idoso. São aqueles que têm ou não a felicidade ou infelicidade de abandonar, de partir destes territórios, porque não conseguem ficar cá como idosos, não têm condições. -----

Disse que isso a preocupa, porque os censos de 2021, relativamente ao Concelho de Lamego, o índice de envelhecimento é de 249,4%. -----

Também afirmou que os idosos, velhos e os reformados pagam impostos, pagam IML, pagam IRC, pagam IRS, pagam IMT, pagam IVA. O que quer dizer que estão ativos, naquilo que é a sua cidadania. Mas mencionou que, promover eventos, com um esforço enorme e não serem tidos em conta, é muito desumano e triste. Deu os parabéns ao Presidente da Junta de Lamego que está sempre em todos os eventos, reiterando a relevância deste tipo de atividades sénior. Deu também os parabéns a todos os Presidentes de Junta, quanto nas suas freguesias, apoiam os seus idosos, porque a vida é mesmo assim. A vida continua, pese embora ser tão rápida. Referiu que se chega a um ponto em que se quer qualidade de vida. Porque ser idoso, neste país, é ter 64 ou mais anos. Mencionou que muitos ainda estão no ativo e que são precisas infra-estruturas condignas, que os recebam, que os acolham. Que lhes permitam estar nos dias frios de Inverno com o calor que teriam em suas casas. E que nos dias quentes de Verão estejam bem, com o que necessitam numa vida condigna. Mas, muitas vezes são vários os sítios onde não podem estar, porque alguns dos idosos não podem andar, não se podem mover e quer o frio, quer o calor em excesso são prejudiciais para a vida que é finita. Disse ainda que se continua a bater na mesma tecla referindo as infra-estruturas. Algumas situações referenciadas, de obras necessárias, sem grandes custos, nos espaços onde idosos vão todos os dias para manter a sua sanidade mental. Mencionou que é saúde pública que está a falar. -----

Por isso, disse ao Presidente da Câmara, que lhe custa imenso e pede desculpa que lhe faça tal referência. Pese embora a Vice-Presidente da Câmara ter estado presente,

os idosos do coro da Universidade Sénior, com uma faixa etária até aos 90 anos, estiveram 45 minutos à espera, porque todos eles diziam e acreditaram que o Presidente da Câmara estaria presente. Disse que lhe custou, porque estava presente, e foi uma das pessoas que se levantou para pedir ao Comandante, que comesçassem o evento, porque é impossível ter idosos, nesta faixa etária, com tanta expectativa. Reiterou que lhe custou presenciar tal facto. Afirmou que não é só defensora de causas, é também defensora daquilo que será a sua vida a breve trecho, porque a vida é efémera e passa rápida. Disse que gostaria de se manter na sua cidade, a gozar a sua velhice na sua cidade, com o direito que tem, porque é cidadã, é munícipe, é freguesa, tem direitos, liberdades e garantias, mas também tem direitos económicos sociais e culturais, porque todos somos pessoas e o ciclo de vida é inevitável-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para dizer ao Presidente da Câmara que não responde ao solicitado pelo povo, não são obras que os lamecenses querem, querem obras elencadas pelo povo. O Presidente da Câmara já teve um aviso por causa das obras que estão à vista de todos. Perguntou o que tem feito este Município em relação à Torre de Granizo de Lalim. Houve uma providência cautelar, não está a ser cumprida a ordem judicial. Outra pergunta, tanta trapalhada na feira de Lamego Há Prova, produtos endogónios e vinhos. É caricato o que se passou. Dois contratos: um por 15.600 euros, e outro por 17.957,25 euros. Pergunta o que é que se passou-----

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, hoje um cumprimento especial para a Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia, felicitando-a por receber aqui, mas principalmente para lhe demonstrar a sua solidariedade. Porque de todas as Assembleias que foram realizadas fora do Salão Nobre do Concelho de Lamego, nunca viu nenhuma onde tanto se debatesse a terra, conjuntamente com os problemas do Concelho Também. Isso só lhe faz lembrar que, realmente, a Penajóia é um lugar bonito, e pró Douro, e património, é tudo isso. Mas é o único lugar, onde um problema de mais de 50 anos ainda não se resolveu. -----

Portanto quer deixar aqui a sua solidariedade. É claro que a história dirá quem fez e quem não fez, a história dirá quem já fez e quem pensa ainda em fazer, a história dirá que são os donos da retórica e quem são aqueles que fazem, de facto.-----

Passado este apontamento, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse-lhe que só queria um esclarecimento acerca da sua informação. Naturalmente há-de entender a sua curiosidade, prende-se com o facto, de finalmente, no dia 25 de maio ter havido uma reunião do Concelho Executivo da Douro Alliance, queria que, eventualmente, pudesse dar um esclarecimento mais profundo sobre essa situação. Porque lhe parece essa organização defunta ou pelo menos dormente, e fica congratulado de ela, finalmente respirar e espera-se que, realmente esse respiro se transforme em vida, e,

eventualmente, Lamego, um dos três agentes preponderantes dessa instituição possa colher frutos dessa nova vida, dessa Ressureição. -----

Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões**, para cumprimentar todos os presentes na sala, e em especial a Presidente da Junta de Freguesia de Penajóia, agradecendo-lhe por receber esta sessão. Não vai falar em dificuldades, porque as passa aqui todos os dias na Penajóia e é um desafio ser autarca nesta freguesia. É um grande desafio.-----

Referindo-se à intervenção do membro Ana Branca Carvalho, depois de três ou quatro páginas que o Presidente da Câmara apresenta na sua informação, pois quer felicitar o Executivo pela dinâmica do trabalho que tem apresentado ao longo destes últimos dias, quase todos os dias há actividades.-----

Disse ao membro Ana Branca Carvalho que sabe que os idosos também trabalham, todos os dias, às vezes passam horas para serem atendidos por nós, pelos médicos, e não quer crer que venha por aqui colocar em causa a Vice-Presidente, por ter chegado atrasada 45 minutos a um evento. Disse que um executivo que está em funções, que tem a agenda que tem, chegar atrasada a um evento, é uma das coisas mais naturais que pode acontecer. Agora dizer assim, estava previsto em ir, faltou, não foi, é uma falta de respeito, é sim senhor, estava aqui para o lhe dizer. Agora chegar atrasada, foi um lapso com certeza, houve um pedido de desculpas.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para esclarecer o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, pois o que foi dito pelo membro Ana Branca Carvalho, que nesse evento a Câmara fez-se representar pela Vice-Presidente da Câmara e que seria expectável que o Presidente estivesse no evento, mas que acabou por não estar, a sua intervenção foi só para recentrar a questão. -----

Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros e Avões** para dizer, se o Presidente da Câmara não esteve, esteve lá o representante do Município. Quer agradecer ao Executivo, na pessoa do Presidente da Câmara por esta dinâmica de trabalho que eles têm apresentado nos últimos dias. São quase todos os dias, é quase todos os fins de semana, uma agenda preenchida, é natural que o Presidente da Câmara não possa estar presente em todo o lado. Não teve o Presidente esteve a Vice-Presidente e os atrasos é natural que isso possa acontecer. Assim acontece com toda a gente. Agora faltas de respeito é estar previsto a ida e não apareceu ninguém, isso é que é falta de respeito, assim cá estaria ele para fazer esse reparo. Agora o Presidente da Câmara não esteve presente, provavelmente não esteve a brincar, foi a Vice-Presidente e muito bem. E o Executivo estava muito bem representado, como tem feito nestes últimos tempos. E queria agradecer, não está cá o Vereador José Pinto, mas acha que o Executivo tem feito um excelente trabalho, nomeadamente o Vereador José Ponto com a experiência que tem e tudo o que faz, é bem feito. -----

A Vice-Presidente, também, como é nova nestas matérias de dato tudo, tem dado o seu melhor, estar em tudo o lado, dar o seu melhor pelo que faz. O Vereador Fábio

Duarte que no início, quando foi nomeado pela ausência de outro Vereador Carlos Silva, sabe que houve algum cinismo da parte de algumas pessoas, que devido à juventude dele, poder ou não desempenhar as funções que lhe foram adstritas, está a responder e muito bem, trabalhar muito bem os Presidentes de Junta. Muito do que se tem feito nalgumas freguesias, acha que o trabalho que se vai fazendo, também lembrar o trabalho dele.-----

Interveio o membro **Romeu Sequeira** para afirmar que gostaria apenas de realçar e dar a sua opinião, relativamente aquilo que foi dito pelo Presidente da Câmara, naquilo que é a articulação do Governo com os Municípios, fala numa escala geral. E aqui o membro Pedro Torres falou, exatamente, nisso, gostava também de seguir esse fio. Porque, de facto, o que se assistiu nos últimos anos, foi a uma descentralização de competências. -----

Disse que gostou, está de acordo, como falou o membro Pedro Torres, também está em consonância e gostou de ouvir o Presidente da Câmara elogiar o Governo acerca da descentralização de competências. É bom ouvir, não só aquilo que falou sobre os governantes, mas também, nesse sentido. E foi dito na presença do Ministro da Administração Interna. Isso é importante, acha, inclusivamente, que é o primeiro passo que se vai ter para iniciar a regionalização, ele é um grande defensor disso mesmo. Acredita que, independentemente das dificuldades que possam existir, e não se pode deixar de vincar aqui uma coisa, o Município consegue fazer aqui investimento, mas também muito se deve ao dinheiro que está disponível, através do Governo e dos Fundos Comunitários para a execução desse investimento. -----

Ainda bem que o Governo Socialista, está a “puxar a brasa à sua sardinha”, mas tem que o fazer, ainda bem que se tem um Governo Socialista a governar este país. Porque, inclusivamente, o Município de Lamego, sendo liderado por uma Câmara PSD/CDS, conta também com o Partido Socialista, consegue fazer investimento. O Partido Socialista local e regional estão nessa estratégia. -----

Não é pelo facto de ser liderado por uma Câmara de outro partido que nós estaríamos, por exemplo, a obstaculizar o acesso a este investimento. Não, nunca poderão dizer o contrário, e assim como têm feito nos órgãos próprios. Inclusivamente houve uma comissão política distrital na sexta-feira, após a visita do Ministro da Administração Interna, e mais uma vez, foi vincado por vários camaradas socialistas nesse sentido. É isso que os socialistas fazem, podem contar sempre com o Partido Socialista, de forma ativa, quer nos seus órgãos municipais, quer também nos seus órgãos políticos. Além disso, gostava de frisar algo que o preocupa, confessa. A questão dos fundos comunitários dos nossos territórios, e aí também está de acordo, mais uma vez, com o Presidente da Câmara, que é um problema de muitos anos. Todos sabem que esta região devia ter mais investimento. O Governo lançou várias medidas na valorização dos territórios, e bem, mas falta fazer mais, concorda plenamente. Mas isso é um problema que está enraizado no país. Bem se sabe, enfim, aquilo que é a dimensão

demográfica e a densidade populacional, existem poucas pessoas. E quando se traçam os mapas de financiamento, nós, infelizmente, estamos a ficar para trás. -----

Disse que, sinceramente, tem sido defensor, que este paradigma de distribuição de fundos tem que mudar. Mas isto será um longo caminho que todos têm que ajudar a fazer, quer através dos órgãos municipais, intermunicipais, e também, é a favor da descentralização, não só para os municípios, mas também, para as CIM, naquilo que são os investimentos nos nossos territórios. -----

Mas também, verdade se diga, que se tem feito bastante. Deu um pequeno exemplo, que o Presidente da Câmara falou, na questão da agricultura, e que o mote do desenvolvimento desta região, foi um grande passo, foi possível com a existência de vários autarcas, de vários líderes políticos, a inclusão das redes anti granizo no PDR. Ou seja, um problema gravíssimo, que é uma realidade devido às alterações climáticas, mas o que é certo, é que andamos anos e anos a falar e nunca foi possível, concretizar e incluir este investimento nos fundos comunitários. E hoje é uma realidade, acredita também que isso não resolve, já se assistiu há algum tempo a várias situações dramáticas aqui neste território da região do Douro. Desta vez, teve-se um problema grave, inclusivamente nesta freguesia e em algumas freguesias aqui limítrofes relativamente à cereja, houve uma quebra de produção tremenda, também devido à imensa chuva que ocorreu e isto é uma realidade. Também espera, sinceramente que os projetos de canhões anti granizo que está a ser lavado a cabo, possa ser, realmente, uma solução, mas que necessita ainda de validação científica, espera-se que possa ter resultado. -----

Falou ainda num ponto, com boa disposição, que diz respeito a uma ação que está na informação escrita, “fale com o Presidente”. Disse que, segundo viu em alguns canais da Câmara Municipal, quer nas redes sociais e de forma institucional, através do site, que esta iniciativa foi, de facto um grande êxito, apesar, por várias vezes de esta não se realizar, mas ainda assim não deixou de ser um êxito. E a sua grande surpresa, é que devido a este êxito, ela passou de semanal para quinzenal. Assim pergunta, se o êxito foi assim tão grande, não devia ser ao contrário? Ou seja, se a afluência foi assim tanta, acha que até poderiam ser dois blocos por semana e não de forma quinzenal. Se a afluência foi assim tanta, tem caminho para aumentar e acha que nesse sentido poderia abrir as “portas da Câmara”, como já foi dito várias vezes, duas vezes por semana. Gostaria de perceber, o que realmente o Presidente da Câmara pretende, até porque, perante esta análise é obrigado a ter duas possíveis conclusões: uma delas é, ou não conseguiu dar resposta às solicitações que foram apresentadas pelos cidadãos, ou então os resultados não foram, devidamente comunicados. Gostava de ser esclarecido, sempre com boa disposição, porque acha que é importante ouvir os cidadãos, mas se o caminho está a ser bem feito, deve até haver uma maior insistência. -----

Tomou a palavra o membro **Ana Branca Carvalho** para afirmar que tinha aqui uma dúvida e não queria aqui juntar as matérias, que são distintas. Tem a ver com a CCDR, é uma preocupação sua, desde o dia 1 de junho de 2023, todos sabem o volte face que vai existir, relativamente à Administração Indireta do Estado. Formas de descentralização concentradas. Perguntou sobre os contratos programa, em termos de regiões dizendo que marcam aqui um ponto essencial, que tem que ser articulado com as comunidades intermunicipais. Manifestou a sua grande preocupação já que gostaria de saber se, de facto, quer a nível do Município, quer a nível da Cim, onde tem assento, se isso está a ser tratado. Porque há uma palavra que é “coesão” e a maior parte dos municípios, neste momento, já fala de uma outra palavra relevante - a inclusão. Disse ainda estar ciente que há um diferencial substancial, naquilo que são as regiões, e como irão ser tratados os territórios. Citou como exemplo a questão agrícola e a área cultural vão ser integradas nesta nova estrutura das CCDR's. Questionando como é que se vai ficar em termos de negociação. Porque se passa a tríade - CCDR, Cim e Município.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que começa por responder às questões colocadas pelo membro Ana Branca Carvalho, incluindo esta última. -----

Relativamente à sua ausência do Concerto da Universidade Sénior, disse que no dia 2,3 e 4 de junho, tinha mais de 220 eventos agendados, cumpriu os nove no dia 2 de junho, sexta-feira, terminou em Penude, num convite do Presidente da Junta, com os pés em terra molhada, mas estive lá até tarde, num evento novo que foi lançado em Penude.-----

Depois no sábado foi o dia da visita da Ministra Ana Abrunhosa, mas nesse dia também tinha o Andebol 4 Kids, tinha a Feira dos Produtos Endógenos, tinha o Lamego Poema, com várias iniciativas no Teatro, também com um jantar de poesia à mesa, tinha em Ferreirim o festival de Folclore, e tinha-se esse evento da Universidade Sénior. Ele não podia estar nesse evento, estive lá a Vice-Presidente da Câmara. Se houve algum equívoco, foi porte da direção da Associação, esperou por ele, sem ele poder ir. Porque ele tinha um evento particular, familiar, no dia seguinte e ausentou-se ao fim do dia de sábado para o Porto. Portanto a Vice-Presidente da Câmara estava lá, teriam dito, mas o Presidente da Câmara não vem, não vem. Porque se ligassem para ele, porque toda a gente tem o seu contacto, há pouca gente em lamego que não tenha o seu contacto, ou não o contacte via redes sociais, falava com o Presidente da Câmara e era tão simples como isso, ninguém tinha necessidade de esperar um minuto por ele, porque, de facto, não podia estar nesse evento, já não estava em Lamego quando ele decorreu. -----

Chama a atenção para isso, o Executivo em funções tem uma multiplicidade de eventos, e às vezes, as instituições querem que a Câmara se desdobre, especialmente o Presidente da Câmara. Não pode estar em dois sítios ao mesmo tempo. Pode ir a um sítio, estar um bocadinho, ir a outro, muitas vezes faz isso, e

muitas vezes chega à conclusão que vale mais um satisfeito do que dois famintos. Ou seja, ele vai a um sítio só está um bocadinho, as pessoas queriam que estivesse mais, e não é bom. Os vereadores têm estado sempre presentes, especialmente a Vice-Presidente tem-no substituído, sempre, que é necessário, com muito sacrificio pessoal, porque toda a gente sabe que é mãe de filhos pequenos, tem outras responsabilidades, que nem sempre é fácil de imaginar, que com uma agenda intensa, sete dias por semana. Não é de seis dias. Ontem chegou ao fim do dia exausto e a pensar que hoje de manhã tinha que vir para esta Assembleia, pelo menos com ânimo, para não ser aqui muito atacado, pelos membros municipais do partido Socialista. Atacado politicamente. -----

De resto disse que, relativamente àquilo é importante, na questão que o membro Ana Branca Carvalho colocou, relativamente ao apoio que a Câmara dá às instituições e aos projetos com os seniores. Tem trabalho diário, permanente, a nível da Câmara, com as Juntas de Freguesia, aponto ao espelho que estava na sala e disse que tem uma função específica, que é para atividades se desenvolvem nesta sala. Ou promovidas pelo Município no âmbito do Sénior + Activo ou promovido pela Junta de Freguesia. Tem-se acompanhado com as forças de segurança o inventário dos idosos isolados. Tem-se estado a fazer projetos na área social, quer a nível dos idosos quer a nível das creches, que uma outra componente quem dificuldades, por força de alteração de procura que decorreu da gratuitidade. Tem-se, neste momento, um projeto de Aviso no PRR para reinstalar uma das nossas IPSS's, tem-se apoiado IPSS'S nas suas iniciativas, especialmente nas de investimento, mas também no apoio que dão às atividades quotidianas dos idosos. Em relação a isso acha que estamos em perfeita sintonia. E em relação a esse acontecimento que o membro Ana Branca Carvalho, acha que foi um pequeno mal-entendido, que não lhe parece que seja necessário valorizar. -----

Outra questão que colocou referente á alteração do estatuto da CCDR e concentração de algumas competências dos organismos descentralizados da Administração, nomeadamente na área da cultura e da agricultura. Da agricultura tem sido muito contestado e acha pelos maus motivos. Ou seja, porque há no sector agrícola alguns equilíbrios a nível associativo que são conhecidos, essas associações do sector tem, normalmente, um peso grande na definição das políticas agrícolas e gostariam de continuar a ter a influência que sempre tiveram. Acha que vão continuar a ter, porque as associações de agricultores são fundamentais, têm que ser ouvidas em todos os processos, inclusivamente, naqueles que possam envolver a indicação ou a nomeação ou a eleição de responsáveis sectoriais, da administração intermédia do Estado.----- Acrescentou que lhe dá impressão que há aqui um mal-entendido, que não vai haver mudanças bruscas, naquilo que são as estruturas do Ministério da Agricultura ao nível das direcções regionais. Deixará de haver direcções regionais, mas os serviços

regionais continuaram a existir com organização que tinham, apenas dependentes da CCDR. -----

E o mesmo em relação à cultura, sendo que, nalgumas destas áreas, haverá, necessariamente, de verificar se todas as competências que estão atualmente nas direcções regionais, são transferidas para as CCDR's, ou algumas delas são avocadas pelo próprio Governo. Disse que também se pronunciou em relação a isso. Já disse que apoia, é a favor deste movimento de concentração da CCDR ou nas estruturas desconcentradas do Estado e é contra a transferência de algumas destas transferências para Lisboa, nomeadamente, nalgumas áreas que já vieram a público, como por exemplo a gestão dos Museus. Já teve oportunidade de dizer isso ao Ministro da Cultura, e o senhor Ministro da Cultura, (mais elogios ao Governo) disse-lhe para que ficasse tranquilo, não vai ser como veio na comunicação social. Está-se a estudar o modelo, ele será apresentado publicamente, ver-se-á essa situação.-----

Mas há, de facto, aqui, muitas margens de sombra, nomeadamente em relação àquilo que hoje a estrutura da CCDR e se há aqui capacidade de se reformar, para poder abranger uma matriz muito mais ampla de outras atividades que tradicionalmente não estavam ali. Já aconteceu no passado com outros serviços, nomeadamente da área ambiental, que foram divididos entre a APA e as CCDR's, antigas direcções regionais e recursos naturais. Já aconteceu, pontualmente, com outros serviços da área da economia em que as direcções regionais de economia foram extintas.-----

Acha que é um modelo que pode ser virtuoso e pode dar à estrutura regional mais robusta que nós temos que a CCDR, que começou por fazer só planeamento, e depois foi tendo uma intervenção cada vez mais presente no território até à gestão dos fundos comunitários e à intervenção em processos concretos e aprovação de processos concretos a nível de planeamento do território, licenciamentos etc.. E hoje pode-lo fazer em áreas que não sendo a sua vocação inicial, o podem ser de maneira articulada com as comunidades intermunicipais e com os municípios.-----

Acredita muito nisto, agora o caminho que se faça sem escolhas, sem dificuldades, tem que se continuar a acompanhar.-----

O membro Paulo Barradas, referiu aqui a Douro Alliance, esta instituição não tem, efetivamente atividade, e continua a não tê-la. Mas como isto existe formalmente, a reunião que tiveram foi para aprovar contas, apresenta-las à Assembleia Intermunicipal, e ao Tribunal de Contas, é uma obrigação legal. E também porque se faz isso em todas as reuniões do Conselho Executivo que é constituído pelos três Presidentes de Câmara: Vila Real, Régua e Lamego. Pensam sempre se continua a justificar a manter-se a associação, se se tem algum projeto que se possa utilizar a associação como veículo de candidatura a fundos comunitários, e de execução de alguns projetos. -----

E há, de facto, projetos, há candidaturas, há ainda a oportunidade da Douro Alliance, como já aconteceu no passado, aquando da sua criação, poder vir a ter um papel na

gestão das políticas territoriais urbanas no eixo Vila Real – Régua - Lamego, aguarda-se que esta situação se cumpra, se não se cumprir, então sim, a associação deixa, definitivamente, de ter objeto e razão de ser e ter-se-á que fazer a sua extinção. No que concerne às questões colocadas pelo membro Romeu Sequeira, disse-lhe que nunca teve problemas com o partido Socialista, porque se não estava perdido, tirando o Governo do PSD de 2011 a 2015, que se esteve sobre o domínio da troika, e não se podia fazer, praticamente nada, então não se teria feito nada. Esta Câmara trabalha bem com o partido Socialista, como trabalharia, seguramente, com outro Governo. E porque? Porque se procura que os projetos sejam de definidos, os que sejam alocados, e que nós possamos ficar com autonomia de lhe dar seguimento, e aí, modéstia à parte acha que são imbatíveis, tem-se recursos, tem-se objetivos, trabalha-se para os atingir.-----

O Governo também gosta disso, também beneficia disto, portanto nunca se teve problemas. Pontualmente, não queria dizer aqui mal, mas vai só referir uma coisa que foi dita na cerimónia, com a Ministra Ana Abrunhosa, foi para repor justiça, foi dito a um dado momento., se foi feita justiça, é porque no momento anterior alguém praticou uma injustiça. Portanto, nem todo corre bem, mas o que interessa é que acabe bem, e ultrapassa-se o assunto desta forma.-----

Em relação ao “Falar com o Presidente”, efetivamente, é uma iniciativa que é um sucesso, e dá-lhe muito prazer fazê-lo. Apesar de às vezes terem-se atendimentos que são muito difíceis, ter-se atendimentos longos, mesmo até ao fim do dia. As pessoas já perceberam que podem vir após o trabalho, em virem todas às 14 horas da tarde, ficarem até as 16.30h ou 17.30 h que as atenda, vão espalhando ao longo da tarde. Acrescentou que seria desejável que pudesse ter um atendimento via redes sociais, para as pessoas poderem falar com o Presidente da Câmara, sem se deslocar à Câmara. Porque já se teve pessoas que vieram do Algarve para tratar de assuntos aqui em Lamego. Efetivamente, a periodicidade semanal poe um problema grave, o “Fala com o Presidente” passa a quinzenal, e nos dias a seguir a periodicidade quando há faltas, há sempre muita gente. E quando é na rotina é muito irregular. Pois teve umas terça-feira que só teve um atendimento e teve outra terça-feira com 23 atendimentos, mas 23 atendimentos às vezes vêm 3 a 4 pessoas ou vem o condomínio inteiro. Portanto é uma grande animação, nesse dia nos Paços do Concelho.-----

E portanto, fazendo esta média, evitando os dias de menor procura, em que ele tem que cancelar a agenda e ficar disponível a tarde toda para atender as pessoas, entende que se podia fazer este dia de atendimento, coincidindo com o dia com a reunião de Câmara. é o dia que, a menos que haja, enfim uma reunião muito importante, ou algo extraordinária, está sempre, desde que não esteja de férias, está sempre em Lamego, e poder-se fazer, em média, esses 15 a 20 atendimentos que se fazem em todas as terças feiras. -----

Quanto à iniciativa “Falar com o Presidente” as pessoas gostam muito de vir falar com o Presidente da Câmara, e ele gosta muito de as atender, mas as pessoas querem a que o problema que trazem seja resolvido. Portanto, não basta estar a atender as pessoas consecutivamente, é preciso atender as pessoas, e depois dar seguimento às questões que elas colocam. Afirmou que isto se resolve muito bem assim, duas vezes por mês, além das reuniões públicas de Câmara, está disponível para as receber.-----

É evidente que os Presidentes de Junta, as associações e as empresas não têm que recorrer ao “Falar com o Presidente”, marcam as suas reuniões normais em função da importância e da urgência dos assuntos que têm que levar, e por isso pode dizer aqui com muito orgulho, que está muito satisfeito com esta iniciativa, mas sobretudo, com o nível de proximidade que se tem mantido com os lamecenses e com a população que serve em geral.-----

Deliberação A Assembleia apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara.-----

3.2 ASSUNTO PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉDRITO MUNICIPAL (GRAU OURO) AO DR. ALEXANDRE HOFMANN CASTELA, NOS TERMOS DO ARTIGO 8.º DO REGULAMENTO DAS MEDALHAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE LAMEGO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Mesa da Assembleia Municipal do seguinte teor:-----

Medalha de Mérito Municipal destina-se, por definição, a agraciar as pessoas singulares ou colectivas de cujos atos tenham advindo benefícios para o Município, designadamente uma melhoria das condições de vida dos seus munícipes.-----

Neste exercício de proporcionarmos aos outros as melhores condições de vida possíveis, a saúde ganha particular relevo. Para qualquer pessoa e, em concreto, para qualquer pessoa doente, o hospital é um lugar importante, onde cada um reclama para si uma atenção quase exclusiva, o que não surpreende, pois todos os doentes se encontram num estado de humanidade ferida. Citando João Lobo Antunes, “no fundo, a doença é um implacável igualizador e ri-se do berço e da fortuna”.-----

É por isso que, no hospital, a figura do médico tem especial centralidade. Todos falamos dos nossos médicos com um elevado sentido de propriedade, como se fossem nossos. “O meu médico disse que”. Confiámos nessa palavra com a força da esperança na cura. E é também por isso que o médico, resistindo à tecnologia e à burocracia, deve preservar a sua face humana.-----

Alexandre Leopoldo Hoffmann Castela é um exemplo dessa medicina com humanidade, com disponibilidade, com dedicação aos outros. Nascido a 17 de Abril de 1956 em Coimbra, ingressa na Escola Alemã, em Lisboa, aos 4 anos de idade, tendo frequentado posteriormente o Liceu D. Pedro V, também em Lisboa.-----

Matricula-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra em 1974, mas em virtude do cumprimento do Serviço Cívico, apenas inicia o Curso de Medicina em 1975, o qual veio a concluir em 27 de julho de 1981. Ainda no 4º ano da Faculdade de Medicina, cria o Serviço de Saúde da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra, tendo após a conclusão do curso médico assumido a direção desse serviço como médico-chefe.-----

Faz o Internato Geral e o Internato Geral Prolongado no Hospital Distrital da Figueira da Foz entre os anos de 1982 e 1985 e, em 1 de outubro de 1985 ingressa no Internato Complementar de Cirurgia Geral no Hospital Distrital de Lamego, iniciando uma relação umbilical com o Hospital de Lamego, a cidade, a região e todos os lamecenses que perdura até à presente data.-----

Termina o Internato Complementar no dia 30 de setembro de 1991, tendo obtido a classificação de 18,45 valores, o que lhe confere o grau de especialista em Cirurgia Geral. Durante este período, não descarta a vontade permanente de aprofundar a sua formação, colaborando clinicamente com vários serviços de especialidade de hospitais públicos, empenhando-se para a modernização dos serviços e suas formas de atuação.-----

Após realização do exame de fim de especialidade, desempenha o cargo de cirurgião no Hospital Distrital de Lamego, passando a orientar a formação de internos da especialidade, para além das tarefas em consultas, bloco operatório e urgências hospitalares já assumidas. Ainda em 1992, toma posse como Assistente Hospitalar de Cirurgia Geral, em regime de exclusividade.-----

Foi nomeado, em 25 de janeiro de 1994, Chefe de Equipa de Urgência, cargo que desempenhou até junho de 1997. Nesse mesmo mês, é nomeado Diretor de Serviço com o apoio de toda a equipa cirúrgica. Em 1999, torna-se Assistente Graduado de Cirurgia Geral do Hospital Distrital de Lamego.-----

Já em 2011, passa a acumular as funções de Director de Serviço com as de Director Clínico no Hospital de Lamego. No mesmo ano ascende, por concurso, à posição de carreira de Assistente Graduado Sénior de Cirurgia Geral.-----

Mais recentemente, em 2018, é nomeado como Adjunto da Direcção Clínica do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro.-----

Nos anos seguintes desempenha ainda vários cargos de relevância, tais como Chefe de Equipa de Cirurgia, Orientador de Internato Complementar, Presidente da Comissão do Bloco Operatório, Presidente da Comissão de Higiene e Controlo de Infecção Hospitalar e Membro da sua Comissão Executiva, Elemento da Comissão de Farmácia, Adjunto do Director Clínico e Membro da Comissão Médica, Elemento Médico do Departamento de Educação Permanente e Membro da Comissão de Humanização e Qualidades de Serviços.-----

Publica, como autor e co-autor, um total de 36 trabalhos sobre temáticas cirúrgicas e clínicas, pertencendo as direcções da Ordem dos Médicos, da Sociedade Portuguesa

de Cirurgia, Associação Médica dos Hospitais Distritais da Zona Centro e membro do Núcleo Dinamizador, e à Associação do Médico Hospitalar.-----

Em 2021, é agraciado pela Ordem dos Médicos com a Medalha de Mérito.-----

Ao longo de toda a sua carreira, contabiliza, entre médias e grandes cirurgias, mais de 18 mil procedimentos, calculando-se número maior para pequenas intervenções cirúrgicas, e não sendo possível calcular para consultas, pequenos procedimentos ou atividades de urgência.-----

A sua dedicação ao Serviço Nacional de Saúde e o seu empenho, tempo e entrega para com a saúde pública, os seus doentes e respectivos familiares, granjearam-lhe o agradecimento da sociedade civil.-----

Para os colegas, a opinião é consensual: trata-se de um médico inteligente e zeloso, com uma excelente relação de trabalho com todos colegas, enfermeiros e demais pessoal hospitalar, e dotado de elevada competência técnica e notável assiduidade.----

Para os doentes, o aplauso é unânime: é um médico dedicado e íntegro, um amigo, um João Semana da cirurgia, que humaniza o tratamento sem ocultar a doença e que faz da empatia e da compaixão as principais formas de aliviar o sofrimento.-----

De conimbricense ainda lhe resta a raiz, ainda lhe sobram as fundações dos primeiros anos de vida e de formação médica. Mas Alexandre Hoffmann Castela é, hoje, um lamecense na sua plenitude, por direito próprio, pelo tanto contribuiu para esta cidade e que continuará, seguramente, a contribuir.-----

Costuma-se dizer que a doença convida ao exame da vida, provavelmente o único momento em que chegamos próximo da análise lúcida do caminho que fizemos. Pois saibamos, com a mesma lucidez, fazer também esse exame acerca do percurso de alguém que sempre se centrou na cura e na vida dos seus, que somos todos nós.-----

Por tudo o que se disse, e nos termos do artigo 3.º ex vie artigo 8.º e do artigo 10.º do Regulamento das Medalhas Municipais, proponho à Assembleia Municipal que:-----

a) Delibere pela atribuição da Medalha de Mérito Municipal (grau ouro) ao Dr. Alexandre Leopoldo Hoffmann Castela;-----

b) A entrega da Medalha de Mérito Municipal se faça em cerimónia solene a decorrer no dia 27 de julho de 2023, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia** para informar que esta proposta foi e é um ponto que já vinha da sessão anterior que transitou para esta. A proposta é uma proposta que apresenta e crê que já é do conhecimento de todos os membros da Assembleia, ainda assim, naturalmente, que está disponível para qualquer tipo de esclarecimento que surja sobre a mesma.-----

Deu nota que o Dr. Alexandre Hoffmann é uma figura impar na sociedade de Lamego civil, é uma pessoa que todos os lamecenses conhecem, não irá aqui destelhar muitos mais elogios que àqueles que constam na própria moção.-----

Disse que este é um reconhecimento do seu percurso profissional, até exclusivamente a esse percurso que a proposta faz referência desde a sua formação médica até aos

vários cargos que desempenhou no Hospital de Lamego, e sobretudo, é uma homenagem ao profissional que ele foi, por ter escolhido sê-lo no nosso território. E portanto, é uma proposta de atribuição de uma Medalha Grau Ouro a ser feita no dia 27 de julho, porque é o dia em que o Dr. Alexandre se licenciou. Portanto confidenciou-lhe esse facto, e pareceu-lhe que seria uma data apropriada para se lhe fazer esta homenagem. -----

Portanto, disto isto, está naturalmente, disponível para qualquer esclarecimento.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros** para dizer que, não viesse dizer aqui umas breves palavras do Dr. Alexandre, não ficava bem com a sua consciência, trabalhou com ele, diretamente 16 anos. Foram muitos anos e bons anos de trabalho, só tem a dizer muito bem dele. Realmente esta medalha, independentemente, de haver outros cidadãos lamecenses que a merecesse, mas estamos a falar do Dr. Alexandre, sente-se na obrigação de vir dizer que foi um orgulho enorme trabalhar com o Dr. Alexandre. Era dos poucos médicos que dava o seu número pessoal aos seus utentes, para lhe poderem ligar à hora que quisessem, e quando quisessem, assim como a todos os funcionários, e nunca deixou ninguém por consultar. Pois tinha 20 consultas marcadas para um dia, e terminava o dia com 42 consultas. Nunca deixou ninguém para trás. Mas ele que andava no terreno, que ia ver e avaliar doentes e utentes de outros médicos, em que lhes ligavam e eles não atendiam, a quem recorria era ao Dr. Alexandre, este homem nunca deixou um doente para trás. Se ele não resolvia, resolvia o Dr. Alexandre e encaminhava o utente. Foi sempre assim, durante 16 anos que trabalho com ele.-----

Reforça que esta medalha é bem merecida, e o Dr. Alexandre para além de um grande profissional, é um grande amigo e um amigo de todos dos lamecenses, nunca deixou nenhum lamecense para trás. Naturalmente que ninguém é perfeito, todo comete gafes. Mas tem a certeza absoluta, que o Dr. Alexandre tem mais virtudes do que gafes. Por isso esta medalha é bem entregue. É a sua opinião como profissional de saúde, trabalhou muito próximo dele, 16 anos. Muito obrigado ao Sr. Alexandre Hoffmann que fez todo por nós.-----

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas** para afirmar que não poderia, o partido Socialista deixar de fazer aqui um testemunho acerca da figura que é o Dr. Alexandre Hoffmann de Castela, Ele enquanto amigo, fica particularmente satisfeito, por ver que que a Assembleia Municipal de Lamego, concede esta honraria e poderia até, esta ideia, dele ser seu amigo, de eventualmente, ele também ser, diga-se, penhoradamente agradecido à amizade para que tem com ele, parecer um argumento fraco, uma espécie, de qualquer amiguismo, portanto, uma satisfação, minimamente pessoal, mas talvez, não seja tanto assim. -----

Na medida daquilo que disse o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros, agora, é verdade, o que pode dizer do Dr. Alexandre Hoffmann Castela relativamente à amizade, todos os lamecenses o podem fazer. E esta é que é verdade das coisas.-----

Disse que, tinha, inclusivamente, pensado escrever algo, sobre as mãos do Dr. Hoffmann, mas logo lhe pareceu pouco apropriado, mais que o bisturi do Dr. Alexandre Hoffmann, segurou mais nas mãos foi o seu próprio coração. E esse coração, foi, realmente um coração de doação a esta comunidade. O Dr. Alexandre Hoffmann é de nós. É um lamecense, esta é que é a grande questão. E sendo ele oriundo de Coimbra, é a cidade de Lamego que lhe faz este reconhecimento, não é a cidade de Coimbra, é a cidade de Lamego. Porque do Dr. Alexandre Hoffmann vindo, há mais de trinta anos para Lamego, nunca mais daqui saiu Ele podia ter vindo e podia ter ido para um outro qualquer sítio. Coimbra é uma cidade muito mais apetecível, Figueira da Foz onde lhe trabalhou também, mas não, o Dr. Alexandre Hoffmann trouxe para aqui a sua família, educou aqui os seus filhos. Paga como nós os nossos impostos. Importa-se com a nossa vida comunitária, como nós nos importam-mos. Nunca deixou e aqui abusa das palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros, nunca deixou nenhum lamecense para trás. Nunca foi e voltou, ficou sempre com os lamecenses, até às horas que fosse necessário. É vulgar encontrar Dr. Alexandre Hoffmann às compras, na tabacaria, no café, não nega conversa nem cumprimento a ninguém. -----

Portanto, aquilo que se está aqui a reconhecer é alguém que escolheu ser lamecense de corpo inteiro, da cabeça aos pés, em todo o sentido. Ele é um do nós e é um exemplo para todos nós. É por isso que esta homenagem, que nós lhe fazemos.-----
 Sim é verdade, eventualmente, outros podiam recebe-la, até porque acha, é só uma nota de rodapé, todos os profissionais são importantes mas há duas classes profissionais, sumamente importantes, que são os professores e os médicos. Toda a gente se lembrar do professor tal e do professor tal, e também, do médico, que num momento difícil da sua vida, teve um papel importante para um familiar ou para si próprio.-----

Neste momento está-se a falar apenas do Dr. Alexandre Hoffmann, e disse o que digo, porque? Porque ele sabe, ele no momento em que receber esta honraria, vai precisamente dizer o mesmo, *“eu recebo-a não em meu nome próprio, mas em nome de todos aqueles que estiveram sempre comigo, em nome das minhas equipas, em nome de todos os médicos que já trabalharam em Lamego e nome de todos os lamecenses que também me souberam reconhecer e estimar como lamecense”*-----

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para dizer ao Presidente da Câmara que não responde mais uma vez, ao solicitado pelo partido Chega. -----

Com respeito à homenagem ao Dr. Alexandre Hoffmann, não é contra nem a favor desta atribuição.-----

Pergunta que há muito boas pessoas que merecem ser homenageadas, foram esquecidos ou então há interesse, parece que se está no tempo dos Salazares. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia**, para dizer que a consideração do membro Viriato Lemos é feita, naturalmente, e enquanto proponente da atribuição desta medalha tem que lhe responder. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que hoje se vive em Liberdade e assim, nos termos do Regimento, a liberdade que o Presidente da Assembleia tem, é a mesma liberdade que qualquer membro municipal, tem de apresentar uma iniciativa similar.-----

E portanto, naturalmente que também existem outras personalidades que mereceriam esta medalha, e por isso lança-lhe o desafio, pois se o membro Viriato Lemos entender que essas pessoas devem ser homenageadas, pode trazer propostas similares, fundamentadas que a Assembleia considere que devem ser homenageadas, com a Medalha de Mérito Municipal Grau Ouro, naturalmente que a Assembleia estará aqui para a discutir. Portanto, não esse está no tempo do Salazar, está-se no tempo da Liberdade. A Liberdade que tem para propor é a mesma que o membro Viriato Lemos também tem para fazer uma proposta de uma iniciativa similar. -----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para dizer que a sua intervenção prende-se com uma questão formal, e formalmente, enquanto representante da coligação “Somos Lamego” quer deixar este pensamento neste momento importante da nossa sociedade lamecense.-----

A coligação “Somos Lamego” reconhece de uma forma límpida, de uma forma honesta e de uma forma gratificante e gratificada, o papel incontornável que o Dr. Alexandre Hoffmann teve durante estes anos todos, e subscreve esta atribuição de Medalha de Mérito Municipal Grau Ouro ao Dr. Alexandre Hoffmann de Castela. Como é evidente, e a sua opinião não terá mais que o relevo que teve outras todas, como o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros e o membro Paulo Barrada. Mas ao fim de 37 anos a trabalhar com este senhor, não precisamos de ficar indiferentes à sua capacidade de ser homem humano, de ser competente e é um homem competente, de ser dedicado, de uma dedicação inxcedível. -----

Ser de um elevado sentido solidário para com qualquer alma que lhe aparecesse pela frente, qualquer alma sem discriminação, absolutamente nenhuma. Acha que este senhor nunca disse um não a ninguém. E foi tão importante o trabalho dele, um trabalho feito com uma assimilável capacidade de trabalho, tão importante trabalho para o corpo das pessoas, quanto para a sua alma e para o seu espirito, sem o nosso corpo ser saudável, o resto de nós não funciona.-----

E este valor de atribuir-se uma Medalha de Mérito, a uma pessoa na área da saúde, é tão ou mais importante, que em todas as outras áreas da nossa sociedade. A saúde é um bem, e nesse nível que se tem que salvaguardar.-----

Por isso em nome da Coligação “Somos Lamego” deixa o obrigado ao Dr. Alexandre pela sua capacidade de fazer bem aos outros. É muito merecedor desta Junta homenagem, e desta distinção que o Município de Lamego lhe atribui.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que, face ao regimento e à Lei, sempre que se está a votar, a deliberar sobre as qualidades das pessoas, temos que fazer votação secreta. Naturalmente que ele gostaria que esta votação fosse por aclamação, diga-se assim, mas essa forma de votação não existe, e face a uma das manifestações aqui proferida, essa aclamação não seria assim tão evidente. -----
Vai-se proceder à eleição por voto secreto, os membros vão ser chamados um a um, e portanto faz-se a votação habitual.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Deliberação: Foi submetida a proposta a sufrágio por voto secreto e nominativo. Tendo a proposta sido aprovada, com trinta e três votos favoráveis, dois votos contra e quatro votos nulos.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que assim sendo, far-se-á a atribuição da Medalha de Mérito Municipal Grau Ouro, em vinte e sete de julho, em articulação com a Câmara Municipal, que é uma medalha de Mérito do Município,. Portanto esta atribuição apesar de ser uma proposta da Assembleia, tem que coexistir sempre com a Câmara Municipal e por isso dá a palavra ao senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre este assunto.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que quer apenas congratular-se com esta atribuição da Medalha de Mérito Municipal Grau Ouro ao Dr. Alexandre Hoffmann e quer transmitir que, desde a primeira hora que o Presidente da Assembleia Municipal lhe manifestou a vontade de fazer essa proposta, teve, de imediato, o seu acolhimento e um acolhimento que foi largado ao Executivo Municipal, ainda que de forma informal, porque não houve deliberação sobre esta proposta que é da Assembleia Municipal.----
Acha que reconhecer o mérito, reconhecer o profissionalismo, reconhecer e agradecer a disponibilidade, sobretudo, aos profissionais de uma área tão critica como é a saúde, é da mais elementar obrigação dos responsáveis políticos, em representação de todos aqueles que ao longo de mais de quatro décadas beneficiaram dos serviços e da disponibilidade, do profissionalismo e da competência do Dr. Alexandre Hoffmann.-----
Claro que o reconhecimento deixa sempre a ideia das vezes em que não reconhecemos e essa é também uma responsabilidade de todos, o acompanhar-se na vida da nossa comunidade, as personalidades que se distinguem, que são merecedoras do nosso reconhecimento e evitar que, algumas não o tenham ou não o tenham em devido tempo. -----

E nesse sentido, quer dizer aos membros da Assembleia, aos vereadores e à comunidade em geral, de que o objetivo da Câmara Municipal a que sempre que se justifique e possa-se, em devido tempo, atribuir as medalhas de mérito municipal a todas as personalidades que se entendemos merece-las. E o devido tempo, é, efetivamente, como é nesta situação, quando termina um percurso de vida profissional tão rico e tão útil para milhares de cidadãos lamecenses e não só, que usufruíram da

prática clínica do Dr. Alexandre, mas, sobretudo do seu humanismo, da sua proximidade com as pessoas. Uma homenagem também em nome pessoal e em nome do Município.-----

3.3. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA 3ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal do seguinte teor:-----

“Considerando que: Nos termos do disposto nos artigos 28º e 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugados com o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e suas posteriores alterações, os municípios dispõem de um mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, contendo o número de postos de trabalho para o desenvolvimento das respetivas atividades.-----

Dispõe o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, devem orientar-se pelos princípios da unidade da eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização dos meios e da eficiência de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo. -----

O Mapa de Pessoal aprovado para o corrente ano de 2023 não dispõe de postos de trabalho não ocupados em número suficiente para as atuais necessidades de pessoal integrado na Carreira e Categoria de Técnico Superior, nomeadamente na área Jurídica, afeta à Divisão Administrativa e de Coordenação, que permitam agilizar os processos de Contra Ordenação, as funções consultivas de estudo, planeamento e análise de matérias jurídicas, emissão de pareceres elaboração de informações, estudos de natureza jurídica, minutas de contratos, acordos, protocolos e despachos, contratação de Aquisição de Serviços de Patrocínio Jurídico e Consultoria Jurídica, bem como, na área de Engenharia Civil, para elaborar os processos de empreitadas e Obras Municipais, assegurar atividades e processos de natureza técnica, de estudo, projeto e fiscalização de obras, no âmbito da Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos. -----

Proponho à Câmara Municipal, para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei no 209/2009, de 3 de setembro, que delibere: -----

1º Autorizar a 3ª alteração ao Mapa de Pessoal 2023, aprovado por deliberação de Câmara, datada de 30.11.2022 e por deliberação da Assembleia Municipal, datada de 19.12.2022, com a criação de 2 postos de trabalho, para a carreira e categoria de

Técnico Superior, no Mapa de Pessoal para 2023, para consolidação da mobilidade interna intercarreiras, nas áreas acima mencionadas.-----

2º Que, em caso de aprovação, a mesma seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e suas posteriores alterações e da alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que já aqui se fez duas alterações ao mapa de pessoal. Na altura explicou a necessidade de se fazer estas alterações pontuais. Está-se a reajustar equipas num conjunto de serviços municipais, nomeadamente na área das obras municipais e urbanismo. Está-se a ajustar equipas em função da transferência de competências por parte do Estado, nomeadamente nas áreas da educação, acção social e da saúde. Neste caso concreto trás uma alteração muito simples, a criação de duas vagas, na área da engenharia e a outra na área jurídica, para a consolidação da mobilidade de intercarreiras, de duas colaboradoras do Município, que já estão a exercer essas funções e por isso pede à Assembleia Municipal para aprovar esta alteração.-----

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira**, para se dirigir ao Presidente da Câmara, o grupo municipal do Partido Socialista, já tinha dito aqui em anteriores assembleias, que se tem assistido, apesar das justificações do Presidente da Câmara, a uma constante entrada de novos funcionários na Câmara Municipal. Verifica-se que em muitas circunstâncias não existe critério nem relação custo/benefício. -----

Afirmou que na última Assembleia chamou a atenção ao Presidente da Câmara para essa situação, ou seja abstiveram-se na votação, mas alertaram para esse facto. E, pergunta, novamente, ao Presidente da Câmara, qual é o critério, se são promessas eleitorais, se é a imagem partidária, é preciso esclarecer os lamecenses relativamente a este ponto. Porque se nota, claramente, que não há qualquer planeamento, apesar do Presidente da Câmara dizer que são situações pontuais, mas tem que existir um planeamento. Por isso, é que existe o planeamento mapa de pessoal, de um ano para o outro, porque isso beneficia também o orçamento, e por aí adiante. Ou seja, tem que existir aqui um maior rigor, assertividade, naquilo que é a gestão dos recursos humanos. Isso é fundamental para as boas contas de uma câmara. -----

Depois, quando o Presidente da Câmara é questionado no sentido de se melhorarem as condições de trabalho, já se falou nisso várias vezes, dos funcionários. O Presidente da Câmara responde muitas vezes que não há dinheiro, e que este Executivo dá prioridade a outras ações. Disse que, com isto, pode concluir que vê qual é que é, neste caso, a prioridade, ou seja, o que é realmente necessário, é ter-se os recursos que são necessários e adequados para o Município, quer seja a título de contrato ou seja na contratação definitiva. Ou seja, o importante é, realmente, perceber-se o custo/benefício que deve existir. -----

Afirmou que entre contratos a termo incerto e a termo certo, a Câmara Municipal já contratou mais de três dezenas de pessoas, só para os serviços da autarquia, sem, a seu ver, existir, qualquer tipo de critério em muitos casos, relativamente aquilo que é a lógica do custo/benefício, excluindo como é obvio, alguns casos, e até, inclusivamente, os recursos humanos que são contratados, por exemplo, para as escolas, e que tem a ver neste caso, com a descentralização de competências, que faz todo o sentido.-----

Pois aquilo que pode dizer e, até pode apelidar esta ação como uma contratação hipersónica, que está a existir, de novos funcionários, em pouco mais de um ano e meio de mandato nesta autarquia. -----

E os ecos que chegam do exterior são evidentes, até se teve oportunidade de ver isso, numa visita às instalações da Câmara. Já se falou várias vezes nesta Assembleia que os funcionários muitas vezes estão amontoados, uns em cima dos outros. Não faz sentido, ou seja, muitos deles, por aquilo que tem conhecimento, têm dificuldade até na concretização da sua função, devido à tal falta de condições rigorosas de trabalho.

Fala na ergonomia, enfim, em várias situações que já se falaram aqui, e que é, de facto, importante, refletir-se e ver aqui alguma razão nesse sentido, fala na questão, não querendo recalcar, mas é importante naquilo que falta muitas vezes, como novos computadores, novo mobiliário mais adequado para os funcionários, e acha que essa deve ser a prioridade. Ou seja, não só a contratação, ainda que mesmo necessária, mas sim garantir condições que possam, realmente, também ajudar os funcionários, que já fazem um bom trabalho, mas que os podem ajudar a exercer melhor as suas funções. -----

Ou seja, isto leva-o a dizer que é importante que o Município seja capaz de aproveitar, de uma forma mais adequada, o trabalho dos funcionários, porque nota que estão muito subaproveitados, muitas das vezes, e sabe-se o que acontece, nos nossos casos pessoais, quando não há condições adequadas, a motivação não é a mesma. --

Por isso, também é importante saber reconhecer aquilo que eles fazem e também garantir uma melhor produtividade. Isso é importante. Ou seja, ter aqui, realmente, um melhor critério em termos de razoabilidade, relativamente aquilo que é o aproveitamento dos recursos que já existem. -----

Acrescentando e falando nas condições dos colaboradores desta Câmara, gostaria de perguntar ao Presidente da Câmara, como é que se encontra o processo de avaliação dos funcionários, em que ponto está, porque ele encontra alguns funcionários do Município, alguns estão preocupados, passam-lhe esta mensagem, está a dizer, exatamente o que lhe é comunicado. E por isso, tem aqui também a responsabilidade, perante essas pessoas com quem vai falando, de saber em que ponto se encontra, gostava, realmente, de ter essa comunicação. -----

Termina, citando um excerto, que por acaso até é de uma lamecense, de um artigo que viu e que leu no Jornal Observador, jornal que lê com bastante regularidade, e que deve servir de reflexão para todos. Vai citar apenas um pequeno excerto desta

lamecense que escreveu este artigo: *“A organização dos serviços municipais, deve espelhar uma metodologia de planeamento de racionalização de meios capazes de irem ao encontro das necessidades do munícipes e dos territórios, ao invés de fugazes interesses pessoais ou político/partidários dos decisores”*. -----

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para dizer ao Presidente da Câmara, para dizer que não responde às suas perguntas. Por este andar, vai andar o ano inteiro a aprovar alterações do mapa de pessoal.-----

Perguntou como a autarquia ter vários processos em tribunal relativos ao fornecimento da água, que ultrapassa os quatro milhões de euros. Estes processos podem por em risco o fornecimento da água aos munícipes. -----

Perguntou ainda como se pode gastar trinta e nove mil e seiscentos euros em Lazarim, que conhece a sua totalidade e importância. -----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Romeu Sequeira, enfim, apetecia-lhe rir um pouco da velocidade hipersónica da contratação, porque de facto, se há coisa que é muito lenta, demorosa e complexa é a contratação pública e ainda mais a contratação de recursos humanos.-----

Portanto dessas dezenas todas que o membro Romeu Sequeira elencou de contratações que terão sido feitas para a Câmara., não foram feitas, não aconteceram. Tem-se, de facto, vários procedimentos a decorrer, tem-se procedimentos desertos, tem-se procedimentos com candidatos excluídos, que não cumprem os respetivos requisitos, tem-se alguns procedimentos que estão a andar com normalidade, e estão a decorrer as provas que estão previstas nos critérios de recrutamento. -----

Há, de facto, alguns funcionários subaproveitados, normalmente os funcionários que têm mais limitações, menos polivalentes, menos capacidade de fazer várias funções. Mas tem-se a esmagadora maioria dos funcionários do Município, sobre ocupados, sobre esforçados.-----

Só para dar um exemplo, agora no final do ano letivo, são imensos, dezenas de funcionários, que vão com 20 ou 30 dias de folgas para gozar, porque são chamados a fazer trabalho fora de horas, nomeadamente ao fim de semana, ao longo, de praticamente de todo o ano.-----

E portanto, criar condições, antes demais é isso, é dar condições aos funcionários para que, a divisão do trabalho, a atribuição das tarefas seja a mais adequada, sem haver trabalhadores que sejam esforçados e limitados, nomeadamente, naquilo que é fundamental poderem compaginar a sua vida profissional com a sua vida familiar, e poderem ter condições para dar o adequado rendimento ao Município.-----

Afirmou que se começou por falar aqui em transferência de competências, assinaturas de protocolos, de acordos interadministrativos, em que o Governo transfere recursos para os municípios, para que os municípios desenvolvam algumas atividades face a algumas obras. Isso, evidentemente, também implica que haja recursos humanos

capazes de dar seguimento a esses processos. É exatamente o caso que se está a tratar aqui.-----

Falou-se de novas vagas que são criadas, neste caso para consolidação, ou seja, não há aumento de despesa, porque as pessoas já estão em mobilidade nestas funções e não acarreta um aumento de despesa para o Município. Mas pode-se falar das pessoas que saíram, por mobilidade para outros serviços, das pessoas que estão ausentes por baixa prolongada, e de outras situações em que não se pode dispor dos trabalhadores que se tem ao serviço do Município, em termos de mapa de pessoal. Mas que depois, efetivamente, não estão lá e as suas tarefas têm que ser divididas por outros funcionários, com uma subcarga, que logicamente tem que ser apenas e só aquela que for indispensável e transitória.-----

Está-se a preparar o quadro de pessoal do Município de Lamego para estas competências e para o trabalho que se vai ter que fazer ao longo dos próximos anos, nomeadamente até 2030, com a execução dos fundos comunitários do PRR e do Portugal 2030. -----

Não tem que se esperar por novembro ou dezembro para ajustar o mapa de pessoal de uma só vez em articulação com a apresentação do plano de atividades e orçamento para o ano seguinte. A Assembleia Municipal que tomará essa decisão é a mesma que reúne aqui hoje, tem, exatamente a mesma competência e pode e deve fazê-lo hoje e deixa este apelo aos membros municipais., para que aprovelem esta proposta.-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para dizer não ao Presidente da Câmara, hoje não se está aqui a discutir aquilo que são as transferências de competências do Estado Central para o Município. Não, não se está. E portanto, pode-se dizer isso para as pessoas que nos estão ouvir lá fora, mas se se disser isso, em relação ao que está acontecer aqui hoje, não é verdade. -----

E portanto, aquilo que disse e muito bem o membro Romeu Sequeira, a que existem aqui situações que são perfeitamente cirúrgicas, a cada Assembleia, aparece, sempre, aqui uma outra situação.-----

O grupo municipal do partido Socialista já se pronunciou aquilo que é a descentralização de competências. Ai está-se de acordo. O que está aqui acontecer não é isso. Há que dizer as coisas como elas são. Efetivamente, está-se aqui, e o Presidente da Câmara estava aqui a elencar uma dificuldade muito grande, mas não tem havido dificuldade muito grande em fazer prestação de serviços avulso. Disse que não deixa de ser cómico, se não quase caricato lembrar o Presidente da Câmara no início de mandato o que disse, nem o Maomé disse do Toucinho, o que disse sobre aquilo que tinha sido a postura e a política de colaboração do anterior Executivo.-----

Pasme-se, que ao fim de quase dois anos, é obrigado a concordar com a velocidade de cruzeiro, com que, de facto, se coloca um conjunto de pessoas, numa situação inicial, de facto, numa situação precária.-----

E, logicamente, depois avulsos, meramente avulsos, se tenta resolver a situação. Todos conhecem bem que são estas pessoas. Não tem problemas em o admitir, grande parte dessas pessoas estiveram na campanha eleitoral do atual Presidente da Câmara. Uns a conduzir carros, outros com bandeiras, outros a fazer política. Mas há que ser realistas, isto aconteceu, isto está a acontecer. Disse que bem sabe que pode custar muito estar-se com este tipo de discurso nesta altura. Mas é a realidade, é a opção do Presidente da Câmara, agora não pode esperar que fique sentado e não venha dizer as coisas como elas são.-----

E mais, para chamar os nomes às coisas, ele, de facto, aquilo que foi um artigo lido no jornal o Observador, concorda perfeitamente com aquilo que foi escrito.-----

Mas para que aqui não fique dúvidas, quem o escreveu, foi nada mais, nada menos, uma funcionária deste Município. E a Dra. Sofia Cardoso Leite, escreveu aquilo que ele concorda, acha muito bem, e está à vontade até para falar disso., porque ela é uma destacada dirigente do CDS, que suporta esta coligação. Se se seguisse mais o exemplo da Dra. Sofia, nem parece que ele esteja a dizer isso, mas se seguíssemos mais o exemplo que ela escreveu, e se calhar não se estaria a ter esta discussão.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que o partido Socialista quebrou na última Assembleia Municipal uma regra básica, que sempre regeu, quer o funcionamento da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal, em termos de recursos humanos.-----

Quebrou a regra do respeito pelas pessoas, e hoje o membro Pedro Torres agravou aqui essa regra.-----

Para que fique claro, duas funcionárias, assistentes operacionais, das escolas, com habilitação superior à semelhança de algumas dezenas que o Município tem, foram requisitadas em mobilidade intercarreiras, para a DSSU e para o Gabinete Jurídico, em funções jurídicas. Essas duas funcionárias, uma que se chama Cláudia Dias e outra Catarina Antunes, que nem sequer é de Lamego, não andaram na sua campanha eleitoral e é delas, só delas que se está a falar aqui. -----

A proposta de abertura de vagas para a consolidação destas duas mobilidades é a que está à discussão dos membros municipais. Se quiserem votarão a favor, senão quiserem não votarão, não deixará de trazer outras situações, porque elas vão continuar a acontecer a esta discussão.-----

Quer só salientar que na ultima Assembleia Municipal, quando se discutiu este assunto dos recursos humanos, nomeadamente a criação de dez vagas de contrato a termo resolutivo e incerto, ele cometeu aqui uma injustiça. Disse que os membros do partido Socialista, diretamente eleito, não os Presidentes de Junta, não tinham votado a proposta, o membro Vítor Santos votou e ele queria-lhe fazer aqui essa justiça, porque meteu todos no mesmo saco, não o tinha que o fazer. Percebeu, porque conhece o modelo que as escolas utilizam desde há sempre, desde sempre e a necessidade de se manter esse modelo. -----

Essa injustiça que o grupo municipal do partido Socialista que cometeu na última Assembleia Municipal para com esses funcionários, que ainda vão ser requisitados, ou seja, para os funcionários que estão com o esforço da sua vida pessoal e familiar, para assegurar funções que deviam ser asseguradas por outros funcionários contratados pelo Município, não tiveram, de facto, a solidariedade e o respeito do partido Socialista. -----

Não lhe faz diferença nenhuma, enquanto Presidente de Câmara, que o partido Socialista continue a ter essa atitude com todos os funcionários do Município, porque o Presidente da Câmara estará lá, para os defender, para ajudar a gerir as carreiras deles, para lhes dar as condições adequadas de trabalho e também para lhes exigir aquilo que é o trabalho competente e dedicado que qualquer funcionário público, qualquer funcionário autárquico deve ter. -----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres**, para dizer ao Presidente da Assembleia, que logicamente aquilo que o grupo municipal do partido Socialista vai fazer é requerer que seja entregue a esta Assembleia Municipal e neste caso concreto a nós próprios todas as prestações de serviço iniciadas desde o início deste mandato, para que nós possamos não só ter conhecimento, como também divulgar junto dos nossos concidadãos.-----

E dessa forma, em vez de se estar aqui, de uma forma quase encapotada a dizer aquilo que é mas que não é, dessa forma, nos exemplificaremos, de forma clara e inequívoca. -----

Portanto, dirigindo-se ao Presidente da Assembleia, disse-lhe que vem por este meio requerer a entrega de todas as prestações de serviços que estão a ser praticadas, desde o início deste mandato até à presente data.-----

Interveio o Presidente da Assembleia para dizer que fica registado o requerimento verbal do membro Pedro Torres.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que se está a discutir o mapa de pessoal, não se está a discutir prestações de serviço, que são claras, são do conhecimento de toda a gente e estão publicitadas. E quer dizer mais uma vez, é a segunda vez que o vai fazer ao membro Pedro Torres, que se nessas prestações de serviço estiver alguém que se chama Lopes é coincidência, não é da sua relação familiar.-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Deliberação A proposta foi aprovada com vinte e nove votos a favor, nove votos contra e uma abstenção.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para inquirir o Presidente da Assembleia e se lhe permitisse, queria fazer já a justificação dos dois empréstimos 3.4 e 3.5, que se propõem, tendo o **Presidente da Assembleia** posto à consideração da Assembleia,

que por sua vez também não se opõe, se a discussão seja feita em conjunto e a votação de forma isolada., o que ninguém se opôs.-----

Assim o **Presidente da Câmara**, afirmou que o conjunto de obras que estão a decorrer, têm tido um conjunto de vicissitudes, que levado ao seu atraso, mas também ao seu sobrecusto. Essencialmente por via das revisões de preços, que nalgumas obras foi muito significativo, mesmo em algumas obras pequenas, como por exemplo, no Caminho dos Monges, excedeu os 30%. Disse que se está a falar de um volume financeiro na ordem dos oitocentos e cinquenta mil euros, que foi pago a título de revisão de preços, e que de facto, afetam a tesouraria do Município.-----

Em contrapartida a gestão financeira do Município, permite ao Município ter contas equilibradas, e ter uma capacidade de endividamento na ordem dos sete milhões e quinhentos mil euros, da qual se pode utilizar 40%, ou seja pode-se utilizar três milhões de euros dessa capacidade de endividamento, de sete milhões e meio de euros, que ainda se tem. -----

A proposta da Câmara a que obras novas que não tenham fundos comunitários ou trabalhos a mais de obras que estão em curso e que não tenham fundos comunitários, nem acesso à Linha Bei. Porque grande parte da componente nacional dos financiamentos das obras com fundos comunitários, foi assegurada por empréstimos do Bei, contraídos no mandato anterior, doze empréstimos, mais concretamente.-----

E portanto, nesse seguimento, está-se a propor que se faça a contratação destes empréstimos, para uma obra que já tem um peso financeiro muito grande na Tesouraria do Município, que é o Parque Urbano e os seus trabalhos a mais e a sua revisão de preços. E também uma obra nova a realizar no edifício dos Paços do Concelho, com o reposicionamento do Balcão Único no sito onde ele devia ter estado sempre, na entrada principal da Câmara Municipal.-----

E a beneficiação de toda a ala esquerda do rés-do-chão do edifício, onde estão instalados diversos serviços, nomeadamente os serviços de obras e Urbanismo. Estas são as duas primeiras intervenções que nós entendemos de necessitarem deste suplemento de financiamento, próprio do Município, e uma vez que se tem todas as condições para contrair estes empréstimos. E porque interessa contrair estes empréstimos, enquanto eles ainda se encontram com taxas de juro que são bastantes favoráveis.-----

Assim propõe à Assembleia Municipal à aprovação dos mesmos.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que, em relação ao primeiro ponto (3.4) e este pedido de empréstimo, como já aqui foi explicado pelo Presidente da Câmara. Mas ele já tinha deixado aqui, já tinha falado aqui algo, num ponto anterior, que dizia respeito aos atrasos que se têm vindo a verificar nas obras.-----

E esses atrasos pode-se dar aqui um conjunto de justificações, quer seja do lado do empreiteiro, da dificuldade em ter trabalhadores, quer seja durante algum período,

fruto até da própria situação que se prendeu com a própria pandemia, mas principalmente, mas já se está aqui a falar de um atraso que é mais do significativo.----
Afirmou que aquilo que se tem de explicar às pessoas, a que quem vai pagar isto são os lamecenses. Quem vai pagar estes custos são, na íntegra, os lamecenses. Se se estive a falar, para se ter aqui um factor de comparação, se se estivesse aqui a falar e no primeiro caso, está-se a falar de quatrocentos e tal mil euros, corrigem-no se estiver enganado. Isso significa que se fossem obras alocadas a fundos comunitários, estar-se-ia aqui a falar d mais de dois milhões de euros com possibilidade de existir. Prende-se, de facto, com uma obra, em que vamos ser honestos, tendo aqui alguns erros e alguns lapsos, que são, infelizmente, normais e vão sendo normais.-----

Há aqui uma realidade que é indesmentível: primeiro, acha que não dizer nenhuma asneira, mas corrijam-no. Se estiver errado, o projeto de arquitectura em relação à história do Parque Urbano, foi aprovado, por unanimidade. Porque na altura essa competência tinha que estar sobre o lado do Município, portanto foi aprovado por, unanimidade. Portanto inclusivé, PSD e CDS estiveram de acordo na aprovação deste mesmo projeto.-----

Algo mais que não consegue entender, e essa é uma parte de explicação que precisa, por parte do Presidente da Câmara, a ideia com que fica aqui, a Câmara vai ter que assumir, por per si, por completo todo aquilo que possam ser alguns erros e omissões que possam surgir dentro do projeto. E portanto a ideia com que fica a que o valor do “chocolate” fica do lado do empreiteiro e a fava fica do lado dos lamecenses. -----

Logicamente, se se forem buscar estas verbas através de financiamento, isto é diminuir a nossa capacidade de endividamento, inclusivé para projetos futuros. Há aqui uma coisa que ele então aí, mas vai guardar para a segunda parte, é a questão que nesta altura tem-se um bom juro, mas vai deixar isto para a segunda parte.-----

Em relação às obras a decorrer dentro do Município, disse que se tem, atualmente, um balcão único que foi financiado, como se devem todos lembrar, que foi financiado através de fundos comunitários. É verdade, isso é um facto, que o atual Presidente da Câmara, inclusivé, durante o processo de campanha eleitoral, sempre foi dizendo que ali não podia ser, aquilo era para fechar. Era uma realidade, mas na altura não era Presidente de Câmara, não era vereador, mas inclusivé, alguns que hoje o suportam, na altura acharam muito bem, que inclusivé os próprios projetos de arquitectura fossem aprovados e por ai a fora. -----

Logicamente mudam-se as comadres, também se mudam as vontades.-----

No entanto, é bom lembrar a todos, que todo o dinheiro que ali será gasto e há uma parte significativa, será para a mudança do balcão único, será, logicamente, as expensas totais por parte dos lamecenses. Mais uma vez está-se utilizar esse expediente.-----

Disse ao Presidente da Câmara, se fosse obras para melhorar os serviços, concordava com ele, para melhorar as condições da parte de quem trabalha naquela

área, naquelas divisões, ele tem a certeza absoluta que não haveria aqui, rigorosamente ninguém, que se iria obstaculizar-----

Disse que nestes temos de se ir pedir empréstimos e de usar os expedientes, sem recorrer a qualquer linha de fundos comunitários, faz-lhe lembrar os bons velhos tempos, de quando se lembraram de fazer o Multiusos, com as parcerias publico/privadas, que no final de privado muito pouco se viu, e de público ainda hoje estamos todos a pagar. -----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para dizer, mais uma vez, ao Presidente da Câmara que não responde ao solicitado pelo Chega,-----

Disse que, com respeito ao primeiro ponto, o Chega vai votar contra, contra o segundo ponto também vai votar contra. Porque? Como é que é possível não se respeite o orçamento inicial e que não se siba o que se pretende fazer. Depois passam a vida a fazer alterações ao projeto inicial, com custos derivados e com prejuízo para Lamego.

Disse que ainda se está no início, e já estão a fazer alterações. Divisão de Obras e Urbanismo passa a vida em alterações. Não seria melhor pensar com objectividade estes projetos. Pois daqui a meia dúzia de meses não se precise fazer outra vez de mais obras., com gastos supérfluos para Lamego.-----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correa** para dizer que percebe o contraditório político, é importante colocar-se questões, tentar-se melhorar com os resultados, é de resultados que é importante falar, mas realmente não percebeu muito bem a intervenção do membro Pedro Torres, desta vez. Esta não percebeu. -----

Então se se lembra, no mandato anterior, numa tirada de última hora, foram à gaveta do fundo buscar os projetos PEDU que lá estavam, as eleições aproximavam-se, era preciso obra e não havia obra e foi-se buscar este projeto PEDU, que já estavam financiados ou tinham financiamento e implementaram-se.-----

Sabe-se a lentidão com que foram implementados, tal lentidão e de tal forma que se chegou às eleições sem obra. Zero. Nada. E pior que isso, para ganhar tempo, estima que só para ganhar tempo, que não acredita que tenha sido por incapacidade técnica dos funcionários da Câmara, mas por orientação política, mas apenas para ganhar tempo, abreviou-se o projeto em questões estruturais. E pelo que sabe, estes muros deixaram de existir. -----

Questão importante para os lamecenses e para futuro. Perguntou se faz sentido uma obra destas sem ter muros de suporte. Disse esta semana andou lá, teve curiosidade, passou por lá, esteve a ver as obras, as obras estão a andar, os muros estão a ser feitos, já estão em dois patamares, o ribeiro está a ser coberto. Por acaso as obras subterrâneas do Escadório já estão em seguimento, por acaso, é preciso corrigi-las também aqui. -----

Portando se agora foi preciso fazer os muros que agora deixaram de estar previstos, por intenção política, diz ele, se foi preciso fazer estes muros que podiam e deviam ter sido incluídos no projeto, inicialmente, e o Presidente da Câmara, de certeza que vai

explicar isto bem. Se estes muros deixaram de ser incluídos por responsabilidade objetiva do partido Socialista, então vai agora o partido Socialista dizer que é preciso pagar estes muros e que se vai gastar dinheiro para os pagar. Claro que se vai gastar como é evidente., alguém tem que os pagar. Há dúvidas sobre isto.-----

Portanto, estas questões não lhe parecem que sejam de relevância maior neste fase, claro que é preciso completar a obra, fazer a obra de acordo com o que estava previsto e como deve ser feita, os muros estão a ser feitos, estão já quase construídos, a obra está a andar, o partido Socialista devia-os ter feito de início, não os quis fazer, ao menos deixam-nos fazer agora, sem estar a por areia na engrenagem.---

Interveio o membro **Pedro Torres** para dizer que compreende que o membro José Manuel Correia, deva ter ficado um pouco confundido, não ter percebido a sua intervenção e não lhe leve a mal, porque, de facto, ao não percebeu aqui algumas das coisas que se estiveram aqui discutir. Mas agora, de uma forma mais pousada, vai passar a explicar. Não senhor membro, os projetos não foram feitos em cima da hora antes das eleições. Não. Os projectos foram aprovados ainda antes de 2018. O que aconteceu, foi que, efetivamente quando o partido Socialista chegou à Câmara, aquilo que havia lá, era uma mão cheia de intenções. E para que, de facto, não se perdesse o financiamento de alguns desses projetos, esses projetos tiveram que ser, de facto terminados num tempo quase record, isso sim, num tempo quase record, até ao fim do ano de 2017. -----

Se a gente começar aqui a não ter, facto, esta noção temporal das coisas, depois tem-se muita dificuldade em conseguir dizer aquilo que é a realidade. -----

E que dificuldades foram encontradas em relação àquele projeto, há que ser honestos, que dificuldade. Também não foi o partido Socialista que não quis os muros ou que subtraiu os muros, não. Porque o PSD e o CDS, na altura também votaram a favor. Pois votaram a favor em relação àquele projeto. Não foi um qualquer, agora que os senhores estão a tentar imaginar ou tentar idealizar, tentar impingir às pessoas. Não. Foi aquele projeto. Afirmou que tal como tem dito, e como tem vindo a fazer, não vai dizer agora que se anda a fazer “bola”, mas aquilo que se anda a fazer são “bolinhas” muito pequenas. Porque a velocidade com que a gente anda não se vai a lado nenhum. Provavelmente uma lesma passa por nós e faz-nos peão.-----

Aquilo que está a acontecer, estes atrasos constantes, está a fazer com que, de facto, não haja dinheiro para terminar as obras. E o grande problema prende-se por aí. Agora hês aqui uma pergunta, pensa que o Presidente da Câmara irá responder, se há ou não assunção por parte de quem ficou com a obra, da responsabilidade dos erros e omissões. É que dá de barato que tenha havido erros e omissões. Mas no seu ponto de vista, a ideia é clara, erros e omissões são de partilha mutua. Só quer perceber, efetivamente, se esses erros e omissões são ou não de partilha mutua. ----

Disse que, em relação a este assunto, ele tem alguma dificuldade, quando lhe vêm dizer, hoje, que pedir um empréstimo, seja para que efeito for, que agora ainda se está

em boas condições de o pedir. A não ser que o Presidente da Câmara tenha algum tipo de informação financeira da economia europeia e mundial, que nos irá fazer, com que a gente vá atingir uma taxa de juro, idêntica àquelas que se atingiam nos anos 80, de 20% ou 30%, ele considera que o custo do dinheiro nos dias de hoje, está, de facto muito caro. -----

Sem querer fazer previsões macroeconómicas, mas daquilo que todos lêem e ouvem, aquilo que se aponta é, efetivamente, ter-se atingido mais ou menos um pico, daquilo que é o custo do dinheiro, fruto, logicamente, do problema da inflação com que o país tem vindo a desenvolver. E que, provavelmente, vai-se ter um decréscimo desse mesmo custo. -----

Se em bom rigor, para que também não haja aqui dificuldade, esta situação, não possa colocar no primeiro ponto. Em relação ao segundo ponto, não só há aqui divergência de fundo, porque, de facto, até obrigado a concordar aqui com membro Viriato Lemos, porque aquilo que ele disse é verdade, aquilo que se vai fazer, basicamente, é deitar abaixo ou destruir ou fazer desaparecer uma estrutura, que saiba, ainda serve a população, que ele saiba tem servido a população, e vai-se, pura e simplesmente, pegar naquele dinheiro que foi investido, deitá-lo borda fora, num curto espaço de tempo e vai-se por dinheiro do bolso dos lamecenses, do nosso próprio bolso, vai-se pô-lo numa obra, que no seu ponto de vista é desnecessária. À exceção, porque vai deixar esta ressalva, daquilo que é o melhoramento da qualidade de trabalho dos funcionários daquelas divisões interiores.-----

Tomou a pala p membro **José Manuel Correia** para deixar duas notas muito rápidas, é evidente que em relação a estes empréstimos o Presidente da Câmara explicará, devidamente. Mas só para ficar claro e admite-se que possa ter entendimentos diferentes, de qualquer das formas a população de Lamego teve isso em conta nas eleições. Os projetos PEDU foram, claramente desmerecidos, foram deitados ao lixo numa fase inicial e depois foram recuperados na fase final do mandato, para que se pudesse ter obra. Depois em relação à responsabilidade., a responsabilidade é do Executivo, do mandato anterior. A velocidade das obras é o que é, se se repararem nestes últimos tempos têm andado bem, mas como é evidente foi preciso recuperar de erros que ainda lá estão, pelo que percebeu, alguns vão ser quase inultrapassáveis, alguns erros que foram cometidos, nomeadamente na passagem subterrânea do Escadório dos Remédios. Mas esses erros são precisos corrigir, é a favor do futuro, é favor das obras bem-feitas, e a favor do que robusto para a sociedade lamecense e para o futuro dos lamecenses. -----

Recorda que o partido Socialista, antes de sair do Executivo, como diz o Presidente da Câmara fez doze empréstimos.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dar respostas telegráficas ao membro Pedro Torres, a primeira questão, todos os projetos do PEDU foram adjudicados pelo atual Presidente da Câmara, exceto o da Casa da Torre, adjudicado ao arquitecto Belém

Lima, mas que já tinha sido escolhido por ele, o arquitecto Belém Lima, e já tinha sido feita a consulta preliminar, para avaliar. Só assim se compreende que estes projetos tenham sido aprovados na reunião de Câmara de 26 de dezembro de 2017. Não foi este Executivo, que tomou posse em outubro até dezembro que lançou esses processos. -----

Disse que as obras não foram executadas, claro, por incapacidade e incompetência do Executivo Socialista, dentro de 2018 e meados do mandato, nada fez para dar seguimento a esses processos. -----

Referiu-se à execução dos bons velhos tempos, execução de obras sem financiamento comunitário. Sim senhor membro Pedro Torres. Sim senhores membros municipais.-----

Protocolos com as Juntas de Freguesias e outras entidades, não tem financiamentos municipais, estão a ser feitos, vão continuar a ser feitos, tem a certeza que serão todos aprovados nesta Assembleia.-----

Relativamente às obras de repavimentação de estradas, não têm fundos comunitários, vão ser feitas. Vai-se fazer, uma revisão como já referiu, aos pavimentos das generalidades das estradas do Concelho. -----

Quanto à manutenção dos edifícios municipais disse que é uma obrigação da Câmara manter as coberturas, manter os edifícios em condições. Não há fundos comunitários, terão que ser feitas com recursos próprios.-----

No que concerne ao Balcão Único, o Balcão Único foi um erro, foi um erro na localização e foi um erro no conceito. Separar o atendimento do Balcão Único com a Tesouraria, é um erro, é um disparate, não permite uma gestão eficiente de percursos. Além de que ter o Balcão Único nas traseiras da Câmara, é indigno para quem ali é atendido.-----

Portanto, tal como prometeu o Balcão Único vai ser no átrio principal da Câmara, entrando os cidadãos pela porta principal, e vai ter Balcão Único e Tesouraria no mesmo espaço. Vai-se aproveitar tudo aquilo que foi financiado. Que foram o mobiliário e o equipamento informático. Porque o resto, as arcadas onde instalaram Balcão Único, foi no seu mandato e sem fundos comunitários que aquelas arcadas foram fechadas, a única coisa que fizeram foi abrir uma porta para a rua.-----

E portanto, vai-se ter um Balcão Único, verdadeiramente Único, onde se vai reunir os serviços de atendimento e os serviços de Tesouraria, no sítio que lhe compete. -----

Relativamente às obras dos Muros do Parque Urbano, e referindo-se ao membro Pedro Torres, disse que gostou imenso, da sua expressão do bolo do chocolate, sabe porque, porque este bolo de chocolate, é de chocolate negro, chocolate amargo, custou quase quinhentos mil euros aos bolsos dos lamecenses. Este bolo de chocolate foi de dois pasteleiros e um ajudante de pastelaria, um servente que ia chegando a espátula. E estes dois pasteleiros foi o assessor jurídico que informou estes trabalhos, eram trabalhos que estavam previstos, mas não medidos, e que

portanto, tinham que ser divididos entre empreiteiro e Câmara Municipal. Essa informação foi homologada pelo então vereador e Vice-Presidente, que são os dois pasteleiros deste lindo bolo de chocolate amargo e ajudante, imaginem que era, quem estava ao lado do então Vice-Presidente de Câmara.-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres**, para dizer ao Presidente da Câmara, isto é muito bonito estar-se agora a falar em pastelaria, mas deixe-lhe dizer uma coisa. Introduzindo ainda as questões culinárias, há uma coisa que o Presidente da Câmara não disse, a se o pastel que foi feito, se era ou não a decisão correta. Sendo certo e espera bem, espera bem, não estar a trocar qualquer tipo de pastelaria, por qualquer prato de caça, que pode dar muito mais interesse a alguns de que a outros.-----

Usou da palavra o Presidente da Câmara para responder ao membro Pedro Torres que a decisão não é a decisão correta, é a decisão possível, de pois do erro crasso e incompetente que o anterior Executivo cometeu, ao deixar de fora do projeto do Parque Urbano um conjunto de trabalhos que eram, obviamente, imperativos.-----

3.4 – **ASSUNTO:APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MUROS DO PARQUE URBANO**-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo à Câmara Municipal que seja considerada a seguinte proposta de adjudicação, atento os critérios de adjudicação:-----

QUADRO IV - Proposta de aprovação.-----

Entidade: BPI.-----

Valor de adjudicação: 492.000,00 €.-----

Total: 492.000,00 € -----

Acresce salientar que estão integralmente cumpridas as condições expressamente impostas pelo artigo 51º, do RFALEI. -----

Considerando a análise formulada pelo Júri e no presente relatório, proponho que seja contratado o empréstimo até 492.000,00 € junto da instituição a seguir indicada e pelo valor indicado para a obra de Construção de Muros do Parque Urbano de Lamego – Parque Poente ao abrigo do artigo 51º, do RFALEI:-----

Quadro V- Proposta de Adjudicação.-----

Entidade: BPI.-----

Proposta de adjudicação: 492.000,00 € -----

Mais propõe que o relatório, a minuta do contrato e as propostas recebidas, integralmente reproduzidas em anexo, sejam submetidas à Câmara Municipal para que esta delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 3 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do

artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na obra de Construção de Muros do Parque Urbano de Lamego – Parque Poente, nos termos do artigo 51º da Lei n.º 2023,CM,I,RC,445 .-----

73/2013, de setembro, na sua redação atual, até ao montante de 492.000,00 €, junto do BPI (Banco Português de Investimento). -----

Não foi promovida a audiência dos interessados, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 124º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro. No entanto, foi-lhes remetido o Relatório de Avaliação para que se pronunciassem sobre o mesmo.-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e oito membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada com vinte e nove votos a favor, dez votos contra e uma abstenção.-----

3.5. ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA CONTRATACÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA OBRA DE RELOCALIZAÇÃO DO BALCÃO ÚNICO E REQUALIFICAÇÃO DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 443/2023 da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo à Câmara Municipal que seja considerada a seguinte proposta de adjudicação, atento os critérios de adjudicação:-----

QUADRO IV - Proposta de aprovação.-----

Entidade: CCAM-----

Valor de adjudicação: 258.000,00 €-----

Total: 258.000,00 €-----

Acresce salientar que estão integralmente cumpridas as condições expressamente impostas pelo artigo 51º, do RFALEI.-----

Considerando a análise formulada pelo Júri e no presente relatório, propõe à Câmara Municipal que seja contratado o empréstimo até 258.000,00 € junto da instituição a seguir indicada e pelo valor indicado para a obra de Relocalização do Balcão Único de Lamego e Requalificação da Divisão de Obras e Urbanismo, ao abrigo do artigo 51º, do RFALEI:-----

Quadro V- Proposta de Adjudicação.-----

Entidade: CCAM.-----

Proposta de adjudicação: 258.000,00 €.-----

Mais propõe que o relatório, a minuta do Contrato e as propostas recebidas, integralmente reproduzidas em anexo, sejam submetidas à Câmara Municipal para que esta delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 3 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de

fevereiro, do artigo 49º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na Obra de Relocalização do Balcão Único de Lamego e Requalificação da Divisão de Obras e Urbanismo, nos termos do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de setembro, na sua redação atual, até ao montante de 258.000,00 €, junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM).-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada com vinte e oito votos a favor, dez votos contra e uma abstenção.-----

3.6-ASSUNTO: APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA 3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo à Câmara Municipal que delibere:-----

1) Submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da alteração modificativa orçamental;-----

2) A aprovação pela Assembleia Municipal da alteração modificativa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com o mapa em anexo.-----

Esta alteração modificativa deve-se ao facto de estar em preparação três procedimentos com encargos plurianuais, exigindo os mesmos que as GOP's detenham dotação suficiente para abertura dos processos:-----

1. Conservação e manutenção de espaços verdes;-----
2. Contratação de Seguros de acidentes de trabalho e pessoal;-----
3. Limpeza em vários espaços afetos ao Município de Lamego.-----

Designação	Modificativa		
	2024	2025	2026
Conservação e manutenção de espaços verdes	280.000€	280.000€	280.000€
Seguros	100.000€	100.000€	100.000€
	50.000€	50.000€	50.000€
Limpeza	175.000€	175.000€	175.000€

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que, é uma alteração muito simples, e que não afeta o corrente ano económico, é apenas uma alteração de repartição pelos anos económicos de 2024, 2025 e 2'026 um conjunto de prestação de serviço que se irá lançar.-----

Tem-se tido um incremento muito significativo no custo das prestações de serviço, desde electricidade, telecomunicações, jardinagem, seguros e limpeza, por duas vias: primeiro pelo aumento dos preços, decorrentes da inflação, segundo pelo alargamento

do âmbito da atividade, nomeadamente das instalações e edifício que a Câmara recebeu, na transferência de competências do Estado. Face a isto foi necessário reformular a distribuição da despesa plurianual destes contratos, que é o que está plasmado nesta proposta, que pede que seja aprovada.-----

Usou da palavra o **membro Pedro Torres** para comunicar que dentro daquilo que já foram outras alterações, esta já é 3.^a, por uma questão de princípio não terem acompanhado, de facto, a votação deste orçamento, portanto advêm daí que apoiar-se uma alteração co, uma coisa que não concordam, onde há divergências de fundo, por si só já justificava. Mas há aqui uma questão, de facto o Presidente da Câmara falou e bem, isto tem a ver com uma distribuição plurianual, mas fica ali sem perceber, de facto, de onde a que advêm essas mesas receitas, que justificam e suportam esse mesmo aumento à despesa.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que o acerto da previsão plurianual de investimento, não obriga a ter uma contrapartida de receita, essa contrapartida de receita será, naturalmente fixada, apresentando um orçamento equilibrado, quando se apresentar o orçamento para 2'024 e, subsequentemente, para cada um dos anos seguintes. Foi sempre assim que se fez, a regra orçamental é assim que se faz.-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada com vinte e oito votos a favor e onze votos contra.-----

3.7. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 77.º DA LEI N.º 73/2013

Presente à sessão da Assembleia Municipal, a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte do seguinte teor: -----

“Considerando o disposto no artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro de 2013 (lei das Finanças Locais), ao Auditor Externo, compete proceder anualmente à Revisão Legal das Contas, que inclui todos os trabalhos complementares de acompanhamento e formulação neste domínio, desenvolvendo nomeadamente os seguintes procedimentos:-----

Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;-----

Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimento do município; -----

Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título; -----

Remeter semestralmente ao órgão deliberativo do município ou da entidade Associativa municipal, consoante o caso, informação sobre a respetiva situação Económica e financeira;-----

Emitir parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal. -----

Ter presente as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas; -----

Pronunciar-se sobre outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei. e, em virtude de o Auditor Externo ser nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, de entre Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.-----

Após análise da proposta apresentada pelo concorrente:-----

- Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.-----

Dispõe o n.º 1 do artigo 77º da Lei n.º 73/2013 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), de 03 de janeiro, que o Auditor Externo é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, de entre Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas;-----

Atenta a apresentação e apreciação da proposta, verifica-se que a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda., está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92, e Dr. Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues – ROC n.º 1047, em representação da sociedade.-

A Câmara Municipal propõe no uso da competência atribuída pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à Assembleia Municipal que delibere no sentido de aprovação e nomeação do Auditor Externo.” -----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** disse que o Revisor Oficial de Contas é uma figura obrigatória por Lei para fazer o acompanhamento e justificação das contas do Município. A sua nomeação compete a esta Assembleia Municipal, , tendo a Câmara Municipal procedido, como é de Lei a todo o processo de contratação.

A proposta incide sobre o mesmo Revisor Oficial de Contas, que já vinha fazendo a certificação de contas do Município, portanto, não se tem aqui grandes justificações a apresentar, nem contra nem a propósito de personalidade que foi escolhida, nem do procedimento que se seguiu para trazer este nome à apreciação desta Assembleia. De resto o mesmo Revisor de Contas, que continua a merecer a confiança do Executivo, espera que mereça também da Assembleia Municipal. -----

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara para dizer se o Presidente da Assembleia consentir, pode-se fazer a discussão conjunta dois ponto e a votação em separado, uma vez que, inclusivé, sob o ponto de vista material, parte do objeto do protocolo é o mesmo. -----

Tendo o **Presidente da Assembleia** posto à consideração da Assembleia, que por sua vez também não se opõe, que a discussão seja feita em conjunto e a votação de forma isolada., o que ninguém se opôs.-----

Retomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que se tem vindo a trazer à Assembleia um conjunto de protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia. Com estes dois ficaram concluídos onze protocolos com as Juntas de Freguesia, e ficarão a faltar sete protocolos.-----

Disse que verificou com satisfação que a Câmara Municipal de Lisboa, vinha ontem na comunicação social, realizou protocolos similares, com a mesma metodologia, com as Juntas de Freguesia da capital. Mas fê-lo em simultâneo. Teria sido esse o seu desejo, se as dinâmicas fossem similares, ou seja, cada junta de freguesia propor a obra ou as obras que queria submeter a protocolo, e de uma forma célere poder-se aprovar todos os protocolos estabelecidos com as juntas.-----

Não tem sido esse o modelo, e por isso, tem-se optado por, em cada Assembleia trazer os protocolos que já foram definidos e objeto de acordo com as Juntas de Freguesia. Neste caso com a União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca para a ampliação do cemitério e com a Junta de Freguesia de Avões para a ampliação do cemitério e a construção de uma capela mortuária.-----

Relativamente aos cemitérios, tem-se vindo a evoluir na definição da metodologia de apoio, tendo optado, por estabelecer um apoio com base num diferencial de custo, entre o que seria a venda das sepulturas ao preço médio praticado nos cemitérios da cidade, não das Juntas de Freguesia, e o custo efetivo da obra. Sendo que há obras em cemitérios que podem ser muito mais caras do que outras, nomeadamente por terem muros de alvenaria se sejam mais dispendiosos ou por necessitar de escavações que sejam mais custosas. Portanto ter-se-á que fazer a correção da formula em função dessa especificidade da obra. -----

Em relação à construção de capelas mortuárias, tem-se guiado pelos orçamentos que são obtidos, seja pela Junta de Freguesia, seja pelas Comissões Fabriqueiras ou pela própria paróquia, no sentido de identificar a melhor solução, uma solução que seja adequada sob o ponto de vista de custos, e que não seja integralmente suportada pelo Município, porque se entende quer a Junta de Freguesia, quer a população através da Comissão Fabriqueira poder também ter voz ativa e uma participação na construção destes equipamentos, que são de grande necessidade para as freguesias. -----

Portanto, uma vez, traz dois protocolos, que foram acordados pelas Juntas de Freguesia, que merecem a seu ver o acordo também desta Assembleia, que de imediato o pede.-----

Interveio o membro **Romeu Sequeira** para dizer que este é um tema sensível e também gostaria de abordar este ponto e o ponto que vem a seguir, pois são do mesmo âmbito. -----

Concorda com a abordagem do Presidente da Câmara, ou seja todas estas obras são essenciais para as freguesias, estão todos de acordo. Não há qualquer dúvida em relação ao teor ou aquilo que é o objetivo destes protocolos. Deixar primeiro esta nota bem vincada, porque todos os investimentos que sirvam para melhorar as condições da nossa comunidade são relevantes, e nestes temas, principalmente no que toca aos cemitérios, isto é uma realidade. -----

Aliás ainda há pouco tempo, em Magueija, por exemplo, infelizmente, não pelos melhores motivos, mas notou que existe, de facto, falta de campas no seu cemitério, e certamente, o mesmo se passa na freguesia de Avões. Realmente é uma condição básica, uma área essencial, há que, realmente fazer estes investimentos. -----

Agora, há aqui uma questão que gostaria de questionar, de alertar, porque o momento tem uma particularidade. Tem a ver neste caso com um novo regulamento de apoio às freguesias, algo que o Partido Socialista e também o PSD, já há muitos anos que lutam por esse regulamento, ou seja, ele também passou por isso, quando era Presidente da Junta. -----

Ou seja, o que se fazia até agora, que é comum, que é normal, mas que não é o ideal, era existir uma reunião entre o Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta, muitas das vezes verbal, não ficando escrito. Lembra-se inclusivamente do Presidente da Câmara numa Assembleia Municipal, ter falado que as Juntas de Freguesia não entregavam propostas, e sabe que não é bem assim. Como é óbvio, cada um luta por aquilo que é o interesse da sua comunidade. -----

E, então, havia realmente aqui a necessidade de existir um regulamento, que de uma forma transparente, de uma forma eficaz, pudesse receber essas propostas dos Presidentes de Junta, já até com uma ideia, um esboço de projeto. Esse é um regulamento que foi aprovado a 23 de maio, um projeto de regulamento, para atribuição, diga-se, dos investimentos às freguesias, sejam para eventos, seja para obras, e fala de obras de todo o género, de iniciativas, de requalificação, de estruturas novas. -----

Disse que o regulamento foi aprovado a 23 de maio, e que neste momento está em discussão pública, devendo estar pronto daqui a cerca de três semanas a um mês, na qual as Juntas de Freguesia terão que depois apresentar as suas propostas. E este regulamento tem, diga-se, o objetivo com o qual concorda inteiramente, o grupo municipal do PS também concorda, que é estabelecer critérios para que, as freguesias, possam ter as formas de apoio mais eficazes e eficientes por parte do

Município. Podem ser, enfim, monetárias, por aí em diante. Tudo isso, é alvo de uma análise. Ou seja, diga-se que estas condições e, pode até já dizer que o PS também fez uma análise relativamente a este regulamento, parece-lhe bem realizado, claro que não existem regulamentos perfeitos. Mas fizeram uma análise relativamente a isto, e verifica-se que este regulamento tem em conta a tipologia da freguesia, a densidade populacional, o seu número de habitantes, a área e mais alguns pormenores de carácter de qualidade do projeto. E que também conta e espera que seja assim, porque nem sempre as Juntas de Freguesia têm condições, para elaborar aquilo que poderá ser o projeto ideal, mas espera que também haja aqui um esforço, uma ajuda do ponto de vista técnico, até na elaboração das propostas. Espera que o Município, nesse aspeto, possa dar essa ajuda. -----

Mas se o referido regulamento, que aliás no seu ponto de vista, deveria ter contado também com, enfim, com aquilo que seria as propostas, com aquilo, diga-se, os pontos de vista dos Presidentes de Junta. Se se está a criar um regulamento com vista a receber as propostas das Juntas de Freguesia, acha que os Presidentes de Junta deviam ter sido envolvidos até na criação deste projeto. Fica aqui o seu ponto de vista. Mas o que se pretende, realmente com este regulamento, é que possa resolver muitos dos problemas que afetam as freguesias, que aliás, inclusivamente, foram indicadas no início pelo Presidente Junta de Lalim, pela Presidente da Junta da Penajóia. -----

Fala aqui, por exemplo, nas acessibilidades, sabe-se que há muitos problemas com as pavimentações, e aí as freguesias não têm condições, como é obvio, de pavimentar uma estrada. Isto tem que ser uma competência da Câmara, tem que ser um funcionamento que espera, que este regulamento venha a ter, diga-se, eficaz neste sentido, equidade no apoio às freguesias. -----

Afirmou que este regulamento, que deve estar em vigor daqui a cerca de três semanas a um mês, salvo erro, não deve faltar muito mais, e aqui é que surge a sua questão, ou seja, se nós estamos a realizar um regulamento que vai trazer maior equidade para atribuição dos benefícios às freguesias, ora porque razão os protocolos não vêm depois do regulamento aprovado. Não faz sentido, até por uma questão de justiça, porque estas obras têm que ser feitas, se se está a cerca de três semanas a um mês de publicar um regulamento, que está a ser neste momento debatido em discussão pública. Não sabe se os Presidentes de Junta já tiveram oportunidade de consultar o regulamento e verificar se está em condições, mas se nós temos esse timing, estes protocolos deveriam vir depois do regulamento publicado. -----

Mais uma vez frisa, e recalca, estes investimentos são importantes, têm que se fazer. Agora, acha que, do ponto de vista lógico e até político, e até do interesse da comunidade, não faz sentido, que não venham na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

Até porque diz assim no regulamento: *"Os prazos que se encontram estipulados no referido regulamento, para que as Juntas de Freguesia, possam apresentar as suas*

propostas à Câmara Municipal, são as seguintes: As freguesias que pretendam candidatar-se aos apoios devem apresentar requerimento escrito, dirigido ao Presidente da Câmara até ao dia 30 de setembro do ano anterior ao da execução da respetiva iniciativa, projeto, evento ou atividade, tendo em vista a sua oportuna inscrição no plano de atividades e no orçamento do Município". Ou seja, para quem quiser realizar um tipo de evento ou obra estruturante, para o próximo ano, tem que o fazer até 30 de setembro. E os Presidentes podiam-no questionar assim: Mas estas obras são urgentes, mas a questão a que não aparece aqui o carácter de urgência. Se tivesse que ser feito amanhã, era uma situação diferente, isso seria o primeiro a dizer, esqueçam lá as três semanas ou um mês e vamos aprovar já este projeto. Mas, depois ainda há aqui uma ressalva para este ano, por acaso não é o caso, pois está aí planeado para 2024 e não só. -----

Mas ainda há aqui outro ponto que salvaguarda estas posições, que diz assim: *"E isto não impede que as Juntas de Freguesia possam apresentar pedidos de apoio, de forma isolada, mas, sempre com antecedência mínima de sessenta dias, relativamente à data da iniciativa que pretendam ver apoiada"*. Disse que isto, então, reforça mais ainda aquilo que está a dizer. Esses protocolos, mesmo vindo depois, está-se a falar em menos de sessenta dias. Acha que, sinceramente é importante perceber o que se pretende realmente deste regulamento, pedindo assim ao Presidente da Câmara que nos esclareça sobre todo este enquadramento e planeamento. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que esse regulamento ainda não está em vigor., terá que vir a esta Assembleia, para não se estar alegar normas que não estão em vigor.-----

Retomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para reforçar aquilo que disse, ele estará preparado para discutir e aprovar estes dois pontos. Ou seja, dado que os investimentos que estão apresentados nestes dois pontos, que não têm o tal carácter de urgência, porque não vão ser concretizados este ano e com os quais ele concorda plenamente. Está a olhar para o Presidente da Junta de Freguesia de Avões e para o Presidente da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, dizer-lhes que o PS concorda, totalmente, com estes pontos. Agora, como devem compreender há que explicar à nossa comunidade, por que razão há este regulamento, que está a ser discutido e porque razão estes dois assuntos não entram no regulamento. -----

Este é um tema importante, pois fala-se muito no apoio às freguesias, e este regulamento está em discussão e ainda não ouviu falar dele neste momento. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que este regulamento não foi inserido no ordem de trabalhos, porque não foi feito chegar à Mesa da Assembleia, qualquer proposta de regulamento. Só por isso. Disse que a competência para aprovar este tipo de regulamentos com eficácia externa é sobre proposta da Câmara Municipal, para verem a Lei de funcionamento das Autarquias Locais. Se tivesse sido

chegar qualquer proposta de regulamento, viria como têm vindo todas, não há qualquer ocultação por parte da Mesa de informação à disposição da Assembleia.-----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para responder ao membro Tomeu Sequeira, ex-presidente de Junta. Disse que ficou apreensivo com as palavras proferidas por ele.-----

Para já porque está a falar de um regulamento, que, supostamente, nenhum Presidente de Junta o leu. Ele não foi ouvido nem achado sobre esse regulamento. Acha que esse regulamento até vai ser alvo de discussão. Discussão que se calhar pode ser em desacordo com os Presidentes de Junta, isso pode demorar imenso tempo. -----

Disse que se está a falar de um regulamento sobre as freguesias, os Presidentes de Junta têm que ser ouvidos. Têm que ver o conteúdo, tem que ser discutido. Algumas coisas, provavelmente vão ser alteradas. Enquanto esse regulamento não for aprovado vai-se chumbar tudo, entretanto os Presidentes de junta ficam sem nada.----

Disse que ainda é Presidente de Junta, e confia plenamente, que os Presidentes de Junta têm as suas necessidades, apresentam as suas necessidades e querem fazer os seus trabalhos.-----

O membro Romeu Sequeira disse que havia ali uma urgência em ampliar o cemitério, mas o partido socialista só vem aqui falar em regulamentos, que se devia esperar pelo regulamento e só depois se aprovariam estes dois protocolos. -----

Valia mais dizer que não aprovam os investimentos nas freguesias, disse que já anda aqui há muitos anos e foi a primeira vez que viu numa reunião de Câmara, vereadores votarem contra os protocolos de investimento na zona rural, É isso que tem que dizer. É legítimo, cada grupo municipal tenha a sua atitude, mas agora estar aqui a falar do regulamento, fica pasmado em ouvir aqui taxas de mortalidade numa Junta de Freguesia. Mas cada Presidente de Junta é que sabe a população que tem e das campas que precisam. -----

Até a membro Ana Branca Carvalho disse há pouco que a nossa população esta envelhecida, e esta acompanha a taxa de mortalidade, está diretamente relacionado com a taxa de mortalidade. Sabe-se que os cemitérios é uma urgência quase em todas e fala pelo seu cemitério. E os membros do Partido Socialista chegam aqui, estão á espera que um regulamento esteja aprovado para poderem votar contra um protocolo. -----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Avões**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, àqueles que acompanham esta sessão através das redes sociais, um cumprimento especial à Presidente da Junta de Freguesia de Penajóia.-----

Disse que não podia deixar de passar hoje esta sessão da Assembleia, dando um agradecimentos especial ao Presidente da Câmara e seu Executivo, por trazer aqui um protocolo da Junta de Freguesia de Avões para ser discutido e aprovado. Está

aqui como Presidente de Junta e está solidário com os outros Presidentes de Junta, pois cada um sabe das suas necessidades, em cada freguesia. -----

Disse que a Freguesia de Avões apresentou um protocolo, para duas, grandes obras, alargamento do cemitério e a construção de uma casa mortuária.-----

O cemitério é um local que toca a muita gente, é um espaço de muito respeito. A Freguesia de Avões, atualmente só tem três campas, tem grande parte da população acima dos 80 e 90 anos, é muito gente. E de um dia para o outro pode ficar sem chão. Admira-se está-se a dar aqui mais importância aos regulamentos, meios regulamentos, mas há necessidade de andar com aquela obra o mais rápido possível. E quando levou esta obra de alargamento do cemitério ao Presidente da Câmara, mais uma vez obrigado ao Presidente da Câmara, como Presidente da Junta e representante da freguesia, foi muito fácil de negociar e assim a que tem que ser. Foi muito, muito fácil negociar A freguesia quer trabalhar e quando leva tudo certinho as coisas são rápidas. -----

Chegou a acordo para negociar com o Presidente da Câmara cerca de 43 campas, gastando o menos possível. Falou com a Comissão Fabriqueira, falou com o Padre, há que rentabilizar o que se tem na freguesia.-----

Também tem que se fazer uma casa mortuária, como disse o membro Ana Branca Carvalho, as pessoas têm que estar com conforto, com os velhinhas que estão às vezes despedirem-se do marido ou vive-verça, para que durante o velório, no inverno estejam quentinhos e no verão estarem frescos Neste momento não têm condições, para terem lá a casa mortuária.-----

Mas também quer deixar uma palavra de agradecimento ao Presidente da Câmara, porque hoje não está a falar só deste protocolo. Disse que durante este ano e meio, estando quase a chegar a dois anos de mandato, já ajudou muito a freguesia de Avões, e todos os pedidos que a Junta de Freguesia fez, até hoje nenhum foi recusado.-----

E assim, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, surgiu-lhe que em que continuar, olhar para as freguesias, conforme tem olhado e fazer o melhor para as freguesias, conseguindo assim desta maneira, levar mais pessoas, por as freguesias estão a ficar desertas.-----

As vezes um pouco de material que a Câmara possa dar, são grandes obras para a freguesia. Não é preciso grande coisa para se ter algum conforto para viverem lá as pessoas. -----

Também quer deixar um agradecimento, não só ao Presidente da Câmara, mas também à Vice-Presidente, pelo trabalho que tem feito. -----

Ao Vereador Fábio Duarte, como já disse aqui o Presidente da Junta de Ferreiros, tem sido uma surpresa muito agradável, pela dedicação, chega à noite e preocupasse, telefona, deve continuar assim. -----

Agradece a todos os técnicos da Câmara, a todos os responsáveis, a todos os funcionários, estão sempre na linha da frente.-----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse-lhe que andaram a dizer e andam a dizer, que Presidente da Câmara vinha diferente, pelo que conhece é do cabelo, vem com menos cabelo.-----

Disse que honra ter feito parte da concelhia por o ter escolhido para Presidente da Câmara, por isso pede-lhe que continue com esse dinamismo, continue com esse trabalho para as Juntas de Freguesia, o seu muito obrigado.-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que confessa que não era para vir falar, mas depois de ter ouvido aqui algumas intervenções, pois se o ouvissem um pouco, se calhar percebiam ou poderiam ter percebido um pouco melhor aquilo que foi dito.-----

Há que ser claros e inequívocos, ninguém disse aqui que havia um regulamento já aprovado, porque esse regulamento tem que vir à Assembleia. Esse regulamento foi aprovado, de facto, em reunião de Câmara, mas ainda bem que esteve a ouvir um conjunto de intervenções, porque isso, se calhar, faz-lhe até repensar como é que isto tudo está.-----

Afirmou que começa a chegar à conclusão do seguinte, a que nós temos aqui um regulamento municipal, que tem a ver com a distribuição das verbas, inclusivé, para as Juntas de Freguesia, e aqui soube e começa a ser dito que os Presidentes de Junta não conhecem o regulamento. Isto foi dito aqui. E já percebeu, já dizer isto, não está a fazer nenhum juízo de valor. Começa a achar que há uma parte significativa que não foi tida nem achada nisto. Isso não é grave, é gravíssimo. É gravíssimo e demonstra que, de facto, as coisas não estão a ser conduzidas da melhor forma.-----

Como é que se vai fazer um regulamento para fazer a distribuição de verbas, se as partes interessadas não sabem o que é que se passa? E logo por aí, ainda por cima, corrijam-no se ele estiver a dizer alguma mentira, o período de discussão pública já terminou. Disse que começa a achar, que , de facto, este dito regulamento, junto dos Presidentes de Junta, está começar a achar agora, não colher o conforto, que se calhar alguns esperavam. Já percebeu isso. E está a perceber isso agora, até pelo discurso--
Relembrou, porque houve aqui uma tentativa e o Presidente da Junta de Ferreiros de Avões, vai-lhe desculpar, mas houve aqui uma tentativa vã, de dizer que o partido Socialista votava contra os investimentos nas freguesias. Ele sabe que isso é mentira. Sabe que isso é mentira e vai-lhe dizer que, aproveitar aquilo que é uma discussão, sobre um determinado regulamento, aproveitar uma discussão para dizer uma inverdade, sabe muito bem, pois não pode chegar aqui e atirar as coisas para o ar.-----

Assim, vamos a factos, o Presidente da Junta de Freguesia de Avões, por quem tem estima e consideração pessoal há muito tempo, veio aqui dizer que as obras na sua freguesia era muito urgentes. Mas tem que lhe fazer esta pergunta, é que essa urgência, segundo o que está aqui na planificação, mais coisa menos coisa são

quarenta e sete mil e quinhentos euros, repartidos por dois anos, só começa para o próximo ano e para 2025.-----

Não lhe leva a mal, logicamente que o Presidente da Junta de Avões, negocia da melhor forma que sabe e que pode, nem discute, mas ele acha que a fruto das circunstancias que apresentou aqui, esta obra deveria arrancar já, no imediato, Sé é para avançar só em 2024 e concluir em 2025, então avance já, nós estamos aqui todos de acordo. Estão perfeitamente todos de acordo. É isto que quer que os Presidentes de junta entendam o seguinte: Quando são apresentados um conjunto de investimentos aqui, que só vão ter lugar em 2024 e 2024, esta é a grande diferença de tudo aquilo que foi apresentado até agora. Uma coisa é dizer-se que precisa disto já, isto é uma urgência, vamos já todos juntos aprovar estes investimentos, como sempre fizeram. Vai-se já aqui aproveitar. Não se vai estar aqui à espera que se vá aprovar um qualquer regulamento, vamos já aprovar estes dois investimentos. Aprova-se já. --- Agora se dizem que isto é para daqui a um ano ou para daqui a dois anos, que é o que está nos documentos, gostaria que lessem o que está nos documentos. Portanto se for para começar já, é já, já, estão disponíveis, de olhos vendados vai-se já votar. Mas se lhe dizem que é daqui a um ano, então vai-se aprovar o regulamento, e toda a gente, todas as freguesias ficam dentro desse regulamento. Mas se lhe disserem outra aqui, depois gostaria de ouvir os Presidentes de Junta, pois se lhe disserem assim “ Esquece lá o regulamento, isso que vá para as batatas, a gente não quer regulamento nenhum, então encerra-as já aqui a discussão, encerra-se já aqui a discussão” ----- Não há nada nem regulamento para ninguém, dez desde já dá de barato, acredita que grande parte de em o acompanha dá já de barato, vai-se já aprovar isto. E a admite-se que o regulamento é para ir às malvas, mas há que assumir isto tudo aqui, todos juntos. Isto é uma questão de timing, Sinceramente não sabe porque o regulamento já não veio à Assembleia, ele não sabia, até há um bocadinho. -----

Afirmou que, quando ouviu falar os Presidentes de Junta, aí já percebeu porque não veio à Assembleia, já percebeu que os Presidentes não querem, não lhe servem as suas pretensões, se calhar até concorda com eles, porque a realidade dos Presidentes de Junta é muito mais dinâmica do que se calhar, um conjunto de regras, Embora, globalmente até acha que estão bem definidas, mas são demasiadamente apertadas para aquilo que é a dinâmica dos Presidentes de Junta. -----

Os Presidentes de Junta lidam com a coisa mais importante, de cada uma das freguesias. Permitam-lhe concluir que não vai haver regulamento, vota-se já a favor, não há problemas, absolutamente, nenhum. Mas digam, para não se andar aqui a fazer uma coisa e depois fazer outra. É por causa dessas e de outras, que isto demonstra que, de facto, não há aqui um rumo, parede que se anda aqui atirar as coisas contra a parede, uma vezes ficam outras vezes caem para o chão. Disse que esta falta de noção daquilo que são as regras, claramente anda-se aqui a trabalhar avulso. -----

Interveio o membro **Constantino Vaz**, para dizer que se teve aqui a falar num regulamento mais de meia hora, pois o mesmo não está em discussão nesta sessão. Ele disse que não conhece o regulamento, não o conhece, terá tempo de o discutir. Pode-se ter a certeza de uma coisa, está do lado das Juntas de Freguesia. Agora não se está a discutir o regulamento. Mas também percebe porque trazem para aqui o regulamento, é para não votarem contra, como votaram os vereadores do partido Socialista.-----

Disse que o testemunho que foi dado pelos dois Presidentes de Junta, já diz tudo. Referrando-se ao membro Pedro Torres, quando diz, façam já, muito bem Perguntou se sabe que é mexer em terrenos para fazer um cemitério, o tempo que demora, as entidades que são envolvidas. As verbas não são só da Câmara, também são das Juntas. -----

Disse que a urgência é trazida pelos Presidentes da Junta, eles melhor do que ninguém sabem a urgência que têm em fazer essa obra, começar, sobretudo, com o seu início, porque nada está definido. Agora é irão ver como se vai arrancar com essa obra.-----

Uma obra desta, particularmente de uma Junta de Freguesia, tomar uma posição já dianteira, dianteira, se não se sabe à retaguarda tem algum apoio ou não financeiro. Aqui está já a garantir um apoio financeiro pro ano ou para daqui a dois anos. Disse que, este partido Socialista é sempre no adiar, mais um regulamento, menos um regulamento. Agora vai-se inventar este. Via-se arranjar mais uma comissão. É essa perspectiva que tem, não sé de agora, há de há vinte ou trinta anos. Tem muitos exemplos que poderia dar. -----

Afirmou que, quando duas Juntas de Freguesia pedem um protocolo para obras destas, nós vão nega-lo? Mais ainda e qual é o critério durante este ano uns protocolos aprovados. Perguntou se agora vão ter retroactivo o novo regulamento que vem. Referindo-se ao membro Pedro Torres, disse-lhe que o PS pode arranjar mil e um argumentos, mas este para votarem contra e contra o investimento nas freguesias, isto não é de aceitar.-----

Interveio o Presidente da **Junta de Freguesia de Ferreiros** para dizer ao membro Pedro Torres que não interpretasse mal a sua mensagem, se interpretou mal, quere-o esclarecer aqui, ele não disse que o partido Socialista que iria votar contra, apenas disse que viu a primeiro os vereadores do partido Socialista votarem contra investimentos nas freguesias. Aqui não há porquês, e agora vêm argumentar com um regulamento, já se está dizer que os Presidentes de Junta são contra o regulamento. Se não tem conhecimento do conteúdo, mas que se pode ser contra. Agora não podem estar à espera de um regulamento pode demorar meio ano, a ser aprovado aqui na Assembleia, e as freguesias param, param-se as freguesias, não se pode fazer isso.-----

Pediu ao membro Pedro Torres que não interpretasse mal as suas palavras, era só isto que queria dizer e esclarecer.-----

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira**, para fazer uma síntese, para que não haja dúvidas, até porque já foi dito pelo membro Pedro Torres, não há dúvidas que o partido Socialista quer investimentos nas freguesias.-----

Dirigindo-se para o membro Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avoes-- Que o conhece bem e sabe que sempre foi defensor disso. Aliás fez uma explicação a demonstrar a importância destas obras. Agora há aqui uma questão e assim como diz o membro Pedro Torres e bem e não se pode esperar isso. Tem-se o órgão Assembleia Municipal e tem-se o órgão Câmara Municipal. Sabendo-se que foi aprovado a 23 de maio no órgão Executivo Municipal, um regulamento que os membros da Assembleia concordem ou não, e que já deviam ter sido envolvidos aqui e não foram, já teve esta confirmação, mas há aqui uma questão, que a discussão que existia para os contributos ou para análise desse regulamento terminou. Não veio aqui à aprovação da Assembleia Municipal, mas já vem o projeto. Isto quer dizer que tem que haver uma consonância, como é óbvio, não é, entre aquilo que está a ser debatido e aquilo que vai ser aprovado. -----

Volta a reforçar se estas duas obras fossem de caráter urgente, não se estaria aqui a dizer isto. O problema é que vem aí colocado na apresentada das propostas que é para 2024 e 2025, reparem e com atenção a informação que se tem nos documentos é essa, é importante o debate e ele referiu, exatamente, isso.-----

Ou seja quer ele quer o membro Pedro Torres referiram nas suas intervenções, para que não haja dúvidas, que era para intervenção de 2024 – 2025. Mas isso tem que ser bem explicado.-----

E assim como diz o membro Pedro Torres, ele reforça, exatamente isso, uma coisa é estar-se analisar um regulamento que vai ser daqui a pouco tempo publicado, e com os Presidentes de Junta não tenham tido esse envolvimento, outra coisa é não concordarem. Se os Presidentes de Junta não concordam com o regulamento, que não vêm perspectivas, os partido Socialista não está aqui para por barramento em ninguém, nem se está aqui a utilizar, era o que mais faltava, arranjar argumentos para se ter uma votação diferente seja do que for. Nunca foi isso. A discussão pública que se faz no Executivo é uma, a discussão pública que se faz num órgão Assembleia Municipal é outra. É esta discussão que se está a fazer que os leva ao sentido de voto. Reparem que o partido Socialista, como é óbvio, não tem problemas nenhum votar a favor, como disse o membro Pedro Torres, havendo esta sensibilidade do lado da coligação. E preciso que a gente entenda. Agora não se pode vir para esta Assembleia, sabendo que há esse regulamento e não falar nisso.-----

Disse que no início fez uma questão ao Presidente da Câmara, só fez esta questão, porque razão é que sabendo da existência desse regulamento, que não poe em causa a execução das duas obras, no tempo que está determinado nesse protocolo, porque

razão não vem depois. Ele só fez esta questão, era isto que gostaria de ouvir. Já percebeu aquilo que é censurado pelos Presidentes de Junta, mas falta perceber também qual é que á resposta do Presidente da Câmara, e isso, sim, a que vai ditar aquilo que o sentido de voto do partido Socialista.-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para dizer que já se está com a hora adiantada, realmente este modelo de Assembleia Municipal, depois está aqui ao fim, a olhar à pressa para o relógio, provavelmente poderá ser pensado, está-se cá é para discutir os assuntos. O seu apelo é que se possa ser ponderado, razoáveis.-----

Disse que o regulamento não está aprovado e não se sabe quando vai estar aprovado. E portanto o partido Socialista não precisa de evocar razões moralistas, porque o regulamento não está aprovado. O partido Socialista deveria ter aprovado estes protocolos na reunião do Executivo. Não o fez, isto é claro, os vereadores do partido Socialista na reunião do Executivo, não aprovaram estes protocolos, isto é inquestionável, fica agora uma dúvida se o partido Socialista aqui sentado, tem coragem de os aprovar, para compensar eventual deficiência dos vereadores do partido Socialista.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que entende sem querer imiscuir-se daquilo que é legitimidade dessa Assembleia, de cada dos seus membros, em trazer e prolongar a discussão sobre este assunto, que estes pontos não justificam que aqui provocou. -----

Por vários motivos, relativamente ao regulamento, este não existe, se fosse Presidente de Junta também não lia, e por um motivo muito simples, o regulamento tem que prever critérios objetivos, critérios materiais, há critérios objectivos população e área, mas só resolve uma pequena parte do problema.-----

E depois tem que compreender o resto, ou seja, todo o que são necessidades das populações que sejam em reduzido número ou seja uma imensidão de gente, têm que ser tratadas com a mesma dignidade, receber a mesma resposta por parte do Município e da Junta de Freguesia. E portanto, nesse sentido o regulamento terá que responder a todos estes critérios. -----

Pode até dar um pequeno exemplo, se a Rua Marques de Pombal, Samodães que a freguesia mais pequenas, cair, esmera-se que não, mas há este risco, já se falou nisso, a Junta de Freguesia de Samodães entender que que tem condições de a requalificar, até de a alargar, contactar os proprietários, fazer essas coisas locais que as freguesias fazem melhor que o Município. E fazer um protocolo com, a Câmara, será um protocolo de grande valor, não pode fazer, porque os critérios de área de população não permitem, não, tem que o poder fazer. -----

E o que pode garantir aos Presidentes de Junta, que nenhum Presidente de Junta fará um protocolo contra a sua vontade, ou seja, não recebendo aquilo que acha que é o minimamente dispensável, para fazer as obras que acordar com a Câmara, e que nenhuma freguesia, tendo-se sentido, comparativamente prejudicada, relativamente a

outra, terá abertura para vir discuti-lo com o Presidente da Câmara, com a estrutura, com o Vereador que acompanha o pelouro das freguesias e dos serviços urbanos. E essa é a melhor garantia, de que consegue fazer, aquilo que, em cada momento se achar mais necessário, mais adequado e nas condições de justiça e equidade que todas as Juntas conseguem perceber, olhando para os seus próprios problemas e para os problemas da freguesia vizinha.-----

Quanto à temática que se está a discutir de ampliação de cemitérios e construção de capelas mortuárias. É um problema transversal a quase todas as freguesias, e até ao Município. -----

Fez-se há poucos anos uma ampliação do cemitério da Cruz Alta, fez-se um conjunto de gavetões em Santa Cruz e requalificou-se, integralmente, o cemitério. E neste momento está-se com problemas, muito devido à Pandemia do Covid 19 para fazer a exumações.-----

Informou que já está a preparar um projeto para construir 153 gavetões no cemitério da Cruz Alta e mais 40 ossários, que são também necessários por vários motivos. Ou seja, alguém lhe mandou a mensagem, a dizer isto, isto das pessoas estarem a acompanhar através das redes socais, até parece que a morte pode esperar, não pode. E não só não pode, como nós não devemos adiar aquilo que tem que ser os trabalhos preparatórios e à articulação que as freguesias têm que fazer para esses investimentos. -----

Porque se a freguesia tiver apoio do Município, para a fazer a ampliação do cemitério ou a capela mortuária, irá ter também que reservar a sua parte e gerir os seus recursos em função deste compromisso. Se não tiver, o mais provável, é que tenha outras obras para fazer e optar por fazer essas obras por recursos próprios Porque se está a falar de planeamento.-----

E a Câmara tem recebido e está-se a falar com as Juntas de Freguesia relativamente a protocolos, que tem presentes os da Penajóia e o de Lamego e de Cepões, está-se a fazer agora a análise da solução técnica e do custo para a proposta que foi feita. Mas se tivéssemos que trazer aqui o protocolo da Penajóia para a Rua do Paço e de Covelas, não sabe se o membro Romeu Sequeira seria capaz de ir ali e tomar a mesma atitude.-----

Portanto, acha que se devia ultrapassar este tema e manter aquilo que sempre foi apanágio desta Assembleia e do também do Executivo Municipal, de respeitar a autonomia das Juntas de Freguesia, e naquilo que são as suas propostas e aceitar que a Câmara participe esses projetos, porque eles são de interesse municipal. Porque nós estamos aqui, se calhar a inverter um bocadinho a situação. Porque este regulamento vai dar, essencialmente resposta ao apoio, atividades e iniciativas das freguesias, e que essas podem ter critérios de repartição mais equilibrados.-----

Mas quando é o contrário, quando é a Câmara a delegar na freguesia, uma responsabilidade que é sua, que a freguesia disponibiliza para assumir, essa

responsabilidade pode ser desproporcionada em relação à dimensão da freguesia, se for a estrada Municipal, uma ligação fundamental entre provos da freguesia da Penajóia. Apostamos aqui, bastante, os limites do bom senso, em relação a uma matéria, que sempre foi consensual nesta Câmara Municipal, que é o cumprimento do princípio da subsidiariedade, e dar às freguesias, de dar também às associações e colectividades, que nós temos outras entidades que colaboram com a Câmara, a quem apoia nas suas iniciativas, iniciativas essas que se revestem de interesse municipal.--- No fim do dia é o Município e os lamecenses que são os beneficiários gerais, globais destas intervenções. Isto é o mais importante. -----

Portanto acha que nenhuma desta discussão se justifica, o que se justifica a que não se pare de fazer protocolos, independentemente de haver ou não regulamento, se para a semana, daqui a um mês, chegar-se a cordo com mais uma, duas ou três freguesias, admita que isso possa acontecer. Na Assembleia Municipal de setembro, virão mais protocolos com a Junta de Freguesia, e ainda não haverá regulamento aprovado, quanto muito será aprovado em simultâneo. A vida não para, não se quer que pare, as ideias as expetativas dos Presidentes de Junta e das suas populeões, também não. Da parte da Câmara vai-se dar-lhe seguimento e cumprimento, porque foi para isso confiaram nesta Executivo e deram este mandato.-----

Aos membros municipais também e pede-lhes que o cumpram. -----

3.8. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE AVÕES.-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o protocolo de cooperação técnica e financeira a celebrar com a Freguesia de Avões, para a realização da obra de “Construção da Casa Mortuária e Ampliação do Cemitério da Freguesia”, considerando o interesse municipal e a oportunidade da freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.-----

Mais foi deliberado remeter este assunto à Assembleia Municipal para deliberação.-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para fazer a seguinte declaração de voto: “. --- *“Prende.se com a necessidade de salvaguardar, nomeadamente, quando há apoios, que são atribuídos para a finalidade de intervenção em propriedade de terceiros, que salvaguarde que essa relação está, devidamente, contratualizada, nessa medida não periga o voto a favor, mas não pode deixar de o fazer em declaração de voto”*-----

3.9. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE BIGORNE, MAGUEIJA E PRETAROUCA-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta reunião da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o protocolo de cooperação técnica e financeira a celebrar com a União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, para a realização da obra de “Ampliação do Cemitério da Freguesia no lugar de Santiago”, considerando o interesse municipal e a oportunidade da União de Freguesias colaborar com meios próprios na sua execução.-----

Mais foi deliberado remeter este assunto à Assembleia Municipal para deliberação----
 Usou da palavra o Presidente da Câmara, para perguntou ao Presidente da Câmara se consente, pode-se fazer a discussão conjunta dos dois pontos e a votação em separado, uma vez que, inclusivé, sobre o ponto de vista material parte do objeto do protocolo é o mesmo.

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para fazer a declaração de voto, relativa aos pontos 3.8 e 3.9.que se transcreve na íntegra: “ *A sua declaração de voto prende-se, basicamente, pelo seguinte: Porque ficou hoje aqui, perfeitamente claro e inequívoco que o regulamento em relação á atribuição de fundos das freguesias, está morto, que mesmo aparecendo, será nada mais uma ferramenta de retórica, e portanto foi assumido, desde já que esse regulamento, não é para ser levado a sério, provavelmente nunca irá existir ou se existir, não para ser usado de forma alguma. E portanto, para que fique claro, depois da morte aqui anunciada do regulamento, coitado que nem sequer viu a luz do dia, fica desde já explícito que o posicionamento do partido Socialista, depois de ter sido aqui dito de forma clara e inequívoca e foi feita sua morte política, o partido socialista sempre se pautou por apoiar aquilo que são as decisões individuais de cada uma das freguesias, que vamos continuá-lo a fazê-lo e mais e continuarão com o nosso apoio, para aumentar a exigência, a reivindicação em prol da população.* -----

Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Avões para fazer a seguinte declaração de voto: *Só venho aqui afirmar que temos já o contrato feito com a Comissão Fabriqueira, com o senhor Padre, para que os vereadores que votaram contra, a dizerem que se ia fazer investimento numa parte privada, não. Temos já tudo acertado com o nosso jurista, com o senhor Presidente Padre Vítor*”.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para agradecer a informação prestada pelo Presidente da Junta de freguesia de Avões, é relevante, e a sugestão seria que esse próprio acordo, na medida do possível, até fosse anexo á proposta que se acabou aqui de tomar, como não existia esse documento nem essa informação, é natural que as pessoas façam o juízo sobre os documentos de apoio à decisão que tem. Mas é uma informação relevante.-----

3.10 **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO PARA O SETOR DA SAÚDE, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 44.º E SEQUINTE DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

“Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Mesa da Assembleia do seguinte teor:-----

Projeto de criação da Comissão Municipal de Acompanhamento para o Setor da Saúde.-----

A criação de uma comissão municipal de saúde é uma iniciativa importante para promover e proteger a saúde da população local. A valorização das políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, através da prevenção de doenças, promoção da saúde e assistência médica, traduz-se num passo fundamental para garantir que a saúde seja tratada como uma prioridade a nível local.-----

No entanto, a criação de uma comissão municipal no setor da saúde, para acompanhamento dos temas com impacto local e regional, deve ser efetuada através de uma estreita articulação com a sociedade civil, pois a participação ativa e efetiva da comunidade é fundamental para o sucesso das políticas públicas de saúde. -----

Essa articulação pode ser expressa através da abertura da comissão a personalidades externas de reconhecido mérito, bem como da realização de consultas populares, reuniões com representantes de entidades e outras formas de diálogo com a população, no sentido de promover a cooperação, o fortalecimento de iniciativas que visam melhorar a saúde, o bem-estar da população e a participação ativa da sociedade.-----

Assim sendo, a apresentação deste projeto obedece a um desígnio de alinhamento dos objetivos locais com os objetivos nacionais e regionais, contribuindo para maximizar os ganhos em saúde, a equidade no acesso e a qualidade dos serviços de saúde prestados às populações, através do recurso às abordagens whole-of-society e whole-of-government, numa lógica de Saúde em todas as políticas. -----

Desta forma, e considerando que:-----

A .Compete à Assembleia Municipal «deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da câmara municipal», nos termos do artigo 26.º Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual;-----

b. Esta competência encontra-se, igualmente, prevista no artigo 44.º do Regimento Interno da Assembleia Municipal de Lamego, segundo o qual «a assembleia municipal pode constituir delegações, comissões ou grupos de trabalho para qualquer fim determinado»;-----

c .A iniciativa da sua constituição pode ser exercida pelo presidente, pela mesa, por grupos municipais ou por qualquer membro da assembleia;-----

Vem o Presidente da Assembleia Municipal de Lamego **propor a criação e constituição da Comissão Municipal de Acompanhamento para o Setor da Saúde, nos termos dos artigos 44.º e seguintes do Regimento da Assembleia Municipal, com as seguintes normas de funcionamento:**-----

Artigo 1.º-----

Missão-----

A Comissão Municipal de Acompanhamento para o Setor da Saúde tem como missão acompanhar o desenvolvimento, a prossecução e a execução, a nível da área do município, das políticas públicas vigentes em matéria de saúde, no âmbito da estratégia definida a nível nacional. -----

Artigo 2.º-----

Competências-----

Compete à Comissão:-----

- a) Apresentar sugestões, efetuar estudos, elaborar relatórios e propor programas de ação;-----
- b) Elaborar e apresentar propostas relativas à resolução de problemas, às entidades competentes;-----
- c) Dar parecer sobre as questões que lhes forem solicitadas pela Câmara Municipal, pela Assembleia Municipal e por outras entidades;-----
- d) Promover e realizar ações de sensibilização, bem como, outras iniciativas consideradas pertinentes no âmbito da promoção de estilos de vida saudáveis;
- e) Definir o programa do Dia Municipal da Saúde Local e promover a sua comemoração, com ações de âmbito municipal;-----
- f) Desenvolver outras atividades/programas que se verifiquem ser necessárias à prossecução dos objetivos, em articulação com entidades de âmbito nacional, regional e local;-----
- g) Exercer outras funções que, por lei ou regulamento, lhe sejam atribuídas.-----

Artigo 3.º-----

Constituição-----

1- A Comissão é constituída pelos seguintes membros efetivos:-----

- a) Presidente da Assembleia Municipal ou deputado municipal em que aquele delegue a respetiva representação;-----
- b) 3 (três) membros do grupo municipal da Coligação Somos Lamego – PSD/CDSPP;-----
- c) 3 (três) membros do grupo municipal do Partido Socialista;-----
- d) Membros únicos dos restantes partidos com representação na Assembleia Municipal.-----

2- Podem integrar ainda a Comissão, na qualidade de membros externos e mediante convite efectuado por maioria dos seus membros, entidades externas de reconhecido mérito, que participam nas reuniões sem direito de voto.-----

Artigo 4.º

Funcionamento

1- A Comissão reúne 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente ou por maioria dos seus membros.-----

2- Compete ao presidente da assembleia convocar a primeira sessão.-----

3- As regras internas do funcionamento são da responsabilidade da Comissão-----

4- Compete à Câmara Municipal afetar os recursos necessários ao regular funcionamento da Comissão.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para fazer mea culpa, porque este documento foi disponibilizado já dentro dos dias, ou seja sem o prévio aviso que está no regimento, que são os três dias, então coloca o mesmo á discussão e pergunta se há algum pedido de intervenção sobre esta matéria. -----

Afirmou que o objetivo da proposta foi recolher uma discussão que já se havia tido, pelo menos há duas sessões para trás, criar aqui uma comissão que acompanhe os trabalhos e os temas da saúde e a implementação da políticas locais de saúde. A composição e o grande objetivo da composição da Comissão, da forma como está, foi, primeiro assegurar a representatividade de todos os grupos municipais que tem assento na Assembleia Municipal, inclusivamente os deputados únicos e a assegurar que os grupos municipais, que têm mais que um representante, têm liberdade que indicarem as pessoas que entenderem, dentro da sua composição. De qualquer forma coloca-se a mesma à discussão.-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para explicar esta Comissão Municipal da Saúde, para acompanhamento da Saúde, é importante tanto para coligação "Somos Lamego". Disse que para quem não teve a oportunidade de ler a proposta, pensa que o deve fazer.-----

De qualquer das formas, fica claro que o artigo 44.º do Regimento da Assembleia atribuiu esta prerrogativa à Assembleia Municipal, a constituição de grupos, trabalhos ou comissões relacionadas com atribuições do Município, e a Lei 75/2013, de 12 de setembro, diz que são atribuições do Município, isto é importante, a promoção e a salvaguardados ingressos das respetivas populações e uma dessas atribuições é a mesmo a área da saúde.-----

Sabe e estará de acordo que o Município tem a voz amplificada das populações e deve ter um papel ativo na sua satisfação no caso da saúde, em articulação e complementariedade, destes dois valores tão importantes, o valor da articulação e da complementariedade, neste caso com o SNS, que é grande responsável pela prestação de cuidados de saúde à população portuguesa. Ou seja uma estratégia de parceria. E esta estratégia é em áreas fundamentais e não em coisas aleatórias, como pode ser, por exemplo, prevenção da doença, a promoção de estilos de vida saudáveis, o envelhecimento ativo. Mas também a nossa capacidade de influenciar e participar em políticas de saúde, relativas ao nosso território. Somos responsáveis

também por isso, por ter a nossa capacidade de influência no que diz respeito ao nosso território. Isto é um aspecto para além da delegação de competências. A Delegação de competências como já se viu tem um caráter muito operacional, muito circunscrito a gestão operacional.-----

Este papel de acompanhamento das políticas públicas do sector da saúde, que nos parece relevante, como contributo, deu melhoria da qualidade dos cuidados de saúde, neste caso dispensados à população, aos lamecenses.-----

Quer no âmbito da responsabilidade do Município, quer no âmbito do SNS, quando se fala, quando se põe em causa os interesses do Município de Lamego Afinal são os seus eleitos e somos eleitos para defender os seus interesses.-----

Disse que esta Comissão de Saúde, pode ser um bom instrumento para se poder dar voz aos seus anseios e às suas dificuldades na área da saúde.-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Deliberação A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que a Mesa e os grupos municipais da coligação “Somos Lamego e Partido Socialista façam chegar, o ideal seria até ao final deste mês a lista dos três membros que integrarão esta comissão, para se poder agilizar uma primeira reunião. -----

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não tendo havido nenhuma inscrição.-----

3.11- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.12- ASSUNTO: TERMO-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às catorze horas e dez minutos, da qual foi lavrada, esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico